



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

**O JORNAL: UM (POSSÍVEL) ATOR POLÍTICO? A
POLÍTICA NO *EXPRESSO***

LIA ÁLVAREZ CID MONTALBÁN SERRA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUBMETIDO COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM JORNALISMO

Orientadora:

Dr^a Júlia Leitão de Barros, Professora-Adjunta, ESCS-IPL

Co-orientador:

Professor João Manuel Rocha, Professor-Adjunto convidado, ESCS-IPL

Setembro, 2018

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção de grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para a obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação.

Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho a consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, Setembro de 2018

A candidata,

Resumo

O presente trabalho é fruto da conjugação entre a realização de um estágio curricular num dos jornais de referência portugueses mais importantes, o *Expresso*, de janeiro a abril de 2018, e os conhecimentos que foram adquiridos ao longo dos dois anos de mestrado em Jornalismo. Pretendeu-se refletir acerca do papel que um jornal tem na atividade política de um país, questionando se poderá ser considerado ou não um ator político, através da maneira como noticia um tema concreto num momento determinado e do impacto que essa cobertura noticiosa pode ter. Nesse sentido, procurou-se analisar o tratamento jornalístico que o *Expresso* conferiu, durante o período de estágio, às declarações da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, em entrevista à TSF, sobre a eventual não recondução do mandato da procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. Um tema político e polémico, nascido e alimentado através dos meios de comunicação, sobre o qual o *Expresso* também se debruçou publicando notícias, análises, sondagens, entrevistas e artigos de opinião, e que mereceu destaque tanto na primeira página do semanário como na *homepage* do seu *site*.

Palavras-chave: Expresso, jornalismo político, jornal, ator político, política

Abstract

The following work is the result of the combination between an internship at *Expresso*, one of the most important newspapers of reference in Portugal, from January to April 2018, and the knowledge acquired during the two years of the master's degree in Journalism. The intention is to reflect on the role a newspaper has in a country's political activity, questioning if it may or may not be considered a political actor, through the way it reports a specific matter in a specific moment and the impact that this coverage may have. In these terms, it was sought to analyse the journalistic treatment *Expresso* provided, during the length of the internship, to the declarations of the minister of Justice Francisca Van Dunem in an interview to TSF radio station on the eventual non-renewal of the Attorney-General of the Republic Joana Marques Vidal's mandate. A political and controversial subject, established and fuelled by the media, which *Expresso* also tackled by publishing news, analysis, polls, interviews and opinion articles, and that was highlighted both on the front page of the newspaper and on the homepage of its website.

Key-words: Expresso, political journalism, newspaper, political actor, politics

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, Júlia Leitão de Barros e João Manuel Rocha, por todo o empenho que puseram nesta tarefa que é orientar um trabalho académico. Os seus conselhos e motivação, assim como as várias trocas de ideias (muito produtivas) ao longo destes meses, foram imprescindíveis para a realização e conclusão deste trabalho. Muito obrigado.

Agradeço também a toda a equipa do *Expresso* – jornalistas, editores, mas também pessoal do secretariado – por tornar a minha experiência de estágio mais agradável e acolhedora do que poderia ter imaginado. Aos que ajudaram quando me vi, por vezes, confusa e perdida; aos que, com os seus comentários construtivos, me ensinaram o que é escrever para um jornal; e, em suma, à boa disposição com que preencheram os meus dias passados na redação. Agradecer também, em especial, aos jornalistas da secção de Política, pela sua disponibilidade em serem entrevistados, contribuindo valiosamente para este trabalho. Um sincero obrigado.

Por último, mas não por isso menos importante, agradecer, com grande carinho, aos meus pais e à minha avó por todo o apoio incondicional – não só na realização deste trabalho ou na vida académica, como sempre. E um obrigada de coração cheio: à minha irmã Laura; ao Tiago; à família, e aos amigos.

Índice

Declaração anti-plágio.....	II
Resumo/Abstract	III-IV
Agradecimentos	V
1. Introdução.....	7
1.1. O jornalismo e a política	9
1.2. Apresentação do tema	17
1.3. Opções metodológicas.....	20
2. O estágio num jornal de referência.....	24
2.1. História e caracterização do <i>Expresso</i>	24
2.2. O estágio no <i>Expresso</i>	32
2.2.1. Porquê o <i>Expresso</i> ?	32
2.2.2. Diário de estágio: impressões, tarefas, desafios	35
2.2.3. Estagiar no <i>Expresso</i>	45
3. A política no <i>Expresso</i>	50
3.1. A secção de Política: organização e funcionamento	51
3.2. A auto-perceção dos jornalistas sobre a política	57
4. A eventual não-recondução da PGR: um tema político e “polémico”	62
4.1. Apresentação do tema	62
4.2. Artigos	64
5. Considerações finais	78
Bibliografia e anexos	82

1. Introdução

Não é raro ouvir-se, com certa leviandade, a afirmação de que os jornais influenciam a atividade política de um país através das escolhas editoriais que fazem. Mas será que são capazes, de facto, de afetar as decisões que os políticos tomam e os debates que são realizados no Parlamento? E será que, em caso afirmativo, significa que podemos considerar os jornais como atores do sistema político? O presente trabalho partiu desta reflexão geral para uma mais concreta e delimitada, dada a complexidade do tema: pode o *Expresso* intervir como ator no processo político, num momento e tema concreto?

A partir da realização de um estágio curricular¹ num dos principais jornais de referência portugueses, o *Expresso*, de 8 de janeiro a 7 de abril de 2018, procurou-se analisar a forma como o semanário cobriu as declarações da ministra da Justiça, interpelada por um jornalista em entrevista à TSF em janeiro, sobre a possibilidade da não recondução da procuradora-geral da República. À primeira vista um tema inofensivo, tornou-se rapidamente um tema polémico e político que nasceu e cresceu nos meios de comunicação – e o *Expresso* não foi exceção. Através da análise do tratamento jornalístico deste tema por parte do *Expresso*, mas também duma compreensão da sua história (fortemente arraigada na política) e da organização e funcionamento da sua secção de Política, pretendeu-se perceber se o jornal se constitui ou não um ator político nesse momento concreto.

No presente trabalho, o primeiro capítulo visa introduzir o tema principal do estudo, e divide-se por sua vez em três subcapítulos: o primeiro, que recolhe o Estado da Arte sobre o assunto com contributos de vários autores e académicos de áreas como a Ciência Política, a Comunicação e a Sociologia, assim como de teorias desenvolvidas sobre o jornal ou jornalistas como atores políticos ou instituições chave no processo político; o segundo subcapítulo faz uma apresentação mais extensa e detalhada da investigação que se pretende levar a cabo, explicitando as principais questões e objetivos, assim como descreve e justifica o objeto de estudo do trabalho; por último, um terceiro subcapítulo que dá conta da metodologia adotada e a sua justificação. Decidiu-se iniciar com este capítulo pois consideramos que presta um melhor esclarecimento inicial do trabalho e dos seus objetivos, assim como apresenta um marco

¹Ver Anexo 11

teórico sólido como ferramenta imprescindível para compreender os principais conceitos e ideias nos quais a investigação assenta.

O segundo capítulo é dedicado à apresentação da instituição onde se realizou o estágio e da própria experiência do estágio. O primeiro subcapítulo traça a história da criação e desenvolvimento do *Expresso* e destaca a importância deste no contexto político do país, assim como a relação que o semanário sempre estabeleceu com a política nacional. Os restantes dois subcapítulos relatam a experiência vivida na redação do *Expresso* como estagiária, descrevem as funções desempenhadas, episódios relevantes do estágio, assim como um balanço da experiência e a reflexão sobre os principais desafios e obstáculos que foram encontrados.

No terceiro capítulo olhamos para a política de uma forma geral e como esta é tratada pelo *Expresso*. O capítulo inicia com uma breve apresentação do estatuto editorial do jornal, que serve de guia à forma como o semanário encara o jornalismo que realiza. O primeiro subcapítulo visa estabelecer uma caracterização da secção de Política do *Expresso*, descrevendo a forma de organização e funcionamento da mesma, incluindo uma breve análise dos principais temas políticos e primeiras páginas do jornal que foram publicados durante o período de estágio. O subcapítulo que se segue é fruto de curtas entrevistas realizadas aos jornalistas da secção, seguindo um modelo de perguntas abertas e fechadas iguais para todos os entrevistados, no qual se explicam as opiniões e perspectivas que os jornalistas têm do jornalismo político, com base na sua experiência profissional. Este subcapítulo tem como objetivo dar a conhecer as visões dos jornalistas políticos do *Expresso*, de modo a compreender melhor quem são as figuras por trás das notícias que o jornal publica.

O quarto capítulo é inteiramente dedicado ao objeto de estudo, ou seja, o tratamento jornalístico que o *Expresso* conferiu ao tema da possível não recondução da procuradora-geral da República. Através da análise quantitativa e qualitativa dos artigos publicados, e em conformidade com o que foi apresentado nos capítulos anteriores, pretende-se perceber qual foi o tratamento jornalístico dado ao assunto pelo *Expresso*, de modo a poder estabelecer interpretações que respondam às nossas questões iniciais.

Por último, o quinto capítulo é dedicado às conclusões e considerações finais a retirar do estudo que foi sendo apresentado ao longo do trabalho. Isto inclui não só as

conclusões da investigação proposta, mas também uma reflexão do que significou estagiar numa instituição como o *Expresso*.

1.1. O jornalismo e a política

Jornalismo e política têm sido duas atividades indissociáveis, a tal ponto que o próprio desenvolvimento das instituições democráticas foi acompanhado pelo processo de profissionalização do jornalismo. Um dos aspetos que melhor reflete esta relação é a consagração do princípio da liberdade de imprensa na Constituição das democracias. O reconhecimento deste direito permitiu colocar o jornalismo numa posição crucial no que diz respeito à formação da opinião pública, contribuindo para o processo de inclusão política e fomentando a transparência, designadamente através da interpelação e responsabilização de aqueles que se encontram no poder. No entanto, é importante recordar também, nas palavras de Schudson (2008:8), que “nem a democracia produz necessariamente jornalismo, nem o jornalismo produz necessariamente democracia”. Mas, refere o autor, existem várias funções que o jornalismo pode desempenhar num sistema democrático: informar, investigar, promover a análise, fomentar a empatia social, promover um fórum público de diálogo e mobilizar os cidadãos.²

Não é de estranhar, portanto, que os meios de comunicação se revelem de grande importância para a atividade política, sendo esta também foco da atenção dos meios de comunicação. Esta ênfase é facilmente observável nos jornais de referência, categoria na qual se enquadra o *Expresso*, o jornal sobre o qual incide este trabalho. De acordo com Mesquita (1994:15), a imprensa de referência, por oposição à imprensa popular, é dirigida à “opinião pública dirigente”, ou seja, “aquela que está associada à tomada de decisões ao nível político, económico e cultural”. Acrescenta ainda o mesmo autor que, do ponto de vista dos temas tratados pelo jornal, a imprensa de referência hierarquiza e privilegia temas políticos, nacionais e internacionais, mas também sociais, económicos e culturais. Ao contrário da imprensa popular ou sensacionalista, o jornal de referência pauta-se também por uma abordagem mais reflexiva e pedagógica dos assuntos políticos, acompanhando as notícias de comentários e/ou estudos dentro de um marco

² O autor reflete ainda neste artigo sobre uma sétima função que o jornalismo pode desempenhar numa democracia e que estabelece essencialmente que os jornalistas podem encorajar, através do seu trabalho, uma visão menos populista e mais rica que defenda uma democracia melhor e mais liberal.

pluralista. No entanto, cabe referir que esta divisão não deve ser vista de um modo rígido, uma vez que na atualidade muitos jornais de referência adotem características dos jornais populares, e vice-versa. Porém, como afirma Borrat (1989:40), os jornais de referência reservam para os assuntos políticos os melhores recursos de que dispõem e as posições de maior destaque no conjunto global das suas publicações, outorgando-lhe assim um “lugar privilegiado”. Este é, por exemplo, visível na frequência com que um tema político ocupa a manchete ou a primeira página, ou na quantidade de tempo que os jornalistas políticos passam fora da redação em comparação com outras secções do mesmo jornal. É possível, então, afirmar que, nas sociedades democráticas ocidentais, o jornalismo político, na imprensa de referência, tem um “estatuto nobre” em relação às outras áreas, devido à posição de liderança que tem nas funções e hierarquias dentro do jornal (Kuhn e Neveu, 2007).

No que diz respeito à investigação académica, a ciência política é uma das principais disciplinas que tem estudado esta relação entre jornalismo e política, e mais concretamente o papel do primeiro nas democracias. Os investigadores desta área, ao assumirem-se como “defensores do público” (Zelizer, 2004:145), tendem a defender uma visão normativa do jornalismo, que procura perceber como este pode servir melhor os ideais democráticos. Este é um tipo de abordagem que tem prevalecido principalmente entre investigadores do Reino Unido e dos Estados Unidos (Serrano, 2006). Os exemplos mais representativos desta linha de investigação são os conceitos de jornalismo como “quarto poder”³ ou “cão de guarda”, que leva a importância do papel do jornalismo em democracia ao seu máximo expoente, e que motivou obras com contributos importantes - como por exemplo *The fourth branch of government*, publicado por Douglass Cater em 1959. Anos mais tarde, esta abordagem do jornalismo como “cão de guarda” ganhou ainda mais força com o famoso caso Watergate que na sequência de um escândalo político, no qual a imprensa teve um papel determinante, acabou com a presidência de Richard Nixon em 1972. Contudo, alerta Schudson (2008:11), a função de “cão de guarda” do jornalismo foca-se mais em contrapor e refutar o *status quo* do que propriamente estimular novos movimentos ou soluções políticas. Zelizer (2004:147) também aponta, como crítica a esta abordagem, o excesso de subordinação do jornalismo à política que é defendido por estes investigadores

³ O conceito de “quarto poder” é atribuído historicamente a Edmund Burke, citado por Thomas Carlyle no seu livro *On Heroes, Hero-Worship, and The Heroic in History* (1841).

“defensores do público”, e alerta-nos para outros campos de investigação, fora dos Estados Unidos, que estudam a relação entre jornalismo e política, os quais foram valiosos nos seus contributos – é o caso da sociologia, comunicação, filosofia, semiologia, relações internacionais.

No entanto, tem sido a área da comunicação política, que é partilhada tanto por cientistas políticos como por investigadores da comunicação, quem mais se tem destacado nos estudos sobre a relação entre jornalismo e política. Mas também aqui têm vindo a ser destacadas várias lacunas, mais concretamente no que diz respeito ao desenvolvimento de abordagens históricas e comparativas (Kuhn e Neveu, 2007:3), assim como uma falta de clareza conceptual que “torna difícil construir teorias sólidas que expliquem padrões de cobertura noticiosa política no tempo e no espaço” (Esser, Stromback e Vreese, 2011:140).

Certo é que é preciso não cair no erro de privilegiar o estudo do jornalismo numa relação interdependente com a política, negligenciando o estudo do jornalismo “por si só” (Zelizer, 2004). No entanto, é indiscutível que ambas as esferas se encontram em constante contato e interação: a comunicação ocupa cada vez mais um lugar central na vida política, sendo que esta alcança o seu auge no período eleitoral.

Zaller (1999:1) chega a defender o termo “*media politics*” para se referir a um sistema político fortemente dependente dos *media* no qual os “indivíduos políticos procuram chegar ao poder, e conduzir políticas durante o seu exercício no poder, através da comunicação que chega aos cidadãos pelos *mass media*”. Nesta situação, os *media* acabam por partilhar o cenário político com os partidos. Este aumento recente da mediatização da política, em grande parte motivado também pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na última década, levou inclusive a que alguns autores portugueses considerassem os meios de comunicação como substitutos do Parlamento no que diz respeito à formação da opinião pública devido à importância crucial da comunicação na atividade política (Cardoso, Cunha e Nascimento, 2003:114).

Contudo, é importante também referir a outra face da moeda: se por um lado os *media* permitem aos políticos divulgar de maneira eficaz as suas mensagens e propostas aos cidadãos, por outro lado a constante visibilidade que os meios de comunicação proporcionam podem ter algumas consequências nefastas para os políticos. Para Bourdieu (2000:5), o lado negativo da reputação - o capital político que os políticos vão

acumulando dentro do “campo político” - é a vulnerabilidade ao escândalo. Mais ainda, o autor refere que é este capital político (a reputação) que vai atuar como critério de exclusão ou de inclusão próprio do “campo político”. Nesse sentido, os *media* detêm o poder de enfraquecer o capital político dos políticos devido a essa vulnerabilidade concedida pela exposição mediática. Este é um dos motivos pelos quais é possível observar uma crescente tendência dos políticos, especialmente em posições oficiais de governo, de se rodearem de um vasto aparelho de profissionais da comunicação (assessores políticos, especialistas da comunicação e imagem, relações públicas...), de forma a tentarem estruturar as mensagens que querem transmitir aos *media*, e conseqüentemente à audiência/leitores. Neste contexto tem vindo a surgir o fenómeno do *spin doctoring*, que também foi alvo de um estudo nacional que confirma a sua existência no Parlamento e a sua convivência com os jornalistas políticos portugueses (Ribeiro, 2015). De forma bastante simplificada, o *spin doctoring* é o procedimento mediante o qual os políticos se servem de profissionais, ou atuam eles próprios, para manipular os jornalistas de modo a criar perceções favoráveis às suas mensagens políticas e, simultaneamente, atenuar as negativas.

Mas não são só os políticos que se encontram dependentes dos *media* – isto também pode ocorrer no sentido inverso. A própria mediatização implica a necessidade constante dos *media* se afirmarem como o epicentro da comunicação da atualidade política – e, portanto, necessitem constantemente de informação fornecida pelos políticos para produzirem notícias. As notícias acabam assim por adquirir especial relevância no contexto do processo político e deixam de ser uma “reprodução de eventos para serem o evento em si mesmo” (Bennett, 2001:107). Bourdieu (2000:3) vai ainda mais longe e refere que os jornalistas, nesta constante interação com os políticos, reforçam o “enclausuramento do campo político” - ou seja, os jornalistas políticos acabam por conhecer melhor as relações e dinâmicas dos profissionais da política e do campo político do que propriamente a pluralidade de questões sociais e políticas que interessam aos cidadãos. Ou seja, os jornalistas tendem a refletir nas suas publicações os “jogos políticos” que só preocupam e dizem respeito aos próprios políticos. Isto deve-se em grande parte ao já referido constante contacto entre jornalistas e os políticos, especialmente os “veteranos” dentro da redação, criando assim uma relação de familiaridade que se consuma nos encontros e conversas que estes dois grupos mantêm, influenciando possivelmente a recolha de informação através das perguntas que fazem,

como as fazem e as perguntas que não fazem – “e os jornalistas que se pensam como observadores do campo político são, na verdade, agentes do campo político” (Bourdieu, 2000:4).

Casero (2008:112) reforça esta importância das dinâmicas que se depreendem da relação entre políticos e jornalistas: esta é essencialmente caracterizada pelo intercâmbio entre uns e outros, que resulta da necessidade mútua. Para os políticos, a necessidade é fazer chegar as suas mensagens e propostas aos cidadãos; para os jornalistas, é obterem informações dos políticos – “uma grande quantidade de matéria-prima” – e poderem assim realizar o seu trabalho. Para o autor, a relação entre políticos e jornalistas caracteriza-se pela “negociação constante” que resulta conseqüentemente na construção negociada da realidade social por jornalistas e políticos.

Os políticos, neste cenário, especialmente em posições oficiais do governo ou mesmo em posições de liderança dentro de partidos, no poder ou na oposição, acabam por se constituir como fontes oficiais, indispensáveis ou privilegiadas do jornalismo político para a produção de notícias (Borrat, 1989:57)⁴. Isto acaba por refletir uma forte dependência dos jornalistas face às fontes oficiais, não só devido à legitimidade e credibilidade que transmitem devido à sua posição de autoridade, mas também pelo acesso regular e facilitado a informações que os jornalistas necessitam (Cook, 1998; Page, 1996).

A dependência das fontes oficiais e o seu impacto no leitor foi apontado também por Hall (1978). O autor defende que os *media* são “a principal, e frequentemente a única, fonte de informação sobre vários eventos e tópicos importantes” (Hall, 1987:56). No entanto, continua, isto não quer dizer que sejam os *media* que criam as notícias, mas antes estas são suscitadas aos jornalistas por fontes institucionais e credíveis, tal como porta-vozes de governos ou partidos – e que o autor define como “definidores principais”. Os motivos que levam à necessidade de recorrer a estas fontes são, de acordo com o mesmo autor, dois. Por um lado, as pressões internas inerentes à própria produção noticiosa, que coloca no jornalista a responsabilidade de cumprir com prazos e produzir peças suficientes para serem publicadas. Por outro, as exigências

⁴ Borrat, H. C. C. (1989). *Journalism and the Media*, actor, pág. 57, Barcelona: Editorial Gustavo Gili. O autor identifica a qualidade das fontes com a qualidade profissional e a categoria que possuem as fontes; o jornal acaba assim por privilegiar como fontes a indivíduos em posição de governação ou de liderança (fontes oficiais) assim como as assessorias de imprensa de ditos indivíduos mas, também, inclui nesta definição as agências de notícias (como fontes privilegiadas).

profissionais de imparcialidade, rigor e objetividade fazem das fontes oficiais vozes credíveis e com capacidade de produzirem declarações objetivas e confiáveis. Hall (1978) alerta para as consequências que isto produz: há um desmesurado acesso aos *media* por aqueles que se encontram em posições “poderosas e privilegiadas nas instituições”, resultando na perpetuação da reprodução simbólica por parte dos *media* da “estrutura de poder vigente na ordem institucional da sociedade” (Hall, 1978:58). Page (1996) também aborda a questão da dependência dos jornalistas face às fontes oficiais, referindo que esta dependência pode refletir e reforçar, através do que é publicado pelos jornais, o *status quo* político. Schudson (2002:257) refere também esta possibilidade mas minimiza-a dizendo que esta dependência não garante notícias a favor do governo, podendo até mesmo resultar no contrário, na desacreditação do governo através de um jornalismo político que procura atuar como “adversário” daqueles que se encontram em posições de poder.

Por outro lado, Cook (1998:89) coincide com a natureza negocial da relação entre políticos e jornalistas que apontava Casero (2008). De acordo com este autor, os políticos em posições oficiais têm a capacidade de definir o que é “importante” como notícia, destacando um evento ou acontecimento em particular e definindo as condições de acesso às informações, mas que isto pode ser contraposto com o papel que os jornalistas têm, em última instância, de decidir o que é “interessante” para ser publicado. Ou seja, o jornalista decide o que fazer com a “matéria-prima” que é fornecida pela fonte, define que informações são importantes e como essas informações são apresentadas. Por outras palavras, o jornal deposita nos seus profissionais a capacidade de “excluir, incluir e hierarquizar” (Borrat, 1989:41) as informações recolhidas através da fonte e como essas informações são apresentadas nas publicações do jornal. Esta capacidade de seleção e tratamento dos jornalistas no processo de produção noticiosa, entendidos como parte de um coletivo que é o jornal (ou seja, atuam em nome do jornal e não de modo individual) é o ponto de partida para a reflexão que decorre deste trabalho: o jornal como ator participante da política.

As teorias do jornalismo como “espelho” da sociedade estão, hoje em dia, amplamente ultrapassadas por uma abordagem mais interpretativa ou construtivista; as notícias, como produto dos jornais, definem e constroem a realidade social (Tuchman, 1980) em vez de se limitarem a refleti-la; ou seja, a descrição de um evento nas notícias, por exemplo, define e molda esse mesmo evento. Borrat (1989:39) vai ainda mais longe e

defende que “a atualidade jornalística assim produzida não coincide – não pode coincidir – com a atualidade por si só, ainda que recolha dela a maior parte da sua matéria-prima” e, prossegue, “[a atualidade jornalística] é produção do jornal e não reproduz a realidade; é o produto final de um processo que começa com a sua venda nos quiosques e acaba com a sua substituição pelo temário seguinte”. Nesta mesma linha de pensamento, Casero (2008:113) defende que o sistema mediático tem um papel chave “como infraestrutura funcional no desenvolvimento da atividade política”. Ou seja, não é um “mero canal passivo” que se limita a transmitir unicamente as atividades do sistema político, senão que também contribui para moldar a “apresentação pública e significado social” da atividade política (Casero, 2008:118).

Considerar o jornal um ator político implica compreender que o jornal tem interesses e objetivos próprios, que persegue com as suas publicações, e que as suas ações produzem efeitos no sistema político – esta é a linha comum aos autores que analisaram o jornal como ator político (Borrat, 1989; Cook, 1998; Page, 1996; Casero, 2008).

É importante termos presente, neste contexto, a importância do conflito (que aliás ocupa grande destaque na obra de Borrat, 1989). A própria política assenta bastante no conflito (e isto não significa que se deva excluir o consenso como parte desse conflito). Em democracia, o princípio da competição é inerente à atividade política, integrando procedimentos e instituições vocacionadas para o debate, assim como para o confronto e a luta pela imposição de uma decisão. Bourdieu (2000:5) considera o “campo político” uma arena de lutas com combates e enfrentamentos declarados num “jogo comum”, que é o de deter o poder sobre o Estado. Por outro lado, Patterson (2000) refere-se à política com a metáfora do “campo de batalha” e considera que “a controvérsia e o conflito são vistos frequentemente como os verdadeiros temas da política”. Para Borrat (1989:36-37), o jornal pode ser participante desses conflitos, constituindo-se assim como “narrador, comentarista e participante do conflito político”.

É aqui que entra a definição chave para considerar o jornal um ator político: um ator político é “todo ator coletivo ou individual capaz de afetar o processo de tomada de decisões no sistema político” (Borrat, 1989:10). Nesse sentido, contrariando a visão prevalecente na ciência política, o jornalismo não deve ser olhado como elemento subalterno do sistema político, mas como parte integrante do processo político. É essa capacidade de afetar o processo político ou de produzir efeitos nele, num momento

concreto, que configura o jornal como um ator político – e isto é observável nas publicações que o jornal faz periodicamente. No entanto, se o campo político se caracterizava por uma luta da conquista pelo poder do Estado, o jornal não atua nesse sentido. Como refere Borrat (1989:10), “o âmbito de atuação [do jornal] é o da influência, não o da conquista do poder institucional ou a permanência nele”. Page (1996:20) diz que um ator político pode ser definido por “uma ação observável que tem um propósito e que essa ação é suficientemente unificada para que se possa falar de um único ator”. É importante referir também que, de acordo com o autor, essa intencionalidade pode ser mais de natureza funcional, decorrente das práticas e rotinas jornalísticas, do que conscientemente intencionada ou motivada por interesses pessoais.

Cook (1998:85) também se propôs definir o jornal como uma instituição política⁵, sendo os jornalistas atores políticos participantes-chave na tomada de decisões políticas. Para o autor, as notícias são o resultado da colaboração e do conflito entre os profissionais jornalísticos, políticos em posições oficiais e outros atores políticos. É importante referir também o contributo de José Luís Garcia (1995), no contexto nacional, que define o jornalista como ator político, nas sociedades democráticas, na medida em que “exerce influência sobre as instituições, os movimentos e os grupos sociais, políticos, económicos, etc., sem que deixe de estar sujeito, simultaneamente, à influência da lógica mercantil e de outros detentores de poder (particularmente dos poderes económico e político) e a um certo tipo de condicionamento com o público.”

Contudo, esta perceção da influência e da participação dos jornalistas e do jornalismo na política é normalmente rejeitada e não reconhecida como legítima pelos profissionais da área. Os jornalistas, por exemplo, tendem a aderir conscientemente a elevados padrões de imparcialidade, rejeitando a inclusão de valores pessoais no processo noticioso (Cook, 1998). Mas, como refere Cook (1998) esta “adesão a princípios de objetividade” é o que acaba por determinar a sua influência política: os jornalistas, através de práticas e rotinas estandardizadas do processo noticioso, acabam por ocultar a sua influência política sob uma “máscara” de procedimentos. Igualmente, os jornalistas procuram distanciar-se dos políticos de modo a mostrar ao público (para quem escrevem) que não se encontram sob o seu domínio ou influência, e utilizam como defesa para a sua

⁵ «The news media should be thought of not only as an institution but as political; in other words, journalists are political actors». Cook, T. (1998) “*G v n ng w th th n ws: Th n ws m a s a t a nst tut n*”, pp.85, Chicago: The University of Chicago Press

autonomia valores normativos próprios do jornalismo político numa democracia, nomeadamente o escrutínio crítico e o “adversarialismo”, em inglês *adversarialism* (McNair, 2000).

A influência ou poder político de um determinado ator, neste caso do jornal, não é então algo fácil de identificar, nem será tão pouco posto em evidência facilmente. É através da observação e da análise do jornal e da organização interna da redação, mas também das práticas e rotinas que compõem o processo noticioso que os jornalistas executam, que podemos extrair algumas interpretações e conclusões.

No caso concreto deste trabalho, procura-se perceber se o *Expresso*, durante o período concreto do estágio e no tema noticioso escolhido para análise, pode ter intervindo no debate político, constituindo-se assim como ator participativo desse debate, com a ajuda dos contributos teóricos dos autores mencionados anteriormente. Para o *Expresso* poder ser considerado um ator político este deve, através do que publica (mas também daquilo que escolhe não publicar), tomar posições concretas podendo influenciar o próprio processo político – partilhando assim o cenário político com outros atores políticos igualmente relevantes (partidos políticos, grupos de interesse...). É importante referir que isto não tem necessariamente de refletir uma adesão intencional a preferências partidárias ou políticas dos jornalistas ou do próprio jornal, mas que pode precisamente surgir no contexto das práticas e rotinas profissionais internalizadas (ou seja, de forma involuntária) pelos jornalistas e pelo próprio processo de produção noticiosa. No entanto, ainda que involuntária, consideramos que tal não retira a importância no momento de considerar o jornal como um ator político relevante para o desenvolvimento da atividade política.

1.2. Apresentação do tema

Como já foi referido, este trabalho pretende explorar o papel do jornal de referência, e mais concretamente do jornal *Expresso*, onde se realizou o estágio, no processo político nacional, de modo a perceber se é possível ser definido como ator político num período e tema concreto. Em concreto isto significa analisar como se organiza e funciona a secção de Política do *Expresso*, assim como os resultados que esta produz (as notícias publicadas no jornal). No entanto, tendo em conta as condições do estágio curricular,

não foi possível observar em primeira mão o funcionamento da secção de Política, pois os estagiários são colocados, por norma, na secção *Online*, que se encarrega da produção noticiosa e gestão do *site* do *Expresso*, e que habitualmente não produz diretamente conteúdos sobre política.

Considerando este tema de uma grande atualidade, e com uma relativa falta de consenso por parte dos investigadores de diversas disciplinas no que diz respeito ao papel exato do jornalismo, do jornal e dos jornalistas na política, pretende-se contribuir para este debate, aproveitando a experiência que o estágio num jornal português de referência pode proporcionar. Contudo, não será possível estabelecer conclusões passíveis de serem generalizadas ao conjunto dos *media* em Portugal, nem inclusive a todos os conteúdos do próprio *Expresso*.

Partindo desta problemática para a investigação proposta, a pergunta de partida que se coloca é a seguinte: o *Expresso* interveio como ator no processo político, num momento concreto? Procuraremos responder a esta questão através do estudo de caso da eventual não recondução do mandato da procuradora-geral da República, noticiada pela primeira vez pelo semanário a dia 9 de janeiro de 2018, no seu *site*. Pretende-se partir de um conceito de ‘ator político’ como ator participativo no sistema político, provocando efeitos na atividade do mesmo, como já foi referido no subcapítulo anterior.

Assim, configura-se como objetivo principal da investigação perceber se o *Expresso* - através das peças jornalísticas sobre um tema concreto e da forma como estas são apresentadas (notícia, análise, entrevista, manchete, 1ª página, etc...), resultado das práticas e rotinas dos jornalistas políticos – se constituiu como ator interveniente do processo político. Ainda que se contemple também neste trabalho o papel dos jornalistas, assim como dos editores, que compõem a secção de Política do *Expresso*, é importante notar que estes não atuam a título individual, mas sim como integrantes de um organismo que é o jornal, produto das práticas e rotinas que advêm da profissão jornalística – pelo que é o jornal que se configuraria como um ator político, e não os jornalistas. Esta ideia é explicada por Breed (1955), que refere que a orientação editorial do jornal é imposta desde cima, pela direção e pelo pessoal executivo de um determinado jornal, e internalizada pelos jornalistas da redação de diversas maneiras: através duma autoridade institucional, que emana da direção, a qual pode estabelecer sanções ou recompensas de modo a implementar essa orientação editorial; através de

sentimentos de empatia, admiração e respeito que os jornalistas podem sentir face aos seus colegas e superiores; aspirações profissionais; a falta de conflito a favor da união na redação; o gosto e prazer pela profissão; a valorização das notícias como produto final dos jornalistas. Estes seis fatores, de acordo com o autor, contribuem para a formação de um “grupo de referência” na redação, encorajando desde modo a uniformidade da orientação editorial do jornal. Acrescenta Breed (1955) que este processo de aprendizagem deriva num “processo de controlo social” no qual os integrantes que se desviam da norma são castigados e repreendidos.

Neste sentido, procuraremos analisar como funciona a secção de Política e por quem é composta; perceber qual é o relevo das notícias sobre política no jornal em relação a notícias sobre outros assuntos; analisar que tratamento é dado a um determinado tema político.

No caso deste trabalho, escolheu-se analisar todos os artigos de informação sobre o tema político escolhido, publicados durante o período de estágio. Decidiu-se incluir todas as peças jornalísticas relativas ao tema, não cingindo a análise aos editoriais, pois esta última resultaria uma escolha mais evidente, no sentido em que os editoriais revelam mais abertamente a posição política do jornal devido ao seu carácter de opinião, em oposição aos artigos de informação. Assim, além das peças noticiosas sobre o tema escolhido, foram incluídos vários artigos de opinião, inclusive um editorial.

O tema escolhido para análise foi determinado durante o período de estágio e foi selecionado de acordo com a sua relevância política e mediática. Como já foi referido, a escolha recaiu no tratamento jornalístico dado pelo *Expresso* a uma declaração da ministra da Justiça, Francisca van Dunem, durante uma entrevista à TSF, sobre a não-renovação do mandato da procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. Este tema tem a particularidade de envolver diversos atores políticos de diferentes poderes (neste caso, a relação evidente entre poder executivo e poder judicial) e como esta relação pode ser (re)produzida pelo jornal, dotando a nossa observação de um valor acrescido por envolver duas instâncias basilares da democracia liberal portuguesa. De facto, como Douglass Cater (1959) refere, citado por Cook (1998), uma das funções primordiais do jornalismo numa democracia é a sua capacidade de intermediação e articulação entre os diferentes poderes do Estado: a separação de poderes requer

comunicação entre eles, possibilitando assim, simultaneamente, a atuação da opinião pública como árbitro desses poderes.

O tema compõe-se de 33 peças jornalísticas dos mais variados tipos: notícias, entrevistas, análises, artigos de opinião e editoriais. Todas as 33 peças foram publicadas numa plataforma ou noutra do *Expresso*: no *site*, na edição *online* do *Expresso* Diário, no semanário. O período temporal de análise dos sobre o tema estende-se pelos três meses de estágio. A escolha prende-se também com o facto de ter sido possível acompanhar desde o primeiro dia de estágio o tema em questão.

1.1. Opções metodológicas

No que diz respeito às opções metodológicas, optou-se por combinar várias técnicas de investigação – análise de conteúdo, observação participante e entrevistas semi-diretivas – de modo a que as informações recolhidas de cada uma delas se complementem entre si, tirando assim o melhor partido de cada uma delas para poder responder às questões e objetivos que se colocam com esta investigação. A pertinência desta escolha segue de perto a perspetiva metodológica de Kuhn e Neveu:

“A investigação do jornalismo político não tem de escolher entre a etnografia da redação, a análise estatística do conteúdo noticioso ou o papel dos jornalistas como narradores. Deve atentar mais na seleção entre uma vasta gama de métodos, de acordo com as questões colocadas e os objetos estabelecidos, e na combinação em detrimento da hierarquização das ferramentas de investigação”

(Kuhn e Neveu, 2007:18)

Devido às condições que o estágio veio a proporcionar, pretendeu-se abordar como objeto de estudo os artigos publicados pelo *Expresso* sobre o tema político já referido. Ou seja, um estudo de caso cuja análise recai nos artigos (notícia, reportagem, artigo de opinião, análise...) publicados sobre esse tema pelo *Expresso* (quer no ‘site’, quer no *Expresso* Diário, quer no semanário), durante um período de tempo definido, assim

como o tratamento noticioso que lhes é dado (quantidade de artigos publicados, posição de destaque que ocupam, tipos de fontes utilizadas, ângulo adotado na notícia...). Porém, este *corpus* foi também complementado com um esforço de compreensão da secção de política do *Expresso*, através de entrevistas e observações feitas durante o estágio.

A observação participante que o estágio num jornal proporciona complementa a análise das publicações durante esse período, pois são estas o produto das práticas e rotinas observadas na redação. A escolha de analisar conteúdo sobre determinado tema prende-se também com o facto de existirem algumas limitações impostas aos estagiários do *online*. Por exemplo, aos estagiários curriculares é vedado trabalhar com regularidade no Parlamento como jornalistas, salvo raras exceções, pelo que um acompanhamento exaustivo e exclusivo do trabalho do jornalista político no *Expresso* nunca seria completamente exequível.

Assim, configura-se como principal escolha metodológica a análise de conteúdo, técnica de tratamento de informação da mensagem ou, como constata Bardin (1977:31), um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”⁶. A análise de conteúdo possui como uma das suas vantagens a sua capacidade de incidir sobre conteúdo não-estruturado, como é o caso das mensagens dos *media* (Vala, 1986:107).⁷ Esta é uma técnica que teve na origem do seu desenvolvimento, na primeira metade do século XX e principalmente nos Estados Unidos, na análise de textos jornalísticos e de propaganda, sendo uma das obras mais ilustrativas desta época a de H. Lasswell, “*Propaganda technique in the world war*” de 1927 (Bardin, 1977).

Destaco também desta técnica a importância que detém por atribuir uma dimensão qualitativa e interpretativa à investigação, que decorre da sua capacidade principal de realizar inferências.⁸ Como ilustra a definição de Krippendorff (1980), citada por Vala (1986:103): “a análise de conteúdo é uma técnica que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto.”⁹ A inferência ou dedução lógica permite-nos obter informações que não são explícitas no texto. Em suma, como refere Bardin

⁶Bardin, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. pp. 31, Lisboa: Edições 70

⁷Vala, Jorge (1986), *A análise de conteúdo*. Capítulo IV, pp.101-128 in *Metodologia das Ciências Sociais*. Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Eds). Porto: Edições Afrontamento.

⁸A importância da inferência como função da análise de conteúdo foi primeiramente introduzida por Bardin (1977).

⁹Krippendorff, K. (1980), *Content Analysis: An introduction to its methodology*, SAGE

(1977:40-41), a análise de conteúdo assenta na articulação entre a “superfície dos textos” (ou seja, uma descrição resumida das características do texto) e os “fatores que determinaram essas características, deduzidos logicamente”. Apenas através da inferência é possível estabelecer interpretações de determinado conteúdo. De acordo com a mesma autora (1977:39), existem dois tipos de problemas a que as inferências podem tentar responder: as causas ou antecedentes e/ou as consequências que dito conteúdo pode provocar. No caso particular deste trabalho, interessa aproximarmo-nos da compreensão do último aspeto.

A análise de conteúdo pode ter uma função de verificação (onde se pretende verificar uma hipótese previamente definida) ou uma função exploratória (na qual se pretende explorar temáticas ou informações a partir do material que se analisa), sendo que ambas podem coexistir mutuamente (Bardin, 1977). Igualmente, a análise de conteúdo pode ser desenvolvida desde uma abordagem quantitativa (observação da frequência de determinadas características) ou uma abordagem qualitativa (observação da presença ou ausência de uma dada característica ou seja, a capacidade de inferência que vai permitir a interpretação por parte do investigador com base no conteúdo analisado).

A realização do estágio permite a possibilidade de se utilizar também a observação participante como uma das técnicas de investigação deste trabalho. A observação participante é caracterizada pelo “envolvimento direto que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo”¹⁰ (Iturra, 1986:149). Graças a este envolvimento direto, o investigador tem a oportunidade de conhecer e de participar no contexto que pretende estudar, conseguindo assim utilizar a mesma linguagem e os mesmos conhecimentos dessa realidade que utilizam os indivíduos que compõem o contexto que é alvo da investigação. Neste sentido, o estágio curricular permite e facilita a utilização desta técnica de pesquisa. Assim, durante o período de estágio foi utilizado diariamente um caderno para proceder à anotação cuidadosa de todas as observações feitas durante esses três meses. Trabalhar como jornalista estagiária na redação do *Expresso* permitiu ter contato direto com o modo de trabalho dos jornalistas, aprendendo assim as práticas, rotinas e linguagens

¹⁰Iturra, Raúl (1986), *Trabalho de campo e observação participante em antropologia*. Capítulo VI, pp.149-163 in *Metodologia das Ciências Sociais*. Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Eds). Porto: Edições Afrontamento.

utilizadas no dia-a-dia na redação, permitindo assim, com estas observações, enriquecer a investigação.

Para além da análise de conteúdo e da observação participante, decidiu-se recorrer a entrevistas semi-diretivas a jornalistas e editores da secção de Política do *Expresso*, de modo a recolher a informação necessária que não foi obtida com as outras técnicas de investigação. A entrevista semi-diretiva é caracterizada por uma função de verificação mas também de aprofundamento do tema que se pretende investigar. É composta por diferentes tipos de perguntas, normalmente perguntas abertas que se seguem de perguntas que confrontam o entrevistado, permitindo perceber os seus pontos de vista subjetivos sobre o tema concreto que se está a investigar (Flick, 2009). A entrevista semi-diretiva é então caracterizada, refere o autor citado, pela introdução de tópicos, através das questões colocadas, e pela formulação intencional destas questões com base em teorias científicas relacionadas com a investigação em causa.

Neste trabalho, realizaram-se perguntas fechadas para proceder a uma caracterização do perfil de cada jornalista, mas também perguntas abertas relativas à perceção subjetiva de cada jornalista sobre o que é o jornalismo, como este se relaciona com a política e a democracia, opiniões pessoais sobre determinadas questões políticas. Nas entrevistas, foram colocadas aos jornalistas as mesmas perguntas de modo a ser possível estabelecer comparações entre as várias respostas.

Dos sete jornalistas da secção política do *Expresso* foram entrevistados presencialmente seis, incluindo a editora. Atendendo aos procedimentos que caracterizam a entrevista semi-diretiva, foi utilizado um guião, introduzindo quando conveniente outras questões pertinentes durante o seguimento das entrevistas. Pretendeu-se traçar um perfil simples dos jornalistas da secção, compreender o funcionamento desta e perceber as perceções e perspetivas que os próprios jornalistas têm face ao jornalismo e à política.

2. O estágio num jornal de referência

2.1. História e caracterização do *Expresso*: Um jornal que “conquistou grande parte do seu prestígio como jornal político”¹¹

Falar do *Expresso* e da sua história implica, necessariamente, falar de política. As ligações do jornal ao mundo político, tanto pelo conteúdo das suas publicações como também pela ligação de diretores a cargos políticos, fazem do *Expresso* um lugar fascinante onde ambas esferas se cruzam, produzindo resultados interessantes no panorama político e jornalístico português. Um dos maiores exemplos é o facto do principal fundador do *Expresso*, Francisco Pinto Balsemão, ter sido simultaneamente um dos criadores do PPD (atual PSD) e, posteriormente, ter exercido como primeiro-ministro do país. Do *Expresso* saiu também Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República. No jornal, além de redator e editor na área de política e sociedade (criou a secção *Gente*), foi subdiretor (1975-1979) e diretor (1979-1981). Esta partilha de cargos políticos e jornalísticos é, aliás, um dos fatores apontados por Hallin e Mancini (2004) de paralelismo político, inserindo o caso de Portugal no modelo pluralista polarizado ou modelo mediterrâneo, junto com Itália, Grécia, Espanha e, com algumas nuances, França.

O contexto político de Portugal na altura da criação do *Expresso*, no início da década de 70, é necessário para compreender como a identidade do semanário – e a sua afirmação como jornal de referência – se foi moldando nos seus primeiros anos.

Se o salazarismo se caracterizou por uma total rejeição e restrição da liberdade de imprensa, compreendendo antes a imprensa como um instrumento ao serviço do regime, o período marcelista esboçou, por outro lado, uma relativa abertura dessa liberdade, concebendo os meios de comunicação como “bons ajudantes da ação política, capazes de transmitir velozmente as mensagens, de forma transparente e límpida” (Baptista, 2012:116). De facto, a relação de Salazar com a imprensa contrasta bastante com a relação que Marcelo Caetano quis projetar: construiu uma imagem popular que agradasse os portugueses, permitiu uma intensa cobertura mediática durante os dias da sua tomada de posse. No entanto, é preciso não esquecer que um regime ditatorial,

¹¹SARAIVA, José António (2003), “Confissões de um director de jornal: Nos bastidores do *Expresso* e do poder”, pp.27

autoritário, caracterizado pela censura à informação e pela repressão promovida pela polícia política continua a persistir e a condicionar a vida dos portugueses – e, conseqüentemente, a condicionar o jornalismo (em especial o político).

A par da relativa abertura do regime que caracterizou a Primavera Marcelista, os próprios jornais foram usufruindo durante estes anos de uma progressiva “recomposição redatorial favorável à captação e amplificação das novas vozes e tendências que vinham fraturando a anterior homogeneidade ideológica” (Baptista, 2012:221). A constituição da Ala Liberal, grupo da Assembleia Nacional (AN) de deputados independentes e com pretensões reformistas face ao regime (mas sem deixar de apoiar), ajudou nesta ligeira politização do jornalismo e da sociedade. Posicionando-se “orgulhosamente como uma voz crítica” (Araújo, 2007), a Ala Liberal motivou uma maior atenção dos jornais nas intervenções dos deputados na AN. Através das propostas que apresentavam em plenário, geraram “um debate político mais vivo e complexo” que deixava entrever as “ambigüidades e debilidades” jurídicas que sustentavam a ditadura (Baptista, 2012:39). Isto, de acordo com a mesma autora, obrigou a uma cobertura jornalística da AN mais “interpretativa, explicativa e relacional”. Baptista (2012:398) vai ainda mais longe e afirma que, a partir do contributo da Ala Liberal, a reconfiguração da AN como “espaço noticioso interessante”, no sentido em que produz fatos, acontecimentos e opiniões “capazes de atingir um alto grau de relevância”, permitiu a dinamização do jornalismo político em Portugal e a sua delimitação enquanto “território particular dentro do jornalismo”. Balsemão – mas também Sá Carneiro, Miller Guerra, entre outros – foi um dos deputados que fez parte da Ala Liberal enquanto, simultaneamente, desempenhava um papel de direção no jornal Diário Popular¹². Mais ainda, Balsemão e Sá Carneiro chegaram a apresentar um projeto de lei sobre a liberdade de imprensa na AN, em 1970 (Baptista, 2012). Anos mais tarde, o primeiro fundaria o semanário *Expresso* com uma crença: “pugnar por uma Imprensa que retire aos políticos o monopólio da política e que, funcionando como um poder autónomo, não necessite de tutela governamental para se exprimir e possa assim provocar a coletivização da política” (Baptista, 2012:267).¹³ Nascia assim aquele que viria a ser um projeto “simultaneamente político e jornalístico” (Baptista, 2012:240) – pois, nas palavras de Balsemão, citado pela mesma autora, “a

¹² Balsemão exerceu como secretário de direção no Diário Popular desde 1964 até à criação do *Expresso*.

¹³ Entrevista a Balsemão da revista *Flama* (27 de outubro de 1972, pp.8-14) citado por Baptista (2012).

política é um assunto demasiado sério para ser confiado exclusivamente aos políticos”¹⁴ (Baptista, 2012:267).

O *Expresso* começa a funcionar com uma redação de quinze pessoas, incluindo o diretor, e dez dos quais jornalistas, na sua maioria jovens e provenientes de jornais à esquerda do regime. Chefiada por Augusto de Carvalho e situada no nº37 da Rua Duque de Palmela, em Lisboa, contou também com colaborações de Sá Carneiro, líder da Ala Liberal, e com Marcelo Rebelo de Sousa na equipa fundadora do jornal. O destaque dado à Ala Liberal é visível nas publicações do *Expresso* mas, ainda assim, este não foi sectário ao ponto de negligenciar outros temas e grupos, caracterizando-se antes por manter um pluralismo ideológico, quer nos temas publicados, quer nos jornalistas e editores que integram o jornal (Baptista, 2012:328)¹⁵. Mais ainda, a criação de um Conselho Editorial, novidade nos jornais portugueses, contribuiu para essa visão pluralista e representativa que o *Expresso* pretendia transmitir. Consistia em convidar e reunir pessoas que representassem determinadas atividades socioprofissionais para criticar e discutir o número anterior e dar sugestões para o que viria a seguir (Baptista, 2012). A par do Conselho Editorial, o *Expresso* estabelece um estatuto editorial que pauta a orientação adotada pelo semanário, e um Conselho de Redação eleito pelos jornalistas.

Um ano antes, em 1972, Balsemão cria o Sojornal – empresa proprietária do *Expresso* – com a ideia de que, mesmo face às adversidades que a imprensa enfrentava na ditadura, era possível fazer “um jornal de qualidade”¹⁶. Mais tarde, em 1975, a criação do *Expresso* era complementada com a fundação da VASP, também por Balsemão, com o propósito de se encarregar da distribuição daquele que viria a ser o semanário mais lido pelos portugueses cada sábado de manhã, com uma tiragem de 65 mil exemplares no seu primeiro ano de distribuição. Assim, tanto a VASP como o Sojornal/EXPRESSO, como as restantes revistas que viriam a ser editadas pela empresa de Balsemão constituíam o grupo, mais tarde, em 1991 – e até a atualidade –, chamado Grupo Impresa.

¹⁴ Esta frase serviu de título à mesma entrevista a Balsemão referida anteriormente da revista Flama (27 de outubro de 1972, pp.8-14), citada por Batista (2012).

¹⁵ De facto, Balsemão defendeu inúmeras vezes em várias entrevistas e artigos a independência (política, mas também económica) do *Expresso*.

¹⁶ <http://www.impresa.pt/apresentacao-grupo>

Desde o seu momento de criação, o *Expresso* tornou-se um lugar onde a política e o jornalismo estabeleceram uma relação de proximidade. Como refere Baptista (2012:281), o semanário “ao invés de contornar a política, foi um jornal assumidamente político”, que conseguiu construir uma “rede de *opinion-makers* credíveis” conseguindo afirmar-se como “um jornal de referência na formação da opinião pública”. Um dos exemplos mais ilustrativos era a coluna “Visto” daquele que viria a ser o futuro primeiro-ministro do país, Sá Carneiro, que se encontrava na página 8 do semanário, na secção dedicada ao editorial e à opinião.

Assim, pouco mais de um ano antes da instauração da democracia em Portugal, nasce um jornal que rapidamente se afirmará como um dos principais líderes da imprensa nacional. A 6 de janeiro de 1973 a primeira edição do *Expresso* chega às mãos dos portugueses com uma manchete que refletia a realidade política devastadora do país: “63 por cento dos portugueses nunca votaram”. Inspirado nos jornais dominicais britânicos de referência, o semanário custava cinco escudos (dois cêntimos e meio nos dias de hoje), era impresso na rotativa do *Diário de Lisboa* e incluía um caderno principal, de 16 páginas, de caráter mais “sério” e noticioso e um segundo caderno denominado *Revista*, ambos em formato *broadsheet* (mais tarde adota-se o formato *berliner*)¹⁷.



¹⁷ PAIXÃO, PAULO (2015). “Expresso a caminho dos 43. Uma vida em 43 momentos”. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/expresso-a-caminho-dos-43-uma-vida-em-43-momentos=f905084#gs.k4aZs2s>

A preocupação por desenvolver um jornal de qualidade que seguisse o modelo jornalístico britânico levou a que alguns dos principais editores e jornalistas do *Expresso*, nomeadamente Augusto de Carvalho e Fernando Ulrich, viajassem até ao Reino Unido a fim de realizar um estágio no *The Sunday Times* e *The Observer*. As ambições de Balsemão não demoraram a merecer a atenção da Direção-Geral de Segurança (sucessora da PIDE), que via na criação do *Expresso* e nos estágios realizados no estrangeiro uma possível ameaça ao regime.¹⁸

Apesar de ter nascido já na fase final do regime marcelista, o *Expresso* chegou a passar por restrições à liberdade de imprensa impostas pelo marcelismo, nomeadamente a chamada censura prévia e os vários mecanismos de controlo e intervenção do Secretariado Nacional de Informação, que em 1945 sucedeu o Secretariado da Propaganda Nacional, criado em 1933 por Salazar. A censura, consagrada no decreto-lei 22469 de abril de 1933, era utilizada pelo regime com o fim de “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social”¹⁹, cujo conceito de opinião pública era contemplado na Constituição de 1933 no artigo 20º como “elemento fundamental da política da administração do País”²⁰. De facto, a censura imposta pela Comissão de Exame Prévio – os serviços de censura à imprensa do marcelismo – foi um entrave a algumas publicações do *Expresso*: durante as 55 edições que foram vigiadas por este organismo, o semanário sofreu mais de 3.600 cortes em quase 1.500 artigos.²¹ Mas nem por isso o *Expresso* deixou de noticiar ou investigar um tema sob a ameaça da censura, nem abdicou de tentar impor-se como um jornal livre e isento e simultaneamente participante ativo da vida política nacional – o próprio diretor da Comissão na altura, Mário Bento, refere num artigo do jornal que o semanário era “uma dor de cabeça para a casa”²².

Mas na rua Duque de Palmela não se fez só jornalismo, fez-se também política. Durante os seus primeiros anos, o *Expresso* funcionou como uma espécie de “incubadora” daquele que viria a ser o principal partido político de centro-direita: o PPD e, anos mais tarde, atual PSD. Fundado a 6 de maio de 1974 por vários deputados da Ala Liberal,

¹⁸ CASTANHEIRA, JOSÉ PEDRO (2013). “A História de 2080 Semanas”. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795#gs.=ufKfhs

¹⁹ <https://dre.pt/application/file/255144>

²⁰ <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

²¹ CASTANHEIRA, JOSÉ PEDRO (2013). “A História de 2080 Semanas”. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795#gs.=ufKfhs

²² *Idem*

como Francisco Pinto Balsemão (fundador, diretor e principal acionista do *Expresso*), Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota, o PPD teve na redação do *Expresso* durante os primeiros tempos a sua sede não oficial.

É possível, então, afirmar que o *Expresso* nasce como um projeto mediático mas também como um projeto com fortes aspirações a participar ativamente na política do país, nomeadamente durante os seus primeiros anos de vida. João Figueira (2007:131) chega a classificar o *Expresso* como um ator político e “instrumento essencial para o PPD”, citando Marcelo Rebelo de Sousa (2000), durante o período do verão quente de 1975. De facto, uma segunda edição semanal do *Expresso* à quarta-feira, chamada *Expresso Extra*, é lançada em 1975 e durante dois meses convive com a habitual edição de sábado, no ambiente de “efervescente atualidade política portuguesa” da altura²³. Figueira (2007:131) acrescenta também que o jornal no seu início se caracterizava mais por ser “um veículo de opinião que de informação” posto que “a sua influência residia na força dos comentários e análises” que eram maioritariamente neste período, segundo o autor, de Marcelo Rebelo de Sousa, militante destacado do PSD e subdiretor do *Expresso*. Contudo, Figueira (2007:132) realça que esta função instrumental do semanário na política não deve ser confundida com um “uso e abuso” do espaço dado aos dirigentes do partido, mas que refletia uma “interiorização e identificação dos combates comuns a travar” pelo PPD. A interação entre o semanário e o partido reforça-se com a vitória da Aliança Democrática nas eleições legislativas de 1979²⁴. Balsemão, convidado para ministro-adjunto do primeiro-ministro, Sá Carneiro, abandona o cargo de diretor do *Expresso*. O jornal, que é então liderado por Marcelo Rebelo de Sousa, aproveita a situação para reforçar a sua independência face ao PPD e ao novo governo e posiciona-se como uma das vozes mais críticas do executivo²⁵.

Em 1981, com a súbita morte do primeiro-ministro em dezembro de 1980, Balsemão sucede a Sá Carneiro no cargo e Marcelo abandona a liderança do *Expresso* para integrar o governo. Assim, Augusto de Carvalho toma posse como diretor do *Expresso*

²³ PAIXÃO, PAULO (2015). “Expresso a caminho dos 43. Uma vida em 43 momentos”. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/expresso-a-caminho-dos-43-uma-vida-em-43-momentos=f905084#gs.k4aZs2s>

²⁴ Coligação de centro-direita composta pelo PPD/PSD, Centro Democrático Social (CDS) e Partido Popular Monárquico (PPM). O governo da Aliança Democrática cai um ano depois, com a morte de Sá Carneiro, e a coligação é dissolvida em 1983.

²⁵ CASTANHEIRA, JOSÉ PEDRO (2013). “A História dos 40 anos do Expresso”. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795#gs.=ufKfhs

em 1981 e, dois anos mais tarde, é substituído no cargo por José António Saraiva. Durante esta década várias novidades são introduzidas. O *Expresso* aumenta o seu preço para 60 escudos – contrariando um acordo estabelecido com os restantes jornais, que visava aumentar para 50 escudos – e a Revista passa a formato *magazine* e ganha cor.

Porém, a mudança mais substancial viria a suceder em 1987 com a criação do *Expresso* 2, um segundo caderno do semanário no qual a área da Economia era autonomizada, integrando também o Desporto e Imobiliário – já num contexto de abertura da economia portuguesa, com a adesão de Portugal à CEE em 1986. De acordo com Saraiva (2003), o *Expresso* passava assim a “assentar num tripé”: Economia, com o segundo caderno; Cultura, com a Revista; e a Política, no caderno principal, que segundo o autor “domina o corpo principal” do jornal²⁶. Durante a década de 80, tal como nos anos anteriores, os temas políticos dominam completamente as manchetes e primeiras páginas do jornal – em concreto, as eleições presidenciais de 1986. Atualmente, o *Expresso* divide-se da seguinte forma: Primeiro Caderno (que inclui Política, Internacional, Sociedade e Desporto), um Segundo Caderno dedicado à Economia e a Revista E.

Mas o *Expresso* não é um jornal de referência apenas pela sua preferência pela análise e cobertura de temas políticos - apesar destes serem obviamente o seu “prato forte” -, também teve uma forte presença no apoio à cultura: em 1987, o *Expresso* cria o Prémio Pessoa com o intuito de distinguir e premiar anualmente personalidades portuguesas pelos seus feitos nas áreas da ciência, da arte ou da literatura - um prémio que, até aos dias de hoje, continua a ser um importante galardão no panorama nacional.

Em 1988, é fundada a Controljornal, a empresa que viria a atuar como *holding* de todas as publicações do grupo liderado por Balsemão. Três anos mais tarde, a *holding* da Controljornal passa a “*super holding*”, com a criação do Grupo Impresa, abrindo o seu capital social a investidores externos, possibilitando que a empresa se configure como um dos acionistas fundadores do canal privado de televisão SIC (Sociedade Independente de Comunicação)²⁷. Quase dez anos mais tarde, o *Expresso* viria também a tornar-se o primeiro semanário português a marcar presença na Internet e passa a partir de 1998 a ser publicado integralmente no seu *site*, de modo a comemorar o seu 25º aniversário. Esta presença nos meios digitais do semanário viria a ser reforçada ao

²⁶ SARAIVA, José António (2003), “Confissões de um director de jornal: Nos bastidores do Expresso e do poder”,

²⁷ <http://www.impresa.pt/apresentacao-grupo>

longo dos anos: em 2011, com a comemoração da edição 2000, o *Expresso* passa a estar disponível em todas as plataformas multimédia com o lançamento da sua primeira edição para iPad e *tablet*; em 2014, é criado o *Expresso* Diário, uma edição diária de segunda a sexta, lançada às 18h, que passa a acompanhar as edições do semanário e dos conteúdos do *site* (a par desta mudança, Pedro Santos Guerreiro toma posse como diretor do *Expresso*, substituindo Ricardo Costa); finalmente, em 2015, o *Expresso* lança o *Expresso* Curto, seguindo os exemplos de vários jornais mundiais de referência, que se caracteriza por ser uma *newsletter* enviada todas as manhãs, às 9h, para os e-mails dos leitores que a subscrevam e que contempla um resumo das notícias mais significativas do dia (tanto do país como do mundo), assinado sempre por um jornalista ou editor diferente de cada secção.

Todas estas inovações operadas tanto no *Expresso* como no Grupo Impresa, acabariam por constituir a empresa como o maior grupo de comunicação social em Portugal. Todavia, cabe recordar que já este ano de 2018, o Grupo Impresa vendeu as suas 13 revistas – a *Ativa*, a *Caras*, a *Caras Decoração*, o *Courier*, a *Exame*, a *Exame Informática*, o *Jornal de Letras*, a *Telenovelas*, a *TV Mais*, a *Visão*, a *Visão História* e a *Visão Júnior* – à sociedade Trust in News, do empresário Luís Delgado²⁸. As publicações continuarão nos próximos meses, no entanto, a funcionar no Edifício IMPRESA, na Rua Calvet de Magalhães, em Paço de Arcos, onde partilham espaço com as restantes publicações que continuam a pertencer ao grupo: o *Expresso*, a *Blitz*, a *Boa Cama Boa Mesa*, o *Smack*, e a *Tribuna Expresso*. Já a SIC, e todos os restantes canais que desta derivam, encontram-se em Carnaxide.

De acordo com os dados fornecidos pelo *site* da APCT, o semanário *Expresso* atingiu 84 313 tiragens durante o primeiro bimestre de 2018, sendo apenas ultrapassado pelo *Correio da Manhã* quando comparado com as tiragens de outros jornais de informação generalistas, diários e semanais, durante o mesmo período. No que diz respeito à circulação paga durante o primeiro semestre deste ano, o *Expresso* alcançou as 86 101 tiragens, resultado de vendas em papel de 61 562 (-9% em comparação ao semestre passado) e digitais de 24 539 (+6,5% em comparação ao semestre passado).

No entanto, desde 2008, altura que coincide com a crise económica global, a tendência das tiragens do *Expresso* (mas também dos outros jornais) é de diminuir, sendo este o

²⁸ <http://expresso.sapo.pt/economia/2018-01-02-Revistas-do-grupo-Impresa-vendidas-a-Luis-Delgado>

período em que o *Correio da Manhã* começa a cimentar a sua posição de liderança, entre as publicações generalistas, independentemente da periodicidade. Antes desse ano, e durante os primeiros sete anos do milénio, o *Expresso* era o jornal de informação geral (dos diários e semanários) com o maior número de vendas.

Atualmente, a direção do *Expresso* é composta pelo diretor, Pedro Santos Guerreiro; pelo diretor executivo, Martim Silva; dois diretores-adjuntos, João Vieira Pereira e Miguel Cadete; e dois editores-executivos, Germano Oliveira e Paula Santos²⁹. No que diz respeito à redação, na altura em que o estágio foi realizado, esta organizava-se da seguinte forma: Helena Pereira como editora de Política; Rui Gustavo como editor de Sociedade; Pedro Cordeiro como editor de Internacional; Pedro Lima como editor de Economia; Pedro Candeias como editor de Desporto; Jorge Araújo como editor da *Revista E*; Paulo Luís de Castro como coordenador de Multimédia (*site*) e José Cardoso como editor-adjunto do Diário. No que diz respeito ao *design* e multimédia, Marco Grieco é o Diretor de Arte e a secção compõe-se dos seguintes Coordenadores Gerais de Arte: Jaime Figueiredo na Infografia, Joana Beleza no Multimédia, João Carlos Santos na Fotografia e Mário Henriques no Desenho.

2.2. O estágio no *Expresso*

2.2.1. Porquê o *Expresso*?

Quando decidi que queria finalizar o meu mestrado num estágio curricular num jornal, o *Expresso* acabou por tornar-se a minha primeira escolha por diversos motivos. Desde logo, a sua importância no panorama da imprensa nacional, que configura o semanário como um dos principais jornais de referência portugueses. Devido à relevância histórica do jornal, como já foi descrito no capítulo anterior, sempre tive em conta o *Expresso* como um jornal sério e rigoroso na vanguarda da informação. Outro dos motivos prendia-se com o tema do meu trabalho final, que é essencialmente focado no jornalismo político. Por outro lado, tratando-se de um semanário, o que em teoria pode permitir um maior acompanhamento e aprofundamento dos temas ao longo da semana, pensei que seria muito proveitoso para o meu primeiro contacto com o mundo do

²⁹ No período em que o estágio foi realizado, o *Expresso* contava apenas com Germano Oliveira como editor-executivo.

jornalismo profissional. Porém, como comprovei mais tarde, devido à natureza do meu estágio, apenas pude observar de perto o funcionamento do *Expresso* a nível digital e *online* (quer no *site*, quer na edição do *Expresso* Diário) – mas que foi igualmente muito benéfico.

Após a entrevista no edifício IMPRESA, foi-me comunicado que tinha sido selecionada para realizar um estágio curricular de três meses no *Expresso* Online (a secção dedicada essencialmente ao *site* do *Expresso*, mas que não excluía a possibilidade de desempenhar outras tarefas). Apesar de me ter sido indicado na entrevista que não poderia fazer parte da secção de política - como era o meu desejo inicial e especialmente por causa da natureza do meu trabalho – decidi que isto não seria um impedimento uma vez que iria fazer parte da redação do *Expresso*, pelo que haveria muitas maneiras de observar e ficar a conhecer o funcionamento de dita secção. Assim, no dia 8 de janeiro de 2018, entrei pela primeira vez no edifício que viria a ser a minha segunda casa durante três meses.

O *Expresso* localiza-se no 4º piso do Edifício IMPRESA, junto com as demais publicações que pertenciam ao grupo mas que este ano foram vendidas – por isso, o meu período de estágio ficou muito marcado pelo barulho e azáfama das obras que decorreram o tempo todo, no sentido de remodelar o edifício de acordo com a mudança das publicações. O *Expresso* partilha andar com a *Revista E* (que pertence ao semanário), com a *Blitz* e com *A Tribuna Expresso* (autonomização do Desporto numa plataforma web). O local onde decorreu o meu estágio, comumente conhecida na redação pela Secção do *Online*, encontrava-se ao fundo do andar, no lado esquerdo, entre o Desporto/Tribuna, o digital e multimédia e a secção de Internacional. Ao lado, e no meio do andar, está reservado o espaço para os editores principais e direção do jornal, gestores das redes sociais e pessoal da grafia e da edição multimédia.

A secção dedicada ao *online* está encarregue essencialmente de tudo o relacionado com a manutenção do *site*, para além do trabalho jornalístico. Ou seja, requer também um trabalho de gestão e edição no sentido em que é necessário colocar, por exemplo, artigos de opinião ou notícias dos colaboradores do *Expresso* que são enviados para o e-mail principal do *Expresso*; gerir a página inicial, decidindo que notícias merecem estar em destaque, normalmente as de última hora mas também “jogando” estrategicamente com as notícias mais lidas; estar atento às notícias da agência Lusa no caso de ser necessário

publicar alguma. No que diz respeito ao trabalho jornalístico desempenhado pelos jornalistas do *Online* é do mais variado possível. Desde artigos sobre temas internacionais, sugeridos diariamente pelos jornalistas da secção Internacional, à redação e acompanhamento de notícias de última hora, mas também artigos próprios pedidos pelo editor responsável, quer para o *site* quer para a edição do *Expresso* Diário. No entanto, pode-se dar o caso dos jornalistas do *Online* terem de escrever para o papel e vice-versa, os jornalistas que normalmente escrevem para o papel terem de escrever peças para o *site*. Os temas tratados pelos jornalistas do *Online* são dos mais variados e estão em constante adaptação ao que se passa no dia-a-dia, mas há uma clara preponderância de temas internacionais e de sociedade. Temas políticos ou económicos tendem a ser trabalhados pelas respetivas secções mas pode dar-se o caso excepcional, – por uma questão de ajustamento de horário e/ou de acumulação de tarefas dos jornalistas –, dos jornalistas do *online* terem de realizar peças sobre estes temas.

Do lado contrário à secção do *Online* do *Expresso*, situam-se as secções da Sociedade, da Política e da Economia, junto com as responsáveis pelo secretariado, que se encontram ao lado da porta de entrada do andar. No centro, uma mesa ampla reservada para a direção e os editores principais, assim como a equipa de *design* e multimédia e a equipa dedicada às redes sociais.

O *Expresso* conta com duas edições, se bem que podemos contabilizar os conteúdos do *site* como uma terceira edição – sem horas nem dia específico, por ser uma página web publica conteúdos em qualquer altura, pelo menos durante o horário de funcionamento do jornal (das 8h às 24h nos dias úteis³⁰), salvo casos pontuais. À parte do *site*, o *Expresso* conta com o já habitual semanário em papel, aos sábados de manhã (e que só costuma estar pronto para distribuição na madrugada de sexta-feira). Para além disso, em 2014, o *Expresso* passou a contar com uma outra edição, todos os dias de segunda à sexta, às 18h da tarde: o *Expresso* Diário. Apesar de haver edições diferenciadas entre si, os jornalistas podem escrever tanto para o papel como para o *site* e para o Diário, conforme o planeamento que a edição realize.

No que diz respeito ao meu estágio, o trabalho cingiu-se ao *site* e ao Diário, pelo que tive poucas possibilidades de observar diretamente e de forma participativa o

³⁰ Nos dias e horas que não estão previstos no horário habitual, a redação conta com um ou mais jornalistas de piquete, que se encarregam das notícias de última hora e da gestão do *site* aos fins-de-semana.

funcionamento do semanário – ainda assim, como os jornalistas que trabalham para o site e para o Diário são, na sua grande maioria, os mesmos que trabalham para o semanário/versão impressa, foi possível fazer algumas pequenas observações. Durante os três meses de estágio foi-me atribuído o horário das 8h às 16h, sendo que no último mês passei para o horário das 10h às 18h devido à chegada de uma nova estagiária que ocuparia o meu horário antigo.

2.2.2. Diário de estágio: impressões, tarefas, desafios

Apesar de o mundo do jornalismo ser feito de imprevistos, mudanças bruscas e uma necessidade constante de adaptação ao que pode acontecer, é possível estabelecer uma rotina quando se está a trabalhar num jornal. Eu própria, com apenas três meses de trabalho pela frente, cheguei a criar a minha própria rotina no *Expresso* – e foi deste modo que aprendi melhor o funcionamento interno dum jornal assim como a capacidade de nos movermos dentro deste.

No meu primeiro dia no *Expresso*, dia 8 de janeiro de 2018, pediram-me para estar presente às 11h30, mas o horário que acabei por exercer durante o meu estágio (salvo no último mês) foi o das 8h às 16h. No átrio do Edifício Impresa, fui recebida por Tiago Cardoso, responsável dos recursos humanos, que me fez uma pequena visita guiada ao edifício, e me explicou as condições do estágio. Antes de me remeter para a redação do *Expresso*, no 4º andar, deixou-me um conselho que não irei esquecer durante os próximos meses: “se eles não te derem trabalhos, vai atrás deles, chateia-os sempre”. Assim, iniciando a minha primeira experiência a trabalhar num jornal, ganhava forças para aquilo a que me tinha proposto antes do começo desta etapa: conseguir propor e realizar temas interessantes que me permitissem ter um contato direto com o mundo do jornalismo.

Dirijo-me então, sempre acompanhada dum misto de nervosismo e entusiasmo, à redação. Aquele momento que para mim se tornava um ponto de partida numa nova experiência, para os demais jornalistas era só mais um dia de rotina. Atarefados, faziam chamadas enquanto batiam com ímpeto no teclado do computador, sem descolar os olhos do monitor. Outros conversavam descontraidamente sobre as notícias da semana ao pé das mesas, acompanhados de cafés que regularmente iam buscar às cafeteiras

colocadas estrategicamente ao longo da redação. Como pano de fundo, uns ecrãs de televisão, que transmitiam simultaneamente os telejornais dos vários canais nacionais, passavam despercebidos no meio da azáfama.

A primeira impressão que recorro é a quantidade de jornalistas jovens que trabalham no *Expresso* e do ambiente descontraído da redação. Talvez por ser um jornal de referência, de carácter mais sério e com um peso histórico bastante significativo na história da imprensa nacional, imaginasse um ambiente mais sóbrio e cinzento, mais rígido. Mas nada disso. De facto, ao longo do meu estágio, pude constatar que existia uma grande camaradagem dentro da redação, pelo menos no que diz respeito a uma estagiária que estava agora a começar a dar os seus primeiros passos como jornalista e que muitas vezes precisou de ajuda dos seus colegas – e estes não hesitaram em ajudar!

Nesse primeiro dia o meu responsável de estágio, também Editor-executivo do *Expresso*, Germano Oliveira, não chegaria até ao 12h30, pelo que quem me recebeu no meu primeiro dia foi Paulo Luís de Castro, Coordenador Multimédia (que diz respeito à gestão do *site*) – e que viria a tornar-se uma figura indispensável para me mover no *Expresso*, pois foi quem me aconselhou e me ensinou, com frequência, durante o meu estágio. É-me atribuído um computador, aleatoriamente, na zona que trata do *site* do *Expresso*, marcando assim definitivamente o meu lugar na redação, e que será mantido até ao final do meu estágio.

Durante o primeiro dia não tive a oportunidade de realizar muitos trabalhos e as primeiras horas foram passadas a ler jornais na internet. A minha primeira “aula” de “introdução” à redação é feita por uma estagiária, que me ensina aquela que será a minha principal tarefa durante todo o estágio (e que é comum a todos os estagiários): o Dia num Minuto.

O Dia num Minuto é uma pequena secção que abre o *Expresso* Diário, cujo título é bastante autoexplicativo: a ideia é pegar em 13 notícias relevantes do dia (duas delas apenas compostas por números) e uma frase de uma personalidade conhecida que tenha tido impacto nesse dia. As notícias devem ser resumidas e breves, de modo a que o leitor possa assim informar-se sobre os principais acontecimentos do dia. Igualmente, quem está responsável por realizar o Dia num Minuto é também responsável por tratar das fotografias: ou seja, é preciso contactar com o responsável da fotografia do *Expresso* (um fotógrafo ou editor) que será quem colocará as fotografias, a nosso

pedido, na pasta do Dia num Minuto para que nós possamos ilustrar as notícias que escolhemos. É uma tarefa que, apesar de simples à primeira vista, tem as suas exigências. Obriga a ter algum conhecimento da atualidade jornalística assim como dos próprios destaques que têm sido dados pelo *Expresso* no seu site, nomeadamente na sua *homepage*. De resto, pouco se pode fazer na elaboração das notícias uma vez que devem-se selecionar conteúdos já publicados, mas existe sempre a tarefa de adaptar e reduzir essas notícias para que sejam concisas e contenham as informações mais importantes. Apesar de ser uma tarefa limitadora, no sentido em que não estimula a criação jornalística propriamente dita, tentei tirar o máximo partido desta função: tentar relacionar as notícias, frases e números escolhidos entre si, procurar frases criativas ou peculiares que estivessem noutros meios de comunicação, etc.

Para realizar esta e outras tarefas que iria desenvolver ao longo do estágio, aprendi a trabalhar essencialmente com dois programas: o *BackOffice*, dirigido para publicações do *site*, e o *ContentStation*, para aceder às notícias e imagens de agências e para realizar artigos para o Diário, como é o caso do Dia num Minuto (este programa também é utilizado na versão papel, mas essa foi uma tarefa que não desempenhei durante o meu estágio).

Aprendi a utilizar o *ContentStation* logo no meu primeiro dia, graças às explicações da também estagiária Vanessa. Nesse mesmo dia foi-me logo pedido por Germano Oliveira que elaborasse o Dia num Minuto para a edição que sairia às 18h. Recordo que não tive dificuldade em fazê-lo – a parte da “frase” era a que me dava mais prazer, por ser talvez a que permitia maior liberdade – e soube logo que frase haveria de escolher para a edição desse dia. No dia anterior, nos Globos de Ouro, Oprah Winfrey tinha pronunciado uma das frases mais ilustrativas e poderosas do movimento MeToo e batizado o seu movimento irmão, o Time’s Up: “o tempo deles [agressores sexuais] acabou”. Germano Oliveira pediu ao editor de Sociedade, Rui Gustavo, que revisse e corrigisse o meu trabalho e que desse a sua opinião. “Para primeira vez, está impecável”: um elogio no meu primeiro dia de estágio foi a dose de incentivo necessário para enfrentar os próximos meses.

O segundo dia de estágio revelou-se mais atarefado. Chego pontual às 8h e reparo que a redação se encontra praticamente vazia, estando apenas eu, Paulo Luís de Castro e uma jornalista que se encontra de piquete. Ainda assim, começo a sentir rapidamente o

burburinho jornalístico: discutem-se os temas que estão a abrir no *site*, sugerem-se alguns artigos. Passam-se algumas horas enquanto, entre leituras de jornais e a observação da redação do *Expresso*, aguardo por tarefas. Acaba por ser Paulo Luís de Castro quem me ensina uma das mais importantes ferramentas do *site* (e que é uma função tendencialmente desempenhada pela secção do Online, onde me encontro): a utilização do *BackOffice*, o programa de edição e criação de conteúdos para a página web do *Expresso*.

O *BackOffice* permite introduzir conteúdos tais como artigos de opinião ou notícias, fotogalerias, alertas de última hora, gerir a configuração da página principal, entre outros. As minhas tarefas no *BackOffice* – sempre partindo de pedidos dos editores – cingiam-se a colocar artigos da Lusa (nos quais apenas a entrada, ocasionalmente o título e a escolha da fotografia eram realizados por mim, sendo o texto integralmente realizado pela agência), realizar artigos essencialmente para o Internacional, algumas fotogalerias, e com bastante frequência, a publicação de artigos de opinião dos vários colaboradores do *Expresso* que enviavam os seus textos por e-mail. No que diz respeito à escrita de artigos, por tratar-se duma página web, não havia limites de espaço, apenas algumas indicações conforme o tipo de notícia. Sempre que colocava algo no *BackOffice* que me era pedido (incluindo artigos da Lusa), o texto devia ser revisto antes por um editor – que costumava ser ou Paulo Luís de Castro, ou Pedro Cordeiro, editor de Internacional, ou Germano Oliveira. Na falta destas pessoas, a revisão era feita por um jornalista da secção respetiva.

No que diz respeito ao trabalho feito com o outro programa, o *ContentStation*, à parte do Dia num Minuto, que realizei todos os dias deixando a secção pronta antes das 15h, várias vezes fiquei encarregue do Mundo ou do País. Nessas secções do *Expresso* Diário também se pretende realizar um “apanhado” das notícias nacionais e internacionais mais importantes do dia, mas neste caso não é realizado um resumo da notícia pois o artigo é copiado integralmente do *site* do *Expresso* e republicado através do *ContentStation*. O Mundo e o País, normalmente, costumam ficar a cargo de um jornalista responsável desse dia, da Sociedade ou do Internacional, mas não é raro que os jornalistas possam encontrar-se saturados de trabalho pelo que muitas vezes o editor do *Expresso* Diário, José Cardoso, me pediu para realizar essa tarefa, confiando nas minhas capacidades e vendo a facilidade que rapidamente adquiri em utilizar o *ContentStation*, sem cometer erros.

A segunda tarefa que desempenhei com mais frequência durante todo o meu estágio, e que já referi, é a publicação de notícias da Lusa, que se encontram através do *ContentStation* e são publicadas no *site* através do *BackOffice*. Esta é também uma tarefa bastante limitadora, uma vez que a notícia é totalmente da autoria da agência podendo-se mudar apenas o título e as imagens, assim como adaptar o texto ao livro de estilo do *Expresso* e criar uma nova entrada. Ainda assim, aprendi o quão estimulante pode ser estar a par das notícias da Lusa e ir alargando a minha compreensão sobre o que pode ser relevante para o *Expresso* publicar e o que não tem interesse. Durante todo o estágio precisei sempre de pedir autorização a um editor ou jornalista responsável pelo *site* para poder “puxar” – em bom jargão jornalístico, que rapidamente adquiri no *Expresso* – os artigos da Lusa para o *site*, mas a partir da segunda semana dei por mim a ter a iniciativa de escolher determinados artigos, sempre com a prévia autorização. Assim, estabeleci uma rotina no meu dia-a-dia no *Expresso*: chegar cedo de manhã e ler todas as publicações da Lusa desde a 00h, publicar aquilo que fosse relevante e aprovado pelo jornalista responsável (que, com muita frequência, era Paulo Luís de Castro) e, se necessário, ir acompanhando ao longo do dia as atualizações sobre determinado tema.

Outra tarefa que me foi atribuída, e que era uma das que mais me estimulava, foi a redação de artigos para o *site* – na sua grande maioria, para o Internacional. Todos os dias de manhã, o jornalista de piquete da secção do Internacional enviava várias propostas para o responsável do *site* de artigos da imprensa internacional que seriam interessantes ter tanto no *site* do *Expresso* com na secção Mundo do *Expresso* Diário. Logo na minha primeira semana comecei então a escrever artigos que iam sendo revistos e aprovados – várias vezes com direito a elogios – para serem publicados. Com o hábito, passei a ter a iniciativa de propor temas que via na imprensa internacional, mas que não eram sugeridos pela secção do Internacional.

Esta será uma tarefa recorrente no dia-a-dia durante o meu estágio (escrevia cerca de 2 a 3 artigos por dia, só houve alguns dias em que, excepcionalmente, não me foi pedido nenhum artigo): a secção Internacional manda diariamente sugestões de temas sobre os quais devemos escrever para o *site* mas sempre com base em notícias de outros jornais internacionais, embora se reforce a importância de não nos limitarmos a copiar ou traduzir os outros artigos, devendo sempre ter escrito com as nossas palavras e pesquisas adicionais sobre o assunto. Apesar de esta tarefa não me ter permitido ter

contactado com fontes próprias, considerei-a de máxima importância para aprender a trabalhar num jornal. Fiz sempre questão de escrever com as minhas próprias palavras e da maneira mais clara possível, introduzindo sempre informações que explicassem o contexto de cada assunto (do país em questão, a sua situação política, acontecimentos relevantes relacionados...). Aprender a gerir o tempo foi outra das capacidades que adquiri com esta tarefa, uma vez que era necessário escrever os artigos com a maior brevidade possível. A realização de notícias para o Internacional foi a tarefa (à exceção do Dia num Minuto) primordial do meu estágio e que melhor contribuiu para a minha aprendizagem do jornalismo e do trabalho numa redação. E não poderia ter ficado mais feliz com os resultados: recebi sempre elogios dos jornalistas de Internacional, que reviam os meus textos ou simplesmente os liam por curiosidade - especialmente quando se tratava de temas pouco conhecidos, geralmente por se referirem a países e situações que não são tratadas com frequência nos meios de comunicação portugueses. Procurava sempre informar-me sobre o tema de modo a poder expor a informação da maneira mais clara e completa possível.

A realização de artigos para o Internacional a pedido da secção não foi a única situação em que pude elaborar os meus próprios artigos. Muitas vezes era eu própria quem propunha temas tratados na imprensa internacional para escrever para o *site*, por considerar a informação relevante.

À parte de artigos com base na imprensa internacional, fiz também vários artigos com base em *e-mails* institucionais ou comunicados e em curtas chamadas telefónicas para confirmar informações de, por exemplo, notícias de última hora sobre acidentes. Apesar de neste caso elaborar notícias com recurso a fontes próprias, não havia grande margem de manobra, uma vez que me devia limitar a obter ou confirmar pequenas informações contidas no *e-mail* ou comunicado, sem possibilidade de aprofundar por minha conta outras informações. No entanto, recordo um episódio em que me foi pedido para escrever uma notícia com base num comunicado da Comunidade Económica de Estados de África Ocidental (CEDEAO) no qual se anunciava a aplicação de sanções a várias personalidades importantes guineenses, na sequência do contexto de instabilidade política que pairava sobre a Guiné Bissau. Apesar de ter interesse em me manter informada sobre os mais diversos assuntos, a realidade política, social e económica atual deste país não era algo que constava nos meus conhecimentos. Contudo, consegui preparar-me e informar-me o suficiente para entregar um artigo que cumpriu com todos

os requisitos jornalísticos e foi aprovado com distinção pela jornalista responsável. Esta não foi uma situação única. Durante o meu estágio houve inúmeros temas que me foram atribuídos que eram totalmente ou quase desconhecidos para mim. O procedimento que seguia era sempre o mesmo: tentar aprender e compreender o contexto que estava por trás dessa notícia (lendo artigos, especialmente da imprensa local) de modo a poder enquadrar as informações para que o leitor - que, como eu, provavelmente também seria alheio à situação de determinados países menos mediáticos - compreendesse o porquê dessa notícia ser relevante. Foi assim que pude demonstrar aos meus colegas de redação que estava apta para continuar a realizar os artigos que me pedissem para o *site*, pelo que todos os dias tinha pelo menos um artigo para escrever para o Internacional.

Muitas vezes foi possível também complementar estes artigos que me eram pedidos com mais informação de fontes – quer através de *e-mails*, chamadas telefónicas, contacto com académicos ou especialistas sobre o assunto. Se por um lado este era o caminho certo a seguir, nem sempre era fácil pô-lo em prática, devido a um dos maiores inimigos do jornalismo: o tempo. No *Expresso* – e imagino que seja comum a qualquer meio de comunicação que possua uma plataforma digital *online* – o que num minuto é atual, no outro pode deixar de ser. E, como rapidamente aprendi, não é fácil obter e coordenar as respostas das diversas fontes que contactamos, especialmente se o que procuramos é realizar um artigo mais completo. Um dos primeiros artigos que realizei durante o primeiro mês de estágio foi Paulo Luís de Castro que mo pediu. Tinha saído uma notícia no dia anterior sobre uma múmia descoberta na igreja de São José dos Carpinteiros, em Lisboa. A notícia estava dada, mas o Paulo achou que poderia ser interessante tentar procurar mais informações sobre a descoberta. Contactei com a Polícia Judiciária, com o padre da igreja, com a antropóloga forense e com vários arqueólogos e antropólogos. Recolhi informação suficiente e vários depoimentos interessantes, mas a parte crucial estava em falta: os resultados das análises às ossadas, pois todo o processo era habitualmente demoroso. Acabei por não conseguir elaborar o artigo. Esta não foi a única situação em que me vi forçada a desistir de peças jornalísticas, quer das que me foram pedidas quer das que propus: as fontes só podiam responder às questões dias depois, e nessa altura o tema deixava de ser atual, ou nem respondiam de todo. Foi um obstáculo com o qual tive de aprender a lidar durante todo o meu estágio e que contribuiu para melhorar a minha gestão do tempo e capacidade de reação.

Ao todo – contabilizando publicações da Lusa, no *site* e no Diário (e deixando de fora o Dia num Minuto, o Mundo e o País) – produzi cerca de 310 conteúdos para o *Expresso* durante todo o período de estágio, que na sua grande maioria se cingiram as secções do Internacional e da Sociedade³¹.

Mas nem sempre foi tudo tão fácil e preenchido durante a minha estadia no *Expresso*. Por exemplo, na primeira semana de estágio, muitas horas do meu dia foram dedicadas a ler jornais devido à falta de coisas para fazer. Queria propor temas que me fizessem sair da redação e investigar no terreno, mas não me sentia ainda devidamente preparada ou com os conhecimentos necessários para saber o que seria “publicável” – e diga-se também, exequível - num jornal como o *Expresso*. Devia ter atenção para não sugerir temas “óbvios” que já iriam ser tratados por outros jornalistas do *Expresso* mas também não podia apresentar temas rebuscados ou difíceis de realizar. Era preciso encontrar um equilíbrio e a tarefa não se revelou fácil.

A primeira proposta que tinha em mente – uma reportagem sobre a falta de transportes fluviais noturnos que afetam negativamente a vida das pessoas que trabalham em Lisboa, mas vivem na outra margem do Tejo – foi considerada por Germano Oliveira um tema interessante, mas que não poderia ser exequível, uma vez que implicava trabalhar em horário noturno, fora da redação, e isso não seria possível. Um pouco desiludida com a recusa, tentei pensar noutra tema que pudesse propor para poder cumprir com o meu objetivo de não acabar o estágio sem ter conteúdos próprios produzidos para o *Expresso*. Foi assim que me lembrei de um segundo tema que apresentei a Germano Oliveira. Queria recolher informação que me permitisse dar a conhecer a editora musical Príncipe, que promove artistas dos bairros suburbanos de Lisboa com um foco na música eletrónica e de kuduro, tarraxinha, etc, e que tem vindo a ter cada vez mais sucesso no mundo da música, e especialmente no estrangeiro. À importância musical do tema, queria juntar a perspetiva social da vida difícil dos artistas (filhos de emigrantes, moradores de bairros sociais, etc) e o ângulo que idealizei exploraria a hipótese de existência de racismo no panorama musical nacional em relação a estes géneros musicais (em suma: se no estrangeiro estes artistas adquiriam grande sucesso e repercussão, será que cá se passava o mesmo? E caso contrário, porque?). Germano Oliveira incentivou-me várias vezes a explorar o tema e afinar o seu ângulo, e

³¹Ver Anexo 1

disse que quando tivesse a proposta definida a enviasse por *e-mail*. Assim o fiz, mas nunca obtive nenhuma resposta concreta – e o tema caiu.

Assim, começando a habituar-me à ideia de que sair da redação ia ser mais difícil do que pensava, foquei-me em continuar a propor temas internacionais do meu interesse, que fossem atuais mas também originais, esforçando-me sempre por usar uma escrita mais livre e apelativa, de modo a conseguir fazer-me notar. E, felizmente, consegui. Destaco assim dois artigos que me deixaram muito satisfeita com o resultado final. O primeiro, “Pode uma letra de hip-hop levar à prisão?”, foi um dos artigos que mais prazer e vontade me deu escrever. A peça relata a sentença a prisão de um *rapper* espanhol devido ao conteúdo alegadamente apologista do terrorismo. A minha intenção era utilizar fontes próprias, nomeadamente especialistas jurídicos, para poder aprofundar e enriquecer o tema, mas infelizmente não houve tempo suficiente. Em menos de duas horas consegui entregar um texto em condições, com o qual fiquei muito satisfeita, uma vez que o *Expresso*, pela minha autoria, foi o único meio de comunicação português a noticiar esta situação. O segundo artigo que fiz, e do qual guardo especial carinho, foi sobre a greve de jornalistas espanholas no Dia da Mulher, que foi muito aplaudido na redação – inclusive o editor Internacional, Pedro Cordeiro, que disse que estava excelente e não lhe fez nenhuma modificação significativa, ficou entusiasmado com a proposta do tema e com o seu resultado final. Devido à minha proximidade familiar com Espanha, tento sempre estar atenta ao que se passa no país e leio diariamente as principais notícias dos seus meios de comunicação. Foi por isso que durante o estágio propus e escrevi vários artigos sobre acontecimentos relevantes de Espanha. Acresce a isto o facto de a notícia em questão versar sobre o Dia da Mulher, no qual houve uma greve feminista histórica no país vizinho. O tema era, pois, especialmente atual e fiquei muito contente com o seu resultado.

Passado mais de um mês de estágio, percebi que se queria realizar artigos próprios (e não só baseados em artigos de outros meios) tinha de mudar a estratégia. Assim, dirigi-me a José Cardoso, com o qual fui adquirindo confiança e amizade durante o estágio, e pedi-lhe que quando tivesse algum tema que “sobrasse” para o *Expresso* Diário mo pudesse atribuir a mim. Ele concordou, afirmando inclusive que já tinha pensado nisso, e assim ficou combinado. Os temas tratados no *Expresso* Diário são essencialmente propostos e distribuídos por José Cardoso, o editor dessa edição, aos jornalistas das respetivas áreas; ou, ao contrário, os jornalistas propondo temas ao editor.

Os temas que me foram sendo atribuídos por José Cardoso para o *Expresso* Diário foram essencialmente entrevistas, realizadas por telefone, a representantes sindicais de diversas áreas profissionais em caso de greves que estavam previstas (por exemplo, a greve dos enfermeiros e dos funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Por duas vezes iniciei temas que me tinham sido atribuídos que tiveram de ser descartados, devido a circunstâncias que tornavam o tema obsoleto, tendo assim que abandonar o meu trabalho. Por exemplo, um artigo que tive de escrever sobre a legislação de insufláveis em espaços públicos, a propósito do julgamento do caso de uma criança que morreu, na Madeira, em 2015, enquanto brincava nos insufláveis. No entanto, devido ao adiamento do julgamento, o artigo não chegou a ser completado. Uma vez mais, para mim, este abandono de temas fez parte da aprendizagem que é o jornalismo: sabermos adaptar-nos e gerir bem o tempo para podermos estar preparados para estes contratempos tão habituais.

Contudo, o tema que realizei para o *Expresso* Diário que mais me ficará gravado na memória foi aquele que tornou o meu último dia de estágio o mais atribulado de toda a experiência no jornal. No penúltimo dia de estágio, no final do dia, foi-me pedido que no dia seguinte apresentasse uma proposta para ser publicada na edição de sexta-feira do *Expresso* Diário. Após três meses de experiência jornalística, os nervos nunca deixaram de me acompanhar, e este pedido súbito não foi exceção. Ao contrário das várias propostas que fui apresentando para o *site*, uma proposta para o *Expresso* Diário requeria um tema original, com recurso a conteúdo e fontes próprias – ou seja, uma peça jornalística propriamente dita e não apenas um apanhado de um tema na imprensa internacional. Sabia que deveria ser um tema atual e interessante, mas que fosse também exequível, que pudesse realizar em 8 horas (ou menos, como mais tarde se comprovou) e sem sair da redação. Não era uma tarefa fácil. Às nove da noite do meu penúltimo dia de estágio mandei e-mail a Germano Oliveira com a minha proposta pois queria ter a confirmação com antecedência para me poder ir organizando e preparando o artigo. Como tínhamos estado a noticiar o tema a semana toda, e era um assunto de especial relevância, surgiu-me a ideia de falar com vários dirigentes dos coletivos do mundo das artes que nessa sexta-feira se iriam manifestar, num culminar de protestos que tinham surgido durante a semana a propósito dos resultados dos concursos da Direção-Geral das Artes. Rapidamente, Germano Oliveira confirmou-me a proposta, dizendo que era interessante, e deixou-me avançar.

No dia a seguir, mal cheguei à redação, fui falar com José Cardoso para acertar o artigo que deveria estar pronto no máximo às 17h30 – eram, neste momento, 11h. O editor gostou do tema e achou pertinente, mas confessou que talvez já se tivesse escrito muito sobre o assunto e poderia não haver nada de novo a acrescentar. Triste, por ter estado no dia anterior a preparar os meus contactos e conhecimentos sobre o tema, abandonei a proposta e comecei a trabalhar num novo artigo que José Cardoso me atribuiu: um conjunto de dados estatísticos do Eurostat sobre o acesso à saúde pública e os rendimentos das famílias ou pessoas individuais nos vários países da UE. Rapidamente, a frustração apoderou-se de mim. Até à hora de almoço andei à volta dos dados à procura de extrair algo significativo, mas em vão: nem eu dominava a técnica da análise estatística, nem os dados revelavam informações jornalisticamente interessantes. Pensei, enquanto almoçava, que deveria abandonar a tarefa e dizer a José Cardoso que não seria capaz de realizar um artigo em condições. Para minha surpresa, quando regresso à redação, Germano Oliveira já lá está e avisa-me que é para avançar com a minha proposta original, pois era um tema relevante e interessante. Faltavam pouco mais de três horas para as 17h30. Comecei rapidamente a recolher as minhas notas sobre o tema, a estabelecer contactos e a começar as entrevistas. Por indicações do Germano, seria ideal que entrevistasse uma pessoa de cada núcleo que organizava a manifestação (quatro núcleos) em várias cidades do país, sendo que, se o tempo escasseasse, me concentrasse apenas em Lisboa e Porto. Em pouco mais de três horas seria necessário contactar com o maior número de pessoas possível e escrever o artigo. O meu último dia de estágio seria sempre lembrado por mim como um dia atarefado e frenético, lutando contra o tempo para conseguir entregar a horas um bom artigo. E a missão foi cumprida! Abandonei o *Expresso* no meu último dia com uma ótima sensação de ter conseguido ver o artigo, no qual trabalhei todo o dia incessantemente, publicado na edição de 7 de abril, às 18h, do *Expresso* Diário: “Artistas querem 1% do Orçamento de Estado”.

2.2.3. Estagiar no *Expresso*

No mundo do jornalismo sabemos que o tempo pode ser o nosso maior aliado, mas também o nosso maior inimigo. A experiência no *Expresso* – a minha primeira experiência real com o jornalismo profissional – veio confirmar esta ideia. Assim, uma

das capacidades que precisei de aprender com toda a rapidez, no momento de escrever artigos, foi a gestão do tempo. Enquanto algumas vezes era preciso agilizar a escrita e acabar rapidamente a peça, outras dispunha de mais tempo para pesquisar e aprofundar sobre o tema que estava a tratar. Houve assuntos mediáticos que se prolongaram durante semanas ou meses, sempre com novos desenvolvimentos; outros, que eclodiam com enorme intensidade, mas rapidamente perdiam força passado poucos dias; alguns, principalmente notícias de última hora, apenas mantinham a sua relevância no decorrer do próprio dia. Como estagiária, a maioria dos temas “quentes” estavam obviamente fora do meu alcance, mas ainda assim consegui trabalhar com os diferentes tipos de notícias.

Na altura em que estagiei na secção *Online* do jornal, de janeiro a abril de 2018, tive a oportunidade de acompanhar bem de perto o desenvolvimento de vários temas importantes, nacionais e internacionais, para além do tema que é estudado neste trabalho: as eleições primárias no PSD; a reaproximação diplomática da Coreia do Norte com a Coreia do Sul e os Estados Unidos; o aniversário do primeiro ano da presidência de Donald Trump; o polémico caso da partilha de informações confidenciais por parte do Facebook com a Cambridge Analytica; o desenrolar do movimento “MeToo” e novos casos de abusos e assédio sexual em vários organismos relevantes; as eleições legislativas italianas; o tiroteio na escola secundária de Parkland, Flórida; o caso do envenenamento do ex-espião russo, Sergei Skripal, e a tensão que este levantou entre a relação Reino Unido-Rússia, etc. Pela minha parte, tive a oportunidade de contribuir com várias peças sobre alguns destes temas.

Perceber que notícias e temas eram relevantes para o *Expresso*, no sentido de reproduzir a orientação editorial própria, foi um dos primeiros desafios com que me deparei quando cheguei à redação de Paço de Arcos. Certo é que há temas mediáticos transversais aos vários meios de comunicação portugueses, mas o tratamento e preferência que é dado a alguns difere de jornal para jornal. E o *Expresso*, obviamente, não é uma exceção. De facto, uma das primeiras tarefas que é sempre estimulada pelos editores aos novos estagiários é a de ler o jornal e navegar pelo *site* de modo a perceber que temas estão a ser publicados e como estão a ser publicados. Isto revelou-se igualmente importante para trabalhar com as notícias da Lusa, de modo a que pudéssemos identificar quase instintivamente que temas estavam a ser acompanhados e, portanto, que notícias valiam a pena serem publicadas no *site*. No mesmo sentido, obter

esta aprendizagem logo no início do estágio ajudou-me também a perceber quais os temas que deveria propor por minha iniciativa. Assim, depois da primeira semana passar, senti logo que estava a ganhar mais ritmo e autonomia dentro da redação, no sentido de entender e incorporar as rotinas e práticas do jornal.

Se bem que esta autonomia me permitiu ganhar confiança e ir aprendendo com os meus erros, por outro lado, senti, especialmente no início, que os estagiários eram “largados à sua sorte”. Não houve um especial acompanhamento e atenção dada a alguém que tinha acabado de chegar, pela primeira vez, a uma redação. Havia, contudo, consciência por parte dos jornalistas que este era um aspeto que devia ser melhorado mas para o qual não se dispunha do pessoal nem dos recursos necessários. Se bem que um maior acompanhamento personalizado, quer do meu orientador de estágio ou de outro jornalista ou editor capacitado, tivesse facilitado mais a adaptação ao trabalho na redação, a verdade é que nada disto me impediu de realizar as minhas funções e tarefas. O ambiente de companheirismo e solidariedade que reina entre os jornalistas do *Expresso* contribuiu fortemente nesse sentido. Quer fosse uma dúvida linguística ou ortográfica, ou sobre o livro de estilo, ou questões técnicas sobre os programas, ou mesmo questões sobre o próprio tema noticioso em si, os jornalistas estavam sempre lá para ajudar e resolver qualquer dúvida com paciência e atenção. Esta camaradagem entre os jornalistas, o falar e tratar de igual para igual, é um dos aspetos mais positivos que destaco da minha passagem pelo *Expresso*.

Contudo, as experiências não são feitas só de aspetos positivos. Neste sentido, tenho a apontar que não consegui ver cumprida uma das minhas maiores expectativas: sair da redação. O trabalho de campo realizado para preparar uma peça foi sempre feito através quer da *Internet*, quer através do telefone. Embora reconheça que um jornalista do *Online* tem o seu foco no mundo digital e, portanto, a maior parte do trabalho é feita através do computador – como aliás acontecia com a maioria dos meus colegas de secção -, considero importante o contacto com o exterior, no sentido de ir ao local da notícia e estabelecer diálogos cara-a-cara com as fontes, de modo a produzir uma peça mais completa e genuína. A maioria dos artigos que eram pedidos precisavam de ser realizados com rapidez e não careciam de grande aprofundamento, pelo que não havia necessidade de sair da redação ou estabelecer contacto com fontes que não fosse por e-mail ou telefone. Ainda assim, é de referir que no *Expresso* tínhamos todos os recursos

necessários ao nosso dispor – contactos de fontes que pudessem ser pertinentes, telefones e salas para realizar as entrevistas, etc.

No entanto, mesmo trabalhando exclusivamente desde uma secretária, a experiência geral do estágio foi muito positiva e benéfica, pois considero que retirei dela uma enorme aprendizagem do que é o jornalismo e o que significa ser jornalista. De todos os artigos que elaborei, na sua grande maioria para o Internacional, acho que foi muito vantajoso ter tratado temas tão diferentes e desconhecidos para mim. Ser confrontada com um assunto sobre o qual não tinha muito conhecimento obrigou-me a agilizar o meu processo de pesquisa, pois precisava de absorver muita informação num curto período de tempo. Em consequência disso, aprendi coisas fascinantes sobre países e pessoas que nunca imaginei vir a conhecer com tanto detalhe. Para mim, que considero que o jornalismo significa estar constantemente a aprender, foi dos pontos mais positivos do estágio.

O *Expresso* revelou-se, sem dúvida, o local ideal para alguém se iniciar no mundo do jornalismo. Foi com muita satisfação que pude conhecer e aprender com os jornalistas que lá trabalham e que realizaram grandes reportagens e artigos, tanto sobre temas nacionais como internacionais. Desde uma cobertura exaustiva da guerra na Síria, que mereceu uma edição do *Expresso* Diário dedicada ao assunto totalmente gratuita, a vários temas de análise e comentário do primeiro ano de mandato de Donald Trump, entre outros. Assim, consegui observar durante o meu estágio como funciona o momento prévio à publicação destes e outros trabalhos jornalísticos de destaque. Aprendi também que, apesar de algumas notícias *online*, especialmente de última hora, requererem rapidez na publicação, o *Expresso* é um jornal que valoriza o rigor e a verificação das informações – deu-se o caso de, em alguns momentos do meu estágio, não publicarmos determinadas notícias por não estarem confirmadas pelas fontes oficiais, enquanto outros meios de comunicação avançavam as informações como certas.

Estagiar no *Expresso* foi uma viagem cheia de descobertas. Descobrir como funciona por dentro um dos jornais de referência mais conceituados do país; descobrir como são as pessoas que dele fazem parte e que dão vida ao semanário que todos os sábados é lido pelos portugueses; descobrir, também, o jornalismo *online* e os seus mecanismos, especialmente numa altura em que o seu desenvolvimento é cada vez mais necessário

para a sobrevivência dos meios de comunicação tradicionais; e, por último, mas não por isso menos importante, descobrir que, durante três meses, fui capaz de escrever e publicar no *site* dum jornal de grande peso, como é o caso do *Expresso*.

3. A política no *Expresso*

A política é uma das “bandeiras” do *Expresso*. Isto não só é visível na história da génese do jornal, mas também na frequência com que os temas políticos ocupam a primeira página do semanário, ou como os temas políticos são analisados e comentados nas páginas de opinião do *Expresso*, inclusive no seu próprio editorial. É esta afeição por dissecar a atualidade política que faz, também, do *Expresso* um jornal de referência na imprensa portuguesa.

Consideramos, então, oportuno, a modo de introdução dos capítulos que se seguem – e que visam analisar concretamente a secção de Política do *Expresso* e as suas publicações – referir o estatuto editorial do jornal uma vez que este serve de pauta ao conjunto das peças noticiosas que o jornal opta por publicar e destacar a cada semana.

O estatuto editorial é elaborado pelo diretor, após a aprovação do conselho da redação e ratificação da entidade proprietária, e define de forma clara a orientação e objetivos de cada jornal (ou publicação periódica informativa), visando sempre o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e éticos do jornalismo profissional, mas também o respeito pela boa-fé dos leitores³² (Artigo 17º da Lei de Imprensa, Lei nº2/99).

O atual estatuto editorial do *Expresso*³³ data de 2012, pelo que a sua elaboração foi dirigida pelo anterior diretor do semanário, Ricardo Costa. Escrito em texto corrido, é sublinhada várias vezes ao longo do documento a independência do *Expresso* face aos poderes políticos e económicos. Neste sentido, o jornal considera que as publicações informativas não são um instrumento ao “serviço de determinados objetivos”, mas antes “instituições autónomas, através das quais os cidadãos possam, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento que necessitam para o exercício das suas opções”. E acrescenta: “O *Expresso* considera-se apto para exercer essa função porque não pertence ao Estado, nem a um partido político, nem a qualquer grupo económico (...), nunca perdeu ou renunciou à sua capacidade crítica”. Se, por um lado, o semanário se coloca numa posição de intermediação entre os “grandes poderes” e os cidadãos, visando como objetivo um papel cívico e pedagógico na formação de opinião da

³² Lei nº2/99 sobre a Lei de Imprensa. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1999/01/010A00/02010208.PDF> Consultado a 29/07/2018

³³ Texto integral disponível em: <https://expresso.sapo.pt/informacao/2015-05-03-Estatuto-editorial-1#gs.EAbZiys> Consultado a 29/07/2018

cidadania, por outro lado, é reforçada a autonomia do jornal na interpelação desses “grandes poderes”, no que diz respeito à sua “capacidade crítica”.

O jornal refere ainda, no seu estatuto editorial, a importância da distinção entre notícias informativas e artigos de opinião, estabelecendo alguns parâmetros para essa delimitação. Mais ainda, os critérios de seleção e de destaque de determinadas notícias no conjunto do jornal são, diz o *Expresso*, “baseados na importância efetiva de cada peça e não nas convicções ideológicas de quem as escreve, escolhe ou pagina”. Assim, acrescenta o jornal, rejeita-se qualquer tipo de sensacionalismo ou insistência em determinados assuntos – mesmo sabendo que “poderia aumentar a venda de exemplares” – que “ponha em perigo o jornalismo de qualidade” que o *Expresso* pretende realizar.

3.1. A secção de Política: organização e funcionamento³⁴

A secção de Política do *Expresso* conta com 7 jornalistas, incluindo a editora, Helena Pereira³⁵. Os restantes jornalistas são: Rosa Pedroso Lima, Mariana Lima Cunha, Adriano Nobre, Filipe Santos Costa, Ângela Silva e Luísa Meireles – esta última jornalista é, simultaneamente, redatora principal do jornal³⁶. O número de jornalistas que fazem parte da secção de Política não difere significativamente das outras secções do *Expresso*, com pequenas particularidades: a Sociedade e a Economia, por exemplo, possuem um número maior de jornalistas, uma vez que a primeira cobre áreas muito diversas (da Justiça ao Ambiente e à Saúde, entre outras), e a segunda pelo facto de ter de elaborar um caderno inteiro por separado.

Quanto ao perfil dos jornalistas que integram a secção de Política, existem alguns dados a reter. Em primeiro lugar, cabe referir que a secção é composta maioritariamente por mulheres, uma vez que dos sete jornalistas, cinco são do sexo feminino. Em relação à faixa etária dos jornalistas desta secção, a média de idades situa-se à volta dos 45 anos – sendo que a jornalista mais nova tem 23 anos e a mais velha 61 anos.

³⁴ Todos os dados aqui apresentados são relativos ao período em que se desenvolveu o estágio, de janeiro a abril de 2018, e foram fornecidos em entrevista pelos jornalistas do *Expresso*, assim como através das observações feitas pela autora durante o estágio.

³⁵ Helena Pereira foi a editora de Política do *Expresso*, mantendo-se no cargo durante o período de realização do estágio. Atualmente é editora executiva do jornal Público.

³⁶ O segundo redator principal é Virgílio Azevedo, que pertence à secção de Sociedade.

Apesar da ligeira diferença de idades de alguns jornalistas da secção, todos possuem formação superior universitária, à exceção de um jornalista que apenas contou com frequência universitária, sem obtenção do título. Os cursos abrangem diversas áreas: das Ciências da Comunicação, que é predominante entre os jornalistas da secção, à Filosofia e ao Direito. Quanto ao percurso jornalístico, quatro jornalistas – incluindo a editora, que iniciou a carreira no Público – são especializados em jornalismo político, no sentido em que essa foi a área onde começaram a trabalhar e na qual traçaram a maior parte do seu percurso profissional. Uma das exceções é Luísa Meireles que começou por integrar a secção do Internacional – sendo inclusive editora. Esta jornalista acabou por se especializar em assuntos de Defesa, o que levou a que escrevesse cada vez mais para a secção política, acabando por a integrar. Atualmente, devido ao seu estatuto de redatora principal, cobre vários temas, relacionados com política interna, mas também sobre política externa e europeia, escrevendo ocasionalmente para as secções de Economia e Internacional. Os restantes dois jornalistas que não iniciaram o seu percurso no jornalismo político passaram também por diversas áreas na redação. No caso de Rosa Pedroso Lima, jornalista no *Expresso* desde 1989, começou por trabalhar inicialmente em jornalismo económico, mas também passou pela secção de Sociedade, escrevendo sobre questões do trabalho ou da educação, até que integrou a secção de Política em 2003. Já no caso de Adriano Nobre, que integra a secção de Política do *Expresso* apenas há dois anos, a sua especialização é predominantemente em jornalismo económico: trabalhou na secção de Economia do mesmo semanário durante sete anos, passando antes pelo *Jornal de Negócios, i* e *A Bola*.

No que diz respeito à divisão da secção pelos temas a cobrir, os jornalistas organizam-se essencialmente à volta dos principais atores políticos (partidos, Governo, etc...). Apesar de os assuntos serem distribuídos entre os jornalistas da secção, é comum o mesmo jornalista acumular mais que um tema, uma vez que todos escrevem para as diferentes plataformas do jornal – para o papel, e para o *site*. Como explicou a editora da secção, Helena Pereira, em entrevista, há jornalistas especializados em cada um dos principais partidos (BE, PCP, PS, PSD e CDS), no Governo, na Presidência da República, mas também noutros temas, como é o caso da concertação social (por exemplo, o papel dos sindicatos), diplomacia e defesa.

A semana começa habitualmente com uma reunião da secção à segunda-feira (à parte das reuniões semanais do conjunto da redação), na qual são discutidos e divididos os

temas que vão ser trabalhados nos dias seguintes. É feita também uma antevisão da semana seguinte, pelo que, no total, são planeadas as duas semanas que se seguem. A reunião inicia-se, explica Helena Pereira, com uma leitura e análise da atualidade, – “do que aconteceu, mas também do que está para acontecer” –, para decidir que temas serão trabalhados. Os temas costumam ser sugeridos pela editora aos jornalistas mas estes também podem fazer sugestões que considerem relevantes. Esta é a preparação que antecede a elaboração propriamente dita das notícias que vão ser publicadas pelo *Expresso*, tendo sempre em vista, de acordo com Helena Pereira, o objetivo de “explicar aos leitores determinadas políticas ou acontecimentos relevantes, providenciar o contexto, explicar a importância que o tema tem, abordar os bastidores por trás desse tema, procurar também noticiar temas que não estão a ser falados e são relevantes...”. Outras vezes, para além das notícias correntes, podem também ser preparados trabalhos especiais, como por exemplo o aniversário de um governo e a explicação cronológica do que foi feito por este, o ponto atual da situação, etc. É possível afirmar que a escolha dos temas pelos jornalistas da secção resulta da sinergia entre a edição e a direção e os próprios jornalistas. Como explica a jornalista Mariana Lima Cunha, em entrevista, é frequente que os temas sejam alterados várias vezes depois de críticas ou sugestões entre os jornalistas e a edição – por exemplo, temas que podem ser propostos pela direção que “não são exequíveis uma vez que o jornalista se encontra no terreno”, fazendo com que seja o jornalista quem “acaba por determinar se um tema proposto pode avançar ou não”. Isto vai de encontro ao que Breed (1955) denomina como um dos cinco fatores da capacidade do jornalista em evitar as orientações e diretrizes do jornal, no sentido em que, através do seu conhecimento da realidade e da profissão, consegue interferir, excecionalmente, com ordens que lhe são atribuídas desde cima.

Em suma, o funcionamento e organização da secção de Política, é bastante similar ao das outras secções e ao conjunto geral da redação. Contudo, existe uma particularidade interessante. Ao contrário do habitual em outras secções da redação do *Expresso*, a Política não possui um coordenador³⁷ – o número dois da secção, ou seja, a pessoa responsável a seguir ao editor. Como explica Helena Pereira, não há nenhum motivo concreto que explique esta ausência, apesar de isto ser uma prática habitual nos últimos

³⁷ Contudo, como foi verificado meses depois da realização do estágio, esta situação já não se verifica. Outras secções da redação, para além da secção de Política, já não contam também com um coordenador. Atualmente apenas as seguintes secções possuem um coordenador: Sociedade, Economia, Revista, Porto e Desenho do Expresso Diário.

anos. No caso desta secção, a substituição do editor, devido à inexistência de um coordenador, e a sua responsabilidade passa a ser da direção do jornal. Não sabendo o que motiva esta prática, não é possível estabelecer conclusões certas. Contudo, só pelo facto de esta secção possuir esta particularidade, consideramos interessante que o exercício da função de edição e chefia seja delegada na própria direção do jornal – sendo que isto não ocorre em outras secções que também têm um peso importante para o semanário, como Sociedade e Economia –, o que denota a importância que a Política representa para o *Expresso*.

Em relação aos temas que foram trabalhados pela secção durante o período em que decorreu o estágio, quer para a versão impressa quer para o *site*, (e à parte das coberturas habituais dos debates parlamentares e intervenções na AR relevantes, assim como das dinâmicas entre Governo e oposição), destacam-se as eleições diretas do PSD. O *Expresso* realizou uma intensa cobertura deste acontecimento, cujas eleições se realizaram no dia 13 de janeiro e culminaram com a tomada de posse de Rui Rio no 37º congresso do partido, de 16 a 18 de fevereiro. Sobre este tema foram publicadas inúmeras reportagens e artigos durante a campanha eleitoral dos dois candidatos, Rui Rio e Santana Lopes, assim como artigos de opinião, editoriais e debates em *podcasts* com membros da direção do semanário. Foi, portanto, um assunto de extrema importância a nível político e que o *Expresso* não deixou passar em branco. À parte disso, a secção trabalhou outros temas políticos durante esse período (incluindo o tema que é objeto de estudo deste trabalho): a discussão, posteriormente votada no Parlamento, sobre a legalização da canábica para fins medicinais; a tomada de posse de Mário Centeno, ministro das Finanças, como presidente do Eurogrupo; as relações e dinâmicas entre o partido do Governo, o PS, e os partidos que o apoiam, nomeadamente PCP e BE; a posição do Ministério do Ambiente no caso da agravada poluição no rio Tejo; a polémica sobre o estado da ponte 25 de abril e como esta teve repercussão no Governo e concretamente no Ministério das Finanças, etc.

Considerou-se também pertinente analisar de forma geral e sumária, com que frequência e com que intensidade aparecem temas políticos na primeira página do semanário – podendo ajudar à compreensão sobre a importância da política no conjunto global do jornal (Borrat, 1989). Como afirma a editora da secção de política do *Expresso*, “quando um jornal decide abrir, na primeira página, com um determinado tema é porque está a tomar uma posição, está a considerar o tema importante (...), não é só escrever e

publicar o que está a acontecer, é tomar também essa decisão de escolher o que é importante ou não” e acrescenta ainda que esta tomada de posição reflete “uma interferência do jornalismo na realidade”. Também o próprio Francisco Pinto Balsemão, fundador do semanário, refere que a primeira página dum jornal “não é apenas a montra que visa atrair os leitores” mas antes “a imagem de marca” que “define e distingue a identidade de cada publicação”³⁸ E qual é a identidade que o *Expresso* reflete?

Antes de mais, devemos ter presente como se organiza a primeira página do jornal em causa. A primeira página do *Expresso*³⁹ conta, habitualmente, com 12 a 14 artigos (ou conjuntos de artigos). A manchete costuma ser composta por um título, em letras grandes e a vermelho, e subtítulos, ocupando o lugar superior central da página; a segunda notícia em destaque, normalmente, situa-se por baixo da manchete, e é também composta por um título com letras grandes, subtítulos e uma fotografia de grandes dimensões; seguindo esta hierarquia, duas ou três notícias também são destacadas habitualmente à direita da manchete, no canto superior; as restantes notícias ocupam um tamanho menor e costumam estar na margem inferior e margem esquerda da página. É importante ainda referir que, nesta breve análise, por razões relacionadas com a investigação em causa, apenas se contaram as notícias da primeira página que foram produzidas pela secção de Política⁴⁰, uma vez que esta é o objeto principal do nosso estudo. Ainda assim, é pertinente referir que, especialmente secções como Sociedade e Economia, e concretamente no caso do *Expresso*, incorporam nas suas notícias inúmeros elementos que podem definir o tema como político (contexto político do acontecimento, protagonismo de atores políticos relevantes, consequências políticas do acontecimento, entre outros). Por exemplo, no caso do *Expresso*, houve manchetes sobre casos de Justiça (Operação Fizz, Operação Lex...) ou temas relativos à Saúde, Educação ou Trabalho cuja componente, apesar de pertencer à secção de Sociedade, é também política – contudo, deixaremos esta particularidade de parte na breve análise que se segue, por não pretender aprofundar esta questão em concreto. Optou-se também por analisar apenas a manchete e a segunda notícia em destaque, prescindindo de um

³⁸ GANHÃO, Mafalda. (2016). “O orgulho de fazer 43: a nossa primeira página”. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-01-06-O-orgulho-de-fazer-43-a-nossa-primeira-pagina#gs.gEzATXg> Consultado a: 29/07/2018

³⁹ Ver Anexo 6 e Anexo 7

⁴⁰ Não só por jornalistas da própria secção como também por jornalistas de outras secções que elaborem uma notícia para a secção de Política.

maior aprofundamento na análise, uma vez que este não é o objetivo principal da investigação.

No que diz respeito à temática das treze manchetes analisadas, praticamente metade, em concreto seis, são sobre temas políticos realizados pela respetiva secção. Dessas seis manchetes, três dizem respeito ao papel de Rui Rio como recém-eleito líder do PSD, assim como a sua estratégia de governo e a sua relação com o Executivo. Os títulos costumam ser curtos, concisos e prometem conteúdos apelativos e exclusivos, como por exemplo: “Rio convida santanistas”; “Rio pronto para negociar acordos com Costa”; “Angola troca Portugal por Espanha”; e ainda, “Chefes do Estado-Maior unem-se contra o Governo”. As restantes manchetes dizem respeito a casos de Justiça que envolvem a atuação do Ministério Público, com a exceção de uma manchete sobre o eventual chumbo do Tribunal Constitucional sobre as barrigas de aluguer que, apesar de ter sido realizado pela secção de Sociedade, contou com a assinatura de uma das jornalistas da secção de Política, Ângela Silva.

Em relação ao segundo destaque (notícia ou conjunto de notícias sobre um mesmo tema), depois da manchete, que vem sempre ilustrado com uma fotografia principal, observámos que oito dos treze dizem respeito a temas políticos. Mais ainda, desses oito, cinco são entrevistas a personalidades políticas, nomeadamente Jorge Sampaio, Ramalho Eanes, Adolfo Mesquita Nunes, Cavaco Silva e Assunção Cristas.

Para além dos artigos informativos produzidos pela secção de Política, o *Expresso* conta ainda com um *podcast* inteiramente dedicado a temas políticos, “Comissão Política”, no qual são discutidos os assuntos mais importantes da semana por jornalistas da secção de Política (mas também de outras secções, se o tema o justificar) assim como elementos da direção do jornal.

Em suma, a política continua a ser um dos temas principais do *Expresso*, no sentido em que tem um destaque importante, nomeadamente na primeira página do jornal, mas também através de artigos de análise, sondagens, grandes entrevistas, artigos de opinião, etc. No entanto, isto é mais visível no semanário, na versão em papel, do que no *site*. Apesar desta plataforma também contar com uma *homepage*, cuja função é similar à primeira página do jornal, devido à rapidez e proliferação de notícias que são publicadas continuamente no meio *online* os temas destacados são bastante variados e generalistas quando comparado com o semanário.

3.2. A auto-percepção dos jornalistas sobre a política

Se, por um lado, a relevância e o destaque dado às notícias, concretamente na primeira página do jornal, resulta de escolhas da direção, por outro lado, são os jornalistas, no terreno, que em última análise produzem essas notícias. Fora do processo produtivo noticioso propriamente dito, que engloba as práticas e rotinas dos jornalistas no seu dia-dia, interessa também perceber como os jornalistas da secção de Política do *Expresso* compreendem a interação entre o seu trabalho e o mundo político.

Através de entrevistas⁴¹ realizadas a seis jornalistas da secção, incluindo a editora⁴², procurou-se perceber concretamente: qual a percepção que têm do impacto que as notícias podem (ou não) produzir na própria atividade política; como veem o escrutínio que é feito às figuras políticas em comparação com outras áreas; como valorizam a própria profissão e a importância desta para a democracia. Em suma, procurou-se perceber as opiniões e valorizações subjetivas dos jornalistas com base na sua experiência profissional.

Em primeiro lugar, interessou perceber que critérios consideram os jornalistas para tornar um assunto político com valor-notícia – esta questão resulta particularmente pertinente no seguimento do próximo capítulo, que dará conta da análise do tratamento noticioso do *Expresso* ao tema da possível não-recondução do mandato da procuradora-geral da República. Todos os jornalistas entrevistados coincidem no critério principal que os leva a noticiar um determinado assunto: a sua relevância – não só do acontecimento, mas também pelo impacto que este pode ter na “vida real” das pessoas (para quem dizem escrever em última instância). Contudo, Helena Pereira referiu também que no caso concreto da política há temas que podem não ter esse impacto na vida dos leitores, mas que são de extrema importância para a atividade política: “é preciso também estar atento às tendências dentro de cada partido ou do Governo, às forças dentro do Governo e na oposição”. Filipe Santos Costa também concorda com esta perspetiva, – sem esquecer que em primeiro lugar estão as políticas públicas que têm “impacto real na vida das pessoas”, – e aponta para o caso do próprio jogo político: “é quase como uma novela, onde há atores que interagem uns com os outros, todos os

⁴¹ Ver Anexo 2

⁴² Apenas a jornalista Ângela Silva não pode ser entrevistada por se encontrar de baixa durante o período de estágio e não se encontrar, posteriormente, disponível para responder às questões por e-mail.

dias, e que nós vamos acompanhando pois acaba por ter relevância na própria política e nas posições que os políticos tomam”. Neste sentido, Filipe Santos Costa traça também uma distinção na relevância que é dada às figuras políticas: por um lado, a relevância de determinada pessoa num determinado contexto (apontando como exemplo o caso de Feliciano Barreiras Duarte, que na sequência da polémica de falsificação do seu currículo se demitiu de secretário-geral do PSD) e, por outro lado, “personagens que são sempre notícia” devido ao seu “*sex appeal* e carisma” (e sugere como exemplo Pedro Santana Lopes). Mais ainda, refere o mesmo jornalista, há assuntos políticos que têm uma componente “desportiva”, como é o caso das “corridas” para as eleições (legislativas, presidenciais, internas, etc.), no qual as sondagens têm um papel importante. Mariana Lima Cunha também refere a importância que os “bastidores” do “jogo político” têm para a imprensa – coligações, disputas internas, etc. “A cobertura destes problemas internos específicos dos partidos acaba por refletir que estamos a escrever para nós e para eles [jornalistas e políticos]. Isto acaba por te fazer influente no meio, mas no final de contas não serve o público, que é para quem o jornalismo deve escrever em primeiro lugar”⁴³, alerta. É também mencionado pelos jornalistas a importância de noticiar temas polémicos, nomeadamente no que diz respeito a contradições apresentadas pelos vários atores políticos, reforçando que o ponto de partida é sempre desde a perspetiva do leitor.

A escolha do tema ou acontecimento político e a elaboração da notícia é só a primeira fase do processo. Prossegue-se com a publicação da notícia, quer no jornal quer no *site*. Mas o processo não se esgota aqui: como refere Borrat (1989:39), a atualidade jornalística, que resulta do conjunto de notícias publicado pelo jornal, “é o produto final de um processo que começa com a sua venda nos quiosques e acaba com a sua substituição pelo temário seguinte”. Ou, inclusive, se o tema ou acontecimento não se esgotar ou ficar resolvido, poderá estender-se durante várias edições do jornal. É durante esse período, em que o tema é noticiado pela primeira vez até que volta a sair da mira da opinião pública, que se observa o impacto real que as notícias podem ter na própria atividade política. No caso concreto do *Expresso*, Helena Pereira recorda o caso da alteração da localização do aeroporto da Ota para Alcochete, em 2008, um tema de grande debate e disputa que envolvia atores políticos chave – por um lado, o Governo,

⁴³ Bourdieu (2000) já referia esta questão, a que chama de “enclausuramento político”, e sobre a qual falámos no primeiro capítulo.

do PS, defendendo a localização inicial da Ota, e por outro lado, o principal partido da oposição, PSD, do qual o Presidente da República, Cavaco Silva, fazia parte, defendendo a localização de Alcochete, na sequência da divulgação de um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Helena Pereira considera que o tema “foi muito instigado pelo Presidente da República, mas também houve uma grande discussão sobre o assunto na comunicação social”. Um caso mais recente, o do financiamento dos partidos, que suscitou a polémica e o debate tanto a nível político como a nível social, através dos meios de comunicação, também é apontado como exemplo por Filipe Santos Costa e Mariana Lima Cunha. Para o primeiro, o chumbo da AR e o veto do Presidente à lei, seguido de inúmeras sessões de debate no Parlamento, são consequências da cobertura jornalística sobre o assunto. Contudo, este impacto tem uma explicação que é partilhada por alguns dos entrevistados: os políticos estão cada vez mais atentos aos jornais. Como refere Mariana Lima Cunha, os políticos seguem atentamente as suas publicações pois considera que escrevem “sobre assuntos que influenciam a vida das pessoas”. Por exemplo, de acordo com a jornalista, a posição apresentada pelo CDS contra a lei sobre o financiamento dos partidos apenas foi tomada “depois de o tema ter sido lançado na opinião pública”: convocaram-se conferências de imprensa e os deputados pronunciaram-se ativamente. Para Mariana Lima Cunha não há dúvidas que quem realmente provoca o debate e a discussão “é o primeiro jornalista que escreve sobre o assunto”. Esta capacidade é, nas palavras da jornalista, “um poder muito importante de fiscalização que serve para mudar algumas coisas” e proporciona a possibilidade de “chamar a atenção e o foco da opinião pública para assuntos que importam”. Mas, se por um lado, Mariana Lima Cunha refere que os políticos seguem as notícias porque os jornalistas escrevem sobre assuntos que importam ao público, por outro lado, Adriano Nobre tende a ter uma visão menos otimista. Para o jornalista do *Expresso*, isto deve-se ao facto do jornalismo político viver demasiado das fontes, fazendo com que muitas vezes o trabalho que realizam se pareça a um “circuito fechado”, no sentido em que “parece que escrevemos para as fontes e para os políticos, especialmente num país tão pequeno como Portugal”. Luísa Meireles coincide nesta perspetiva pois considera que “a política tornou-se muito mediática” com “atores mais mediáticos que outros”. E acrescenta ainda que “hoje em dia, metade da vida dos políticos é responder à imprensa”: por um lado, “os políticos usam a comunicação social para dar os seus próprios recados” e, por outro lado, a própria “comunicação

social, de sua livre iniciativa, contacta políticos para depois elaborar publicações que provocam reações no próprio circuito político”.

Os jornalistas confirmam portanto, na sua perspectiva, que o trabalho que realizam provoca mudanças (menores ou maiores) no campo político. Mas quer isto dizer que as figuras políticas se encontram sob maior escrutínio do jornalismo do que outras? Dos seis jornalistas entrevistados, cinco acha que sim. Adriano Nobre, o único jornalista que discorda, defende que o escrutínio jornalístico depende da importância e influência da pessoa em questão e não vê diferença entre o escrutínio feito a um político ou outras figuras não políticas conhecidas, como presidentes de clubes de futebol. Quanto ao resto dos entrevistados, que responderam afirmativamente à questão, apresentam diversos motivos. A maioria dos motivos mencionados acaba por recair no próprio escrutínio que é inerente à profissão política: o escrutínio não é apenas uma das regras jornalísticas (o confronto de contradições, por exemplo) mas também uma das regras do sistema democrático através dos órgãos próprios (nomeadamente a verificação das contas, prestação de esclarecimentos no Parlamento...). Filipe Santos Costa faz menção à “tradição de escrutínio” que existe na política pela sua dimensão pública – e que não existe noutros setores (referindo como exemplo a economia). O jornalista acrescenta ainda que, apesar da premissa principal ser a dimensão pública, a política possui também uma “dimensão de confrontação” que acaba por “denotar um lado espetacular, de espetáculo, o que torna a matéria bastante apelativa”. Luísa Meireles também considera que “os políticos são escrutinados porque são eles quem nos governam”, mas entende que é preciso traçar uma distinção entre o escrutínio da atividade profissional e o escrutínio da vida pessoal. A jornalista refere ainda que muitas vezes são notícia “coisas que, na verdade, não interessam nada”, que “para o jornalismo político é [são] uma excitação, mas que só os políticos é que acabam por ler”, e conclui que este é um dos grandes problemas do jornalismo político: “vive numa redoma, vive para os políticos e o que realmente preocupa as pessoas é posto de parte”. Já Mariana Lima Cunha defende que, no caso concreto do *Expresso*, é possível que haja um maior escrutínio do jornalismo aos políticos, uma vez que no semanário “a política é um tema quente” e um assunto “com o que se tende, na grande maioria das vezes, a abrir o jornal”, referindo que o *Expresso* “sempre assumiu essa posição de destaque dos temas políticos”.

Apesar do reconhecimento da importância que o jornalismo tem na atividade política e do papel, por vezes determinante, que joga no escrutínio das principais figuras políticas, todos os entrevistados reforçam a importância de manter a distância entre estes dois mundos. Todos os jornalistas entrevistados rejeitaram fortemente a possibilidade de se exercer simultaneamente a profissão jornalística e a militância partidária. Contudo, quando questionados sobre que valores costumam associar às boas práticas jornalísticas, apenas um fez menção à importância da isenção. Os restantes cinco jornalistas deram prioridade a valores como o escrutínio, a fiscalização, a análise e interpretação, sempre visando a boa-fé do jornalista e a lealdade para com o leitor. Mariana Lima Cunha, por exemplo, refere que “uma boa peça jornalística deve conjugar a análise e interpretação” pois “o jornalista não é só uma caixa-de-ressonância” que descreve os acontecimentos. Filipe Santos Costa refere também que o bom jornalismo “é aquele que capacita os cidadãos para tomarem decisões informadas por si próprios e que ajuda a compreenderem a realidade”, e acrescenta que é necessário ser “leal com o leitor, que não é o mesmo que ser isento” posto que “há circunstâncias em que o jornalista não pode ser isento, por exemplo em casos de violência doméstica”. Luísa Meireles acrescenta que o jornalismo fornece “instrumentos de análise para que o leitor consiga interpretar e formar a sua própria opinião, mas sem induzir”. A jornalista refere também que é importante que o próprio jornal cultive uma imagem de credibilidade, confiança e pluralismo, mantendo-se aberto e acessível à generalidade dos leitores.

4. A eventual não-recondução da PGR: um tema político e “polémico”

4.1. Apresentação do tema

A 9 de janeiro de 2018 todos os meios de comunicação abriam os noticiários de manhã com as declarações de Francisca Van Dunem, ministra da Justiça, em entrevista à TSF⁴⁴: o mandato da procuradora-geral da República (PGR), Joana Marques Vidal, não iria ser renovado. A ministra sustentava-se na Constituição dizendo que esta prevê um mandato “longo e único” para a PGR, que no caso de Joana Marques Vidal se iniciou em outubro de 2012, nomeada pelo Presidente da República (PR), Cavaco Silva, durante o governo PSD/CDS. Passados então seis anos, o mandato da PGR terminará em outubro deste ano.

A Constituição Portuguesa (CRP) prevê no artigo 133º/m que o cargo de procurador-geral da República é nomeado e exonerado, sob proposta do Governo, pelo Presidente da República. Tem ainda a duração de seis anos, conforme refere o artigo 220º/3 da CRP, mas nada indica que não seja possível a renovação do mandato, se o Governo e o PR assim o entenderem. A introdução da duração de seis anos no mandato da PGR deu-se em 1997, depois do procurador Cunha Rodrigues ter ocupado o cargo durante 16 anos (1984-2000). Os dois procuradores que sucederam a Cunha Rodrigues, Souto de Moura (2000-2006) e Pino Monteiro (2006-2012), cumpriram seis anos de mandato sem renovação.

Então porquê a polémica, se as declarações da ministra são conformes com o que está estipulado na lei e, nos últimos 18 anos, estabelecido como procedimento recomendável? Em primeiro lugar, as vozes críticas das declarações da ministra acusaram Francisca Van Dunem, apoiada pelo Governo, de ter motivações políticas para a não recondução de Joana Marques Vidal. Isto porque Joana Marques Vidal é vista pela opinião pública como uma figura de grande importância, que foi nomeada

⁴⁴ A entrevista foi transmitida na íntegra na rádio, no programa “manhã da TSF”. Para além da transmissão em direto, publicou-se no *site* da TSF três artigos relativos à entrevista, sendo um deles apenas sobre a declaração da ministra da Justiça sobre a não renovação do mandato da PGR. Cada artigo inclui vídeo e áudio das declarações, mas não inclui a pergunta prévia do jornalista. Não há também referência ao autor (ou autores) que realizou a entrevista. Contactou-se a TSF na tentativa de obter a entrevista na sua totalidade, pedido que não chegou a ser satisfeito.

pelo anterior governo de direita (coligação PSD-CDS), por ter encabeçado uma série de processos de Justiça muito mediáticos e sem precedentes na vida política portuguesa, que atingiram importantes figuras políticas, especialmente do PS, e do meio financeiro: a Operação Marquês, por exemplo, que proporcionou a detenção de José Sócrates, antigo primeiro-ministro socialista; a Operação Fizz, que envolveu vários políticos angolanos relevantes; a megaoperação, ainda em segredo de justiça, sobre a família Espírito Santo; o caso do assalto de armas em Tancos; ou, mais recente ainda, o Caso Raríssimas, entre outros. Muitas das críticas que se registaram nos meios de comunicação, na sequência da entrevista feita a Francisca Van Dunem, utilizavam também como argumento a fragilização da figura da PGR quando ainda faltavam mais de seis meses para em outubro se tomar a decisão.

Após a reprodução da entrevista, em direto, na emissão da TSF, vários meios de comunicação (incluindo a própria TSF) destacavam como informação mais importante a reter a não recondução do mandato da PGR. Francisca Van Dunem, contudo, não revelou esta informação como um anúncio ou uma tomada de posição: a ministra limitou-se a fazer a sua “análise jurídica” da duração do mandato em resposta a uma pergunta que o jornalista lhe colocou, sustentando que a Constituição previa um “mandato longo e único” e que era esta a ideia que ela tinha – não concretizando em nenhum momento se esta era uma decisão já ponderada e assumida pelo Governo.

Contudo, a leitura dos jornais não foi errada. De facto, Francisca Van Dunem estava a afirmar, tacitamente, que o mandato de Joana Marques Vidal não seria renovado. A polémica, de acordo com os meios de comunicação, assentava mais no *timing* da afirmação do que na própria afirmação – quase dez meses antes do fim do período de seis anos. É possível afirmar que a polémica e “burburinho” à volta deste tema se foi construindo nos jornais – através de entrevistas ou declarações nos meios de comunicação, que depois eram reproduzidos em forma de notícia. No caso do *Expresso*, foi notícia de destaque no próprio dia no *site*; mereceu a elaboração de artigos exclusivos; também proliferaram artigos de opinião, inclusive o editorial do semanário; o tema (direta ou indiretamente) apareceu várias vezes mencionado na primeira página do jornal. Um artigo do *Expresso*, por exemplo, publicado no *site* no dia 9 de janeiro, que dava conta do “mal-estar” do Presidente face às declarações da ministra, levou a que este se pronunciasse sobre o tema, à SIC. A maioria dos artigos publicados pelo *Expresso* foi realizada por jornalistas da secção de Política, mas contou também com

alguns trabalhos de jornalistas da secção de Sociedade, uma vez que este é um tema relacionado com a Justiça.

A visibilidade do assunto também pode ser explicada pela coincidência de eventos políticos a decorrer em simultâneo. Nesse mesmo dia em que saiu a entrevista, realizou-se o primeiro debate quinzenal do ano no parlamento. O mediatismo que o tema levantou acabou por ter fortes implicações neste debate, levando à discussão e utilização do assunto por parte da oposição. Foi, como referiu o *Expresso*, o tema que “dominou o arranque do debate quinzenal”⁴⁵. Realizou-se também, uma semana depois, a abertura do ano judicial, no Supremo Tribunal de Justiça. As declarações da ministra também tiveram algum impacto no decorrer da campanha eleitoral para as eleições internas no PSD, realizadas poucos dias depois da entrevista a Francisca Van Dunem, a 13 de janeiro.

4.2. Artigos⁴⁶

O *Expresso* publicou sobre o tema, pela primeira vez, no próprio dia da entrevista da TSF, dia 9 de janeiro de 2018, e este é referido pela última vez (durante o período em que se realizou o estágio, ou seja, até abril) no semanário de dia 30 de março. No total são 33 peças jornalísticas, publicadas tanto no semanário como no *site*, que se compõem de notícias, primeiras páginas do jornal, entrevistas, sondagens, análises, editoriais e artigos de opinião. Estas 33 peças não incluem partilhas de vídeos ou notícias da SIC no *site* do *Expresso* – uma prática habitual que se deve ao facto de ambos meios pertencem ao mesmo grupo de comunicação (Impresa) – nem peças produzidas pelo *podcast* do semanário, Comissão Política. Consideraram-se, então, os artigos que foram produzidos apenas pelo *Expresso*, mesmo que incluam outros meios de comunicação como fontes, à exceção de um artigo da agência Lusa por motivos que são explicados mais à frente.

Cabe referir também que este não foi um tema trabalhado exclusivamente pelo *Expresso*, posto que devido ao seu mediatismo vários meios de comunicação se debruçaram e exploraram a fundo o assunto, mas que ainda assim contou com a

⁴⁵ “Costa garante que “não há posição oficial” sobre PGR mas concorda com mandato único”, *Expresso*, 09/01/2018, Disponível em: <https://expresso.sapo.pt/politica/2018-01-09-Costa-garante-que-nao-ha-posicao-oficial-sobre-PGR-mas-concorda-com-mandato-unico>

⁴⁶ Ver Anexo 3

produção de notícias e análises próprias, algumas tão significativas que outros meios de comunicação chegaram a utilizar o *Expresso* como fonte dada a exclusividade das suas informações⁴⁷.

O principal valor-notícia, como critério de noticiabilidade, que predomina nos artigos sobre este tema, de acordo com a proposta de Shoemaker e Reese (1996)⁴⁸, é o do conflito e da controvérsia. Os artigos publicados sobre a possível não recondução da PGR giram em torno da polémica, do conflito e da controvérsia entre os diversos atores e poderes políticos (Governo vs Oposição, poder judicial vs poder executivo, papel do PR...). Mais ainda, como referíamos no primeiro capítulo deste trabalho, a própria política possui uma dimensão predominantemente conflitual e competitiva, que o *Expresso* soube reproduzir através da cobertura deste tema em concreto.

Quanto ao número de artigos publicado, o **Gráfico 1**⁴⁹ mostra o número de publicações por dia do *Expresso*, durante o mês de janeiro, de forma a percebermos quais foram os dias em que mais se publicou sobre o assunto. Na vertical, situam-se o número de artigos publicados, de 0 a 10 (máximo de artigos publicados num dia); na horizontal, encontram-se representados os dias do mês de janeiro. Os dias que registaram uma maior intensidade de publicações foram, em primeiro lugar, o dia 9 (com 9 artigos publicados), uma vez que este foi o dia em que se noticiou sobre o assunto pela primeira vez, e, na mesma semana, o dia 10 (com 6 artigos) e o dia 13 (com 7 artigos), sendo que este último corresponde à publicação do semanário, no sábado. O tema vai perdendo intensidade de publicação, à exceção dos dias 18, 19 e 20 em que se publica mais um artigo por dia relativo ao assunto. No total são 29 artigos publicados durante o mês de janeiro pelo *Expresso*.

O **Gráfico 2**⁵⁰ revela as mesmas informações mas respeitantes ao mês de fevereiro e o **Gráfico 3**⁵¹ relativamente a março. Apesar da polémica e mediatismo do assunto noticiado, este vai sendo cada vez menos noticiado com o passar do tempo, talvez por se

⁴⁷ Por exemplo, o artigo "*Marcelo aguarda explicações de Costa sobre PGR, diz x ss*" (10/01/2018) do Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/01/10/politica/noticia/declaracoes-de-costa-sao-uma-afronta-ao-presidente-1798767>

⁴⁸ Shoemaker e Reese (1996) definem como valores-notícia presentes numa peça jornalística os seguintes: a importância (ou seja, o impacto que tem na vida das pessoas); o interesse humano (mesmo que não afete diretamente a vida das pessoas); o conflito e a controvérsia; o fora do comum; a oportunidade e atualidade; e a proximidade.

⁴⁹ Ver Anexo 4

⁵⁰ Ver Anexo 5

⁵¹ *Idem*

tratar dum tema que diz respeito a decisões que só serão tomadas em outubro (quando finda o mandato da PGR). Como podemos observar no gráfico do mês de fevereiro, apenas são publicados dois artigos. No caso do mês de março, também se publicam apenas dois artigos, no semanário (dia 10 e dia 30) que fazem referência ao assunto. As notícias sobre o assunto são cada vez mais escassas e os artigos que se publicam são, por um lado, retirados da agência Lusa e, por outro, apesar de ser mencionado, não são diretamente sobre o tema. O último artigo que faz referência à não recondução da PGR é publicado pelo *Expresso* no dia 30 de março e, até ao final do período de estágio, a 7 de abril, não são publicadas mais notícias sobre o tema. Assim, três últimos artigos que referem o assunto são entrevistas a Cavaco Silva, Assunção Cristas e Luís Montenegro, nas quais é lhes colocada a questão sobre as declarações da ministra da Justiça, sendo que apenas na entrevista a Cavaco Silva a sua resposta sobre o tema é destacada na primeira página.

Convém então também referir que destaque foi dado a este tema, nomeadamente através da primeira página do semanário. Das treze primeiras páginas publicadas durante o período de estágio, duas fazem referência ao tema⁵² – concretamente, no semanário publicado na semana em que se noticiou o assunto pela primeira vez (13/01/2018), e no semanário em que se publica a entrevista a Cavaco Silva (17/02/2018). Os títulos e subtítulos utilizados pelo *Expresso* nas suas primeiras páginas para referir o tema foram os seguintes: “Governo decidido a afastar a PGR” (13/01/2018), “Marcelo exige última palavra na escolha” (13/01/2018), “Declarações do Governo provocam mal-estar em Belém” (13/01/2018), “Marques Vidal vs Van Dunem – As eternas rivais” (13/01/2018), “Cavaco Silva: Foi estranhíssimo falar-se da substituição da PGR com 10 meses de antecedência” (17/02/2018), “Cavaco elogia Marques Vidal, entende que um procurador-geral pode ser reconduzido e frisa que a decisão é do Presidente” (17/02/2018).

Podemos, então, observar que o tema mereceu destaque por parte do *Expresso*, mas não foi o assunto primordial para o semanário – ao contrário de, por exemplo, as eleições no PSD. Como afirma Luísa Meireles, redatora principal, em entrevista, este “não é um tema próprio e exclusivo do *Expresso*”, se bem que foram desenvolvidas várias notícias próprias sobre o assunto, e inclusive uma sondagem. “Limitámo-nos a seguir os demais,

⁵² Ver Anexo 6 e Anexo 7

não nos diferenciámos, limitámo-nos a dizer o que disse a oposição e acho que deveríamos ter ido mais a fundo e diferenciar-nos”, considerou a jornalista.

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar entre os artigos que são diretamente sobre o assunto e os artigos que apenas o mencionam. Ainda que o tema principal de um artigo não seja a não recondução da PGR, só o facto de mencionar ou fazer alusão a esse assunto denota a intenção do *Expresso* de continuar a por o tema “em cima da mesa”. Das 33 peças jornalísticas sobre a não recondução do mandato da PGR, 23 são diretamente sobre o tema e 10 fazem referência ao tema, por vezes conferindo-lhe destaque na entrada, mas sem fazer do assunto o tema central da peça.

Também cabe referir quantos artigos foram publicados em cada uma das plataformas que o *Expresso* dispõe: *site*, Diário e Semanário (ver **Gráfico 3**⁵³). A entrevista a Cavaco Silva, publicada a dia 17 de fevereiro, encontra-se na íntegra na *Revista E*. Este foi o único artigo da revista do *Expresso* que tivemos em conta por um motivo: é dado um grande destaque à entrevista na primeira página do jornal na qual, inclusive, se alterou o título e subtítulo que ilustra a entrevista em comparação com a revista – ou seja, no caso do semanário, optou-se por destacar da entrevista as frases do antigo Presidente relativas à não recondução da PGR enquanto, na revista, apenas se faz referência ao tema a não ser no próprio corpo do texto (sem se mencionar este assunto) na capa da revista. O *site* foi a plataforma que mais publicou artigos sobre o assunto em questão (12), seguido do semanário (11) e do Diário (9). A publicação de mais de metade dos artigos (21) nas duas plataformas pagas do *Expresso*, o Diário e o semanário (que inclui a revista), reflete o empenho que o jornal pôs em produzir notícias próprias e exclusivas sobre este assunto, procurando aprofundá-lo para fornecer aos leitores novas atualizações e pontos de vista sobre o tema.

Quanto aos tipos de artigo que o *Expresso* publicou sobre esta matéria, durante o período de estágio, encontram-se representados no gráfico em baixo (ver **Gráfico 4**⁵⁴). O maior número de artigos publicados foram notícias (18). No caso da Opinião, a segunda categoria mais frequente (8), traçou-se uma distinção entre Editorial (1) e artigos de opinião (7), uma vez que a primeira representa a tomada de opinião e valorização subjetiva que o próprio jornal faz de um determinado assunto. Quanto aos

⁵³ Ver Anexo 8

⁵⁴ Ver Anexo 9

artigos que têm como objetivo a análise, neste tema concreto, consideramos neste trabalho os artigos que incluem declarações de especialistas, que comentam e explicam o acontecimento, e o artigo que faz um resumo dos percursos e vidas profissionais das duas protagonistas do tema (Joana Marques Vidal e Francisca Van Dunem).

Por ser o tipo de artigo mais expressivo, começamos esta análise com um olhar sobre os artigos de informação publicados pelo *Expresso* – nomeadamente as notícias, os artigos de análise, as entrevistas e a sondagem – traçando uma distinção, tal como fazem os próprios jornais, entre os artigos informativos e os artigos de opinião.

A primeira notícia que o *Expresso* publica, no *site*, sobre as declarações da ministra da Justiça à TSF, sai às 10h44. A notícia da TSF é publicada pouco depois da emissão em direto no seu *site* às 10h15. De acordo com as observações feitas na redação durante o estágio, verificou-se que o *Expresso* tomou como referência, em primeiro lugar, a entrevista da TSF, mas também recorreu à interpretação que a notícia do *Público*, publicada no *site* do mesmo às 10h29, faz do assunto. Após observar que o *Público* compreende, através das declarações da ministra, que esta não pretende reconduzir a PGR, o *Expresso* apressa-se em publicar e destacar também essa informação. Assim, a notícia é construída através da leitura que dois meios de comunicação fazem de uma declaração, a TSF e posteriormente o *Público*, pelo que o autor que assina a notícia é “Expresso”⁵⁵. O tema acaba por ocupar a primeira página do *site* do *Expresso* ao longo do dia, refletindo a importância que é dada às declarações da ministra. É uma notícia curta, meramente informativa, a dar conta da informação que o jornal considera mais importante da entrevista – enquanto o *Público*, por exemplo, também menciona as declarações da ministra sobre a mais recente investigação judicial, que envolve o vice-presidente de Angola, o *Expresso* limita-se a referir a possível não renovação do mandato da PGR.

As notícias que se seguiram no mesmo dia da entrevista, 9 de janeiro, davam conta de como a “polémica” que, recorde-se, “nascera” nos meios de comunicação, tinha influenciado o primeiro debate quinzenal do ano no Parlamento – que teve lugar horas depois das declarações da ministra. O tema foi utilizado pelo principal partido da oposição, PSD, para iniciar o debate interpelando o primeiro-ministro, acabando por

⁵⁵ Utiliza-se o *Expresso* como autor da notícia quando esta é feita a partir de informações de outros meios de comunicação. Normalmente, é realizada pelo jornalista que se encontra de piquete nesse momento na redação, ou por um responsável da secção a que a notícia diz respeito.

marcar a agenda política e “ofuscando” momentaneamente os assuntos que já tinham sido preparados para a discussão em plenário. No *Expresso* fica registado que o Governo “não tem posição oficial”, mas que “concorda com o mandato único” defendido pela ministra (“Costa garante que “não há posição oficial” sobre PGR mas concorda com mandato único”, 09/01/2018). A notícia, de Adriano Nobre, destaca as intervenções de Hugo Soares, líder parlamentar do PSD, que crítica a ministra e o Governo, e a resposta de António Costa às acusações dos social-democratas. Uma segunda notícia, de Mariana Lima Cunha, publicada no *site* do *Expresso* cinco minutos depois da notícia anterior, volta a referir e a dar destaque ao tema, mencionando-o na entrada, mas aborda outros assuntos discutidos no debate. Ainda assim são feitas várias referências à importância do tema e à dimensão de conflito que possui, que chega a ser categorizado como “assunto do dia” que “aqueceu” o debate. Os protagonistas desta notícia voltam a ser os mesmos que na notícia anterior: o Governo, por um lado, e o PSD, que confronta o primeiro-ministro através das intervenções de Hugo Soares. Estas dinâmicas de confronto entre Governo e oposição, desempenhada pelo PSD, assim como divergências internas dentro do próprio PS, são reproduzidas ao longo das notícias que vão sendo publicadas pelo *Expresso* sobre o tema, mas sempre dentro dos critérios de objetividade próprios dos artigos de informação (confronto de diversas declarações e pontos de vista, identificação das fontes...). Alguns exemplos são os seguintes: “PS acusa direita de aproveitar declarações de Van Dunem sobre PGR para fazer “política de caso”” (09/01/2018); “Costa também admite mandato único na PGR. Mas ainda não há decisão” (09/01/2018); “Carlos César corrige ministra da Justiça: mandato da PGR pode “indiscutivelmente” ser prolongado” (10/01/2018); “PSD vai apresentar projeto para legalizar canábis com fins medicinais e acusa esquerda de ter “agenda escondida””⁵⁶ (11/01/2018); “Socialistas elogiam Joana Marques Vidal mas dividem-se quanto à recondução” (12/01/2018).

O assunto também marca uma tímida presença na campanha eleitoral das eleições internas do PSD. Num artigo assinado por Filipe Santos Costa e publicado no *site* a 10 de janeiro (“Diz um: «O vento mudou e ele voltou». Diz o outro: «Contigo temos de pôr tradução simultânea». Foi isto”), que dá conta do segundo debate entre os dois candidatos social-democratas (Rui Rio e Santana Lopes). Ainda não sendo o tema

⁵⁶ Apesar das declarações da ministra da Justiça não serem o tema principal deste artigo, este é mencionado e descrito na entrada e no corpo da notícia.

central, este é mencionado na entrada (“Rio recusou comentar a polémica sobre a PGR; Santana garantiu que reconduziria Joana Marques Vidal”) e merece um subtítulo no corpo da notícia (“Rio deu a deixa para a queda da PGR?”). Como podemos observar, o assunto foi discutido pelos dois candidatos no debate que antecedeu as eleições do partido, denotando assim, uma vez mais, a importância política que tem. O tema volta a marcar presença nas notícias sobre os social-democratas numa entrevista feita a Luís Montenegro, ex-líder parlamentar do PSD, publicada no semanário a 30 de março.

Por outro lado, as peças jornalísticas sobre o tema que acentuam a polémica, transpondo de forma mais direta o que se passa nos bastidores do jogo político, são as notícias que têm como protagonista o Presidente da República e que utilizam com frequência fontes não identificadas. Assinadas pela jornalista responsável por cobrir a presidência, Ângela Silva, relatam o impacto negativo que as declarações da ministra tiveram em Marcelo Rebelo de Sousa e na relação deste com o Governo: “Mal-estar: Marcelo espera explicações de Costa sobre Marques Vidal” (09/01/2018); “Marcelo avisa o Governo: Em outubro escolho eu” (13/01/2018). A primeira notícia refere o seguinte:

“Oficialmente, “o Presidente da República não comenta entrevistas da ministra da Justiça”, mas o mal-estar é indisfarçável. Ao dizer que a interpretação de Francisca Van Dunem lhe “parece correta”, António Costa tomou posição. Sem ouvir Marcelo, que faz um juízo positivo da atual PGR e a quem compete nomear o próximo.”

Expresso, (09/01/2018)

A notícia refere ainda negativamente as declarações de Francisca Van Dunem como um “tiro”, atribuindo a citação “o Presidente da República não comenta entrevistas da ministra da Justiça” a uma “fonte oficial” não identificada e refere, sem explicar a origem dessa afirmação, que “o mau estar [do PR] é indisfarçável”. Outra “fonte próxima de Marcelo Rebelo de Sousa” dá conta de como a situação “é uma afronta ao Presidente”. A notícia dá-nos também a entender, mais uma vez, que a posição da ministra foi errada e que isso levou a que fosse criticada, citando fontes que corroboram essa tese:

“A posição de Francisca Van Dunem incendiou os ânimos. No Parlamento, o PSD desmentiu a ministra, lembrando que o entendimento da revisão constitucional de 1997 foi no sentido de fixar para o PGR um mandato de seis anos renováveis. E vários constitucionalistas vieram, como o *Expresso* escreveu, confirmar isso mesmo.”

Expresso, 09/01/2018

A peça conclui com um apanhado dos principais processos levados a cabo pelo gabinete de Joana Marques Vidal que, de acordo com a interpretação da jornalista, “aumenta a delicadeza de querer impedir que Joana Marques Vidal continue no cargo”.

A segunda notícia mencionada, “Marcelo avisa o Governo: Em outubro escolho eu” (13/01/2018), segue a mesma fórmula da primeira. Logo no título escolhido, a segunda frase não se encontra entre aspas logo não pode ser considerada uma citação direta do Presidente, mas antes uma leitura que a jornalista faz do que foi dito. E o que diz realmente Marcelo Rebelo de Sousa? As únicas citações atribuídas diretamente a Marcelo são retiradas de uma declaração do Presidente à SIC e de um comunicado oficial da presidência: “até ao momento em que tiver de exercer o meu poder constitucional, o tema não existe” e “relativamente a poderes constitucionais de designação de titulares de órgãos do Estado que, na sua quase totalidade, depende de prévia proposta do Governo, o Presidente da República apenas se debruça sobre a matéria no momento em que deve ocorrer tal designação. Esta posição do Presidente da República tem sido, aliás, sempre a do Governo”⁵⁷. A partir destas duas únicas citações, a notícia estabelece, contudo, conclusões diferentes, que podem ser fruto de informações fornecidas por uma fonte não identificada (que nem sequer é mencionada) ou através da própria interpretação e valorização subjetiva da jornalista, como pode ser observado nos seguintes exemplos: “Inoportuno. PR acha um erro empurrar Marques Vidal e mandou calar Executivo”; “Quando chegar a hora de decidir quem será o próximo procurador-geral da República, Marcelo Rebelo de Sousa não vai facilitar a vida ao Governo”; “Marcelo não vai facilitar no poder que lhe resta”; “Em outubro, o PR vai querer escolher e não aceitará nomes que possam beliscar o perfil que sempre respeitou em Joana Marques Vidal: absolutamente blindado a interferências políticas no Ministério Público”; “As palavras de Francisca Van Dunem desagradaram ao

⁵⁷ É importante referir que tanto a resposta de Marcelo à SIC como a divulgação de um comunicado oficial da presidência da República foram motivados, em grande parte, pela notícia anterior do *Expresso* que dava conta do “mal-estar” do PR face ao Governo.

Presidente. Para Marcelo, houve um desrespeito pelos seus poderes constitucionais”; “[Marcelo] fez questão de deixar claro que o Governo pisou o risco”; “o puxão de orelhas à ministra por ter falado em público antes de tempo ficou para a ata”.

Isto também é mencionado na notícia “PS votou em 1997 contra mandato não renovável para a PGR” (10/01/2018), realizado pela mesma jornalista. Com o subtítulo “Marcelo lembra que o poder é seu”, é feita uma leitura da declaração do Presidente à SIC (“não comento o assunto até ao momento em que tiver de exercer o meu poder constitucional”) que é interpretada do seguinte modo: “ao lembrar os poderes que a Constituição lhe confere nesta matéria, Marcelo está a dizer ao Governo que se acautele e não conte com um cheque em branco da sua parte”, acrescentando que “se o Governo insistir em retirá-la de cena [PGR] arrisca (a menos que seja a própria a querer sair) um embate de frente com o Chefe de Estado”.

O não pronunciamento de Marcelo sobre a “polémica” volta novamente a ser mencionado e referido num artigo assinado, novamente, por Ângela Silva, publicado no semanário a 20 de janeiro (“Marcelo dá palco a Rio mas veta Bloco Central”). Com um subtítulo dedicado ao assunto, refere-se que o Presidente considera o tema “um assunto blindado”, acrescentando que Marcelo considera que as declarações da ministra da Justiça “não passa [passam] de uma opinião”.

Estas peças jornalísticas aqui descritas podem ser contrapostas pela informação que outras notícias, também publicadas pelo *Expresso*, relatam e que são referentes a declarações oficiais do Presidente: “Marcelo sobre a polémica da PGR: “O tema não existe”” (10/01/2018); “Marcelo Rebelo de Sousa só fala sobre a PGR em outubro” (10/01/2018); “Como falar de Angola sem dizer Angola: PGR pede “respeito mútuo” entre países” (18/01/2018). Nestas notícias, Marcelo refere várias vezes que este é um “não assunto” sobre o qual não se irá pronunciar, apenas no momento indicado, ou seja, em outubro.

Fora das dinâmicas PS-PSD e Governo-Presidente, o *Expresso* publicou também artigos com recursos a especialistas que comentaram o assunto. É o caso do artigo “Constitucionalistas contrariam ministra: PGR só é afastada se o Governo quiser” (09/01/2018) no qual são consultados três especialistas: Jónatas Machado, professor de Direito na Universidade de Coimbra; Bacelar Gouveia, professor de Direito da Universidade Nova de Lisboa e ex-deputado do PSD, e Vieira de Andrade, professor de

Direito na Universidade de Coimbra e membro do Conselho Geral Independente da RTP. Surge também uma fonte não identificada que minimiza a polémica, dizendo que este era um assunto que há uns anos atrás “nem sequer era foco de discussão”, e que é denominada na peça “fonte judicial”. São consultados ainda dois colegas de profissão da ministra, pelo que também possuem conhecimentos especializados na área: António Ventinhas, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, e o procurador Rui Cardoso. Das seis fontes consultadas, quatro criticam a posição que a ministra assumiu, uma abstém-se de comentar e outra (fonte não identificada) retira importância à discussão.

O *Expresso* complementa a sua cobertura mediática sobre este assunto com uma sondagem sobre, entre outros aspetos, o mandato de Joana Marques Vidal. A sondagem, refere o jornal, foi pedida exclusivamente pelo *Expresso* e a SIC à Eurosondagem sobre este e outros assuntos políticos. O facto de o *Expresso* investir em recursos como este, especialmente dez dias depois da “polémica” ser noticiada pela primeira vez, reflete a importância e destaque que é dado a este tema. Bourdieu (2003:235) chega inclusive a referir que a sondagem de opinião é, atualmente, “um instrumento de ação política”, cujas problemáticas apresentadas na sondagem “estão subordinadas a interesses políticos”, acabando por impor a ilusão de que “existe uma opinião pública como reunião puramente aditiva de opiniões individuais”. A subordinação política das questões que as sondagens levantam, diz o mesmo autor, acaba por condicionar simultaneamente “a significação das respostas e a significação que é dada à publicação dos resultados”. No caso da sondagem publicada pelo *Expresso*, o título da notícia dá conta da avaliação positiva que os “portugueses” fazem de Joana Marques Vidal: “73% dos portugueses avaliam de forma positiva mandato de Joana Marques Vidal” (19/01/2018). Apesar disso, como refere a entrada da notícia, isto não significa que apoiem a sua recondução: 43% diz que não, 42,5% diz que sim e 14,5% não sabe.

É apenas nesta sondagem e em mais quatro artigos que há um maior destaque das verdadeiras protagonistas deste assunto: a PGR e a ministra da Justiça. O primeiro diz respeito às declarações iniciais da ministra na entrevista da TSF, no dia 9 de janeiro, sendo que a mesma não se volta a pronunciar sobre o assunto até dia 14 de fevereiro, precisamente para reforçar que “não dirá nem mais uma palavra” sobre o tema – e que o *Expresso* noticiou no *site*, através da agência Lusa, que já não publicava artigos sobre o tema desde 20 de janeiro. Isto revela que o *Expresso* decidiu que o assunto merecia

continuar a ter visibilidade, sabendo que as notícias da Lusa são publicadas no *site* com base em critérios de noticiabilidade próprios do jornal. De facto, três dias depois, o tema volta a ser mencionado na primeira página do semanário para ilustrar uma entrevista a Cavaco Silva publicada na revista.

Outro dos artigos que incide diretamente sobre Joana Marques Vidal e Francisca Van Dunem foi publicado no semanário de 13 de janeiro, e é dedicado ao percurso pessoal e profissional de cada uma. A narrativa deste artigo, intitulado “Joana e Francisca: As eternas rivais”, assenta inteiramente no conflito e na controvérsia como critério de noticiabilidade, uma vez que traça uma descrição do percurso profissional e pessoal das duas mulheres na Justiça desde uma perspetiva de Antagonismo e competição pessoalizada entre as duas. A notícia enumera uma série de características alegadamente opostas atribuídas a cada uma: “establishment” vs “sindicalista”; rivalidade entre o pai de Marques Vidal e ex-PGR Cunha Rodrigues, “protetor” de Van Dunem; “lado social e sensível da Justiça” vs “olhar mais global da máquina judiciária”; sem filhos vs com dois filhos; em “guerra” contra o anterior PGR vs apoiante do anterior PGR, etc. É interessante também assinalar como, apesar de a notícia ser sobre Van Dunem e Marques Vidal, em nenhum momento há citações das próprias – pelo contrário, contam-se algumas fontes não identificadas que são identificadas como “um procurador”, “um juiz”, “fonte próxima da procuradora”, etc.

De forma global, a utilização dos diferentes tipos de fontes pelo *Expresso* nas notícias relativas a este assunto pode ser observada no **Gráfico 5**⁵⁸, que mostra o número de vezes que um determinado tipo de fonte foi utilizado no conjunto das notícias⁵⁹. Não se incluem repetições das declarações da ministra da Justiça à TSF, que eram frequentemente citadas sem nunca acrescentar nada de novo, sendo utilizadas como ponto de partida ou origem do conjunto de notícias sobre o tema. Contudo, tiveram-se em conta declarações repetidas, por exemplo, do primeiro-ministro no Parlamento, uma vez que esta repetição justificava-se na notícia com o propósito de relacionar ou confrontar com uma declaração ou informação nova. Mais ainda, através da análise feita aos artigos, é possível observar que os jornalistas reutilizaram com frequência, em

⁵⁸ Ver Anexo 10

⁵⁹ Não inclui os artigos relativos às entrevistas e à sondagem, uma vez que nestes tipos de artigo a fonte é fácil de identificar à primeira vista e apenas se serve de uma única fonte. Ainda assim, é importante mencionar que no caso das entrevistas, os protagonistas são alguém diretamente relacionado profissionalmente com a ministra (bastonário da Ordem dos Advogados) e uma figura política de grande peso (Cavaco Silva, ex-Presidente da República). No caso da sondagem, a fonte é a Eurosondagem.

notícias diferentes, citações e informações já noticiadas anteriormente para complementarem com as informações novas, devido à importância do contexto neste assunto. O facto de se repetir declarações de fontes reforça também o protagonismo de determinada fonte.

No caso das fontes documentais, consideram-se a consulta de leis, atas ou documentos oficiais para a elaboração da notícia. No que diz respeito às fontes especializadas, prevaleceu o recurso a académicos, nomeadamente especialistas do Direito e da Justiça, mas que também partilhavam um perfil político (duas das fontes especializadas consultadas eram ex-deputados do PSD). Quanto ao recurso a outros meios de comunicação, o *Expresso* utilizou a entrevista da TSF à ministra de Justiça e o comentário de Carlos César e Luís Montenegro num programa da mesma emissora; declarações de Marcelo Rebelo de Sousa à SIC; o debate entre Santana Lopes e Rui Rio na TVI e a publicação duma notícia da agência Lusa no *site*.

Já no caso das fontes oficiais, que se constituem como as mais utilizadas pelo *Expresso*, contabilizaram-se todas as fontes que fossem detentoras de cargos políticos proeminentes e que representassem instituições governamentais ou partidos políticos. Das 27 fontes oficiais consultadas pelos jornalistas em cada notícia, 7 dizem respeito a declarações de António Costa, 4 de Hugo Soares, líder parlamentar do PSD e 5 de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República. Em relação às “protagonistas da história”, Francisca Van Dunem e Joana Marques Vidal, apenas se menciona a declaração da primeira à TSF e uma resposta do gabinete da segunda a dar conta de que “não se vai pronunciar sobre o assunto”. Em termos de partidos políticos, os únicos protagonistas são o PS e o PSD. No caso de políticos socialistas, foram consultados 16 vezes no conjunto de notícias do *Expresso* sobre o tema, incluindo António Costa e a declaração da ministra na TSF⁶⁰, e os seguintes: Catarina Marcelino, Carlos César, Ana Gomes, Bacelar de Vasconcelos, Vitalino Canas, Isabel Moreira e Vítor Ramalho. Já no caso dos social-democratas, estes foram citados como fontes 7 vezes: 4 de Hugo Soares, 1 de Rui Rio, 1 de Santana Lopes e 1 de Luís Montenegro.

O segundo tipo de fontes mais utilizado são, surpreendentemente, fontes não identificadas – ou seja, não é fornecido o nome, apenas o cargo ou área em que se

⁶⁰ Francisca Van Dunem é independente mas, devido ao seu cargo no Governo, foi contabilizada como fonte do PS.

inserir. Os nomes que os jornalistas do *Expresso* utilizam para identificar estas fontes são os seguintes: “fonte judicial”, “(...) afirmou ao Expresso fonte oficial”, “fonte próxima de Marcelo Rebelo de Sousa”, “fonte próxima de António Costa”, “fonte do executivo”, “um procurador”, “uma fonte da magistratura”, “um juiz desembargador”, “um juiz que já passou pelo Governo”, “segundo o Expresso apurou”. A utilização destas fontes aparece concretamente em notícias relativas ao mal-estar e descontentamento do PR para com o Governo, como foi referido anteriormente, (“Mal estar: Marcelo espera explicações de Costa sobre Marques Vidal” 09/01/2018; “Marcelo avisa o Governo: Em outubro escolho eu”, 13/01/2018); mas também sobre a tomada de posição do Executivo (“Governo não vai recuar”, 13/01/2018) e também na notícia que da conta da relação e percurso (pessoal e profissional) de Joana Marques Vidal (“Joana e Francisca: As eternas rivais”, 13/01/2018). A utilização de fontes não especificadas – que em nenhum momento são identificadas concretamente como “anónimas” – surge no *Expresso* de dois modos (de acordo com a definição de Shoemaker & Reese, 1996:124): em *deep background*, ou seja, são feitas afirmações sobre determinada pessoa ou situação mas sem que o jornalista cite ou atribua a informação a alguma fonte concreta (o que pode levar a refletir se é de facto uma informação em *deep background* ou uma interpretação subjetiva da jornalista) e em *background*, como nos exemplos enumerados anteriormente, onde as citações e informações são atribuídas à fonte, mas esta é apenas identificada por referências que não o seu nome (por exemplo, o cargo). A utilização deste tipo de citações e fontes não identificadas neste tema em concreto é particularmente utilizada para acentuar uma clivagem entre as relações do PR e do PM, reforçando simultaneamente a dimensão do conflito e da controvérsia política que este tema possui, como já foi descrito anteriormente.

Quanto aos oito artigos de opinião publicados pelo *Expresso* nas várias plataformas, incluindo o editorial do semanário de dia 13/01/2018, os autores de cada peça jornalística são os seguintes: o próprio jornal, que assina o editorial; Pedro Santos Guerreiro, diretor do *Expresso*; Ricardo Costa, antigo diretor do jornal e atualmente na direção-geral de informação da Impresa; Daniel Oliveira, jornalista; Henrique Raposo, cronista; Miguel Sousa Tavares, jornalista e escritor; Henrique Monteiro, antigo diretor do semanário, e Paula Teixeira da Cruz, antiga ministra da Justiça e política do PSD. Destes artigos de opinião, apenas o de Miguel Sousa Tavares não tece críticas à ministra ou às suas declarações. Daniel Oliveira valoriza de forma negativa a atuação da ministra

mas rejeita as críticas que foram tecidas ao Governo. Os restantes posicionam-se contra a posição que Francisca Van Dunem tomou, sendo que o Editorial conserva um tom mais “moderado”:

“(…) Com Joana Marques Vidal, que termina o mandato em outubro, o caso é diferente. Tem de se reconhecer que nem tudo era mau antes, como nem tudo está hoje bem na Justiça. Mas a forma como parece ter havido um antes e um depois nas investigações judiciais em Portugal (…) tornam a defesa da saída da atual procuradora muito delicada. Se o PS e o Governo pretendem mesmo renovação no cargo, então as explicações têm de ser muito sólidas. Porque o país não pode mesmo voltar para trás nesta matéria.”

Expresso, 13/01/2018

Apesar do Editorial referir ainda outros dois temas (o acordo de governo na Alemanha e as eleições internas no PSD), o destaque vai para a perspetiva de não recondução do mandato da PGR, que dá o título ao artigo – “Mudar ou não a PGR” – e é o assunto com o qual se inicia o texto. Já no caso das opiniões de Ricardo Costa, Henrique Raposo, Henrique Monteiro e Paula Teixeira da Cruz, as críticas à ministra e elogios à PGR são muito mais acentuados e a tomada de posição dos autores é muito mais evidente. No caso do artigo de opinião assinado por Pedro Santos Guerreiro, este critica a atuação de Francisca Van Dunem e considera a situação “grave” mas rejeita “glorificar” o papel de Joana Marques Vidal, ao contrário dos anteriores.

5. Considerações finais

O *Expresso* assume a importância que a política representa para o jornal – faz parte da sua identidade. O estudo que foi realizado permite afirmar que a política continua a ser um dos principais temas de destaque do *Expresso*, e tudo parece indicar que em determinados contextos este semanário pode ser considerado um ator político.

No caso concreto do tema que se analisou e que o *Expresso* noticiou verificámos que o principal critério de noticiabilidade foi o do conflito e da controvérsia. Em termos concretos, a controvérsia foi gerada pela antecipação temporal da discussão, suscitada pelos jornalistas, que permitiu iniciar uma narrativa envolta na suspeita de politização da decisão sobre a nomeação/recondução do cargo de PGR. Consideramos que a importância primordial deste tema é política – no sentido em que os principais afetados são os atores políticos, nomeadamente o Governo, colocado sob pressão devido às notícias que davam conta da possível mudança de um cargo ocupado por uma figura indicada pelo partido atualmente na oposição, na anterior governação. O *Expresso* soube explorar essa dimensão através dos artigos que publicou e que já foram descritos anteriormente. Mais ainda, não se limitou à publicação desses artigos, deu-lhes lugares de destaque quer na primeira página do semanário quer na *homepage* do *site*.

Este caso concreto pode ilustrar o que foi mencionado anteriormente pelos jornalistas de política do *Expresso*: escreveram para eles mesmos e para os políticos. Não quer isto dizer que o tema não possa ter sido acompanhado com atenção por parte do cidadão comum, mas dadas as personagens principais do tema, a narrativa conflituosa e polémica do assunto e a sucessão de declarações oficiais que provocou, mostra o impacto da cobertura jornalística da não recondução da PGR. Como referiram vários jornalistas no capítulo 3, a “dimensão de confrontação da política denota um lado espetacular que torna a matéria mais apelativa” mas que no fundo se encontra dirigida tanto para os próprios meios de comunicação como para círculo político, pois realça, acima de tudo, a importância das dinâmicas do próprio jogo político.

Apesar de serem necessários mais estudos sobre este tema, tudo aponta que o *Expresso*, no caso concreto analisado neste trabalho, possa ser definido como um ator interveniente no processo político, configurando-se como “narrador, comentarista e participante do conflito político” com capacidade de afetar o processo de tomada de decisões no sistema político (Borrat, 1989:36). A conclusão que aqui retiramos assenta

em cinco premissas: o facto de este ter sido um assunto que mereceu destaque na primeira página do jornal, refletindo a escolha do *Expresso* de privilegiar este assunto; a utilização de fontes não identificadas ou anónimas em notícias com informação relevante, o que pode refletir o jogo político de bastidores que existe em relação ao tema; o próprio surgimento e expansão do assunto e das suas dimensões nos meios de comunicação, do qual o *Expresso* fez parte; a sondagem pedida e publicada pelo jornal, que como referimos anteriormente, pode denotar uma subordinação do assunto a interesses políticos (Bourdieu, 2003:235); a própria presença e destaque do tema no editorial do semanário, a 13 de janeiro, sinal de que o jornal tomou uma posição face a um assunto que escolheu privilegiar, como também aponta Borrat (1989). É de realçar, inclusive, que os próprios jornalistas políticos do *Expresso*, como tivemos oportunidade de ler, assumem que têm um papel participativo e influente na própria atividade política do país. Contudo, convém recordar, como refere ainda o mesmo autor (Borrat, 1989:10), que compreender o jornal como ator político é perceber que “o âmbito de atuação [do jornal] é o da influência, não o da conquista do poder institucional ou a permanência nele”, ao contrário de outros atores políticos.

Ainda que provocado pelas declarações da ministra, o *Expresso*, e outros meios de comunicação, conseguiram antecipar na agenda pública, com vários meses de antecedência, um tema que não estava previsto ser debatido, uma vez que a finalização do mandato da PGR só deve ocorrer em outubro. Esse debate não se ficou só pela opinião pública. Como vimos, a cobertura mediática deste assunto influenciou o primeiro debate quinzenal do ano na Assembleia da República, suscitou a discussão à volta da lei que define o mandato da PGR, colocou os olhares sobre a reação do Presidente da República, forçou a que o Governo tivesse de se justificar (instigado pela oposição) e reforçou o papel e a atuação, de uma forma positiva, de Joana Marques Vidal – através de artigos (informativos e de opinião) que realçavam os seus feitos como PGR em casos polémicos de Justiça que envolveram políticos, como já foi referido. O próprio António Costa fez referência, no debate quinzenal, em janeiro, ao impacto das notícias: “a oposição acorda de manhã, folheia os jornais, ouve a rádio e vê como pode atacar o Governo”.

Neste sentido, é possível considerar que o *Expresso* provocou alguns efeitos na atividade política que o podem configurar como um ator político, atendendo às definições já mencionadas. Particularmente, as notícias que envolvem o Presidente da

República, e o destaque que lhes foi conferido, denotam que o *Expresso* soube exercer a sua influência. A suposta deterioração das relações entre Governo e PR, que têm sido alvo de grande atenção por parte dos meios de comunicação desde que Marcelo foi eleito, foi explorada pelo *Expresso* nessas notícias, através da utilização de fontes não identificadas. Mais ainda, o *Expresso* tem continuado a noticiar, ainda que esporadicamente, esta matéria, não estando o tema ainda esgotado.

Porém, por este tema não ser exclusivo do *Expresso*, nem se ter desenvolvido apenas neste jornal, mas antes resultar duma cobertura e tratamento jornalístico de vários meios de comunicação em simultâneo (ampliando deste modo a importância e impacto do assunto), consideramos que é necessária a existência de novos contributos e estudos que possam complementar os resultados deste trabalho. Devido às limitações que um relatório de estágio supõe, este trabalho focou-se apenas no tratamento jornalístico do *Expresso* nas declarações da ministra sobre a não recondução da PGR durante o período de janeiro a abril de 2018. Para que as conclusões sejam sólidas e verificáveis, deve-se ter em conta a atuação conjunta dos principais meios de comunicação portugueses – e não só da imprensa – assim como estender o período de análise até ao momento em que realmente finda o mandato da PGR.

No entanto, este estudo não deixa de ser um contributo para a análise de como é feita a cobertura jornalística de um determinado tema político num dos jornais de referência mais importantes do país, e para os impactos que dita cobertura pode ter no processo político. Regista-se também o modo de trabalhar dos jornalistas de Política do *Expresso*, ainda que numa maneira superficial devido aos constrangimentos das condições do estágio, assim como o tratamento que foi dado à política e em concreto ao tema da não recondução da PGR durante o período indicado.

Fora da investigação em causa, é feito um balanço muito positivo do estágio no *Expresso*, como foi descrito mais aprofundadamente no final do capítulo 2. Fui capaz de aplicar os conhecimentos obtidos durante os dois anos de Mestrado numa redação de um dos jornais de referência portugueses mais importantes, conseguindo transpor os conhecimentos académicos para a realidade da profissão. Aprender a gerir o tempo, enfrentando situações de maior *stress* que requerem uma boa capacidade de improviso, foi também um dos aspetos mais significativos do estágio. A experiência também proporcionou uma melhor aprendizagem do que significa o jornalismo escrito em

Portugal, em particular a adaptação às novas formas de tecnologia, mas também das próprias rotinas e práticas inerentes da profissão. Nos três meses em que o *Expresso* se tornou a minha segunda casa, pude observar de perto como funciona a redação, como é feito o contacto com as fontes, como se gere o *site* de um jornal, como funciona a atribuição e seleção de artigos a realizar sobre os mais diversos temas, etc. Não foi só escrever e publicar para um jornal com grande peso, mas também aprender a fazer parte do mesmo como jornalista e tudo o que isso implica – o rigor, a verificação dos factos, o cuidado na escrita, a contextualização de um determinado tema, a edição e publicação através dos vários programas e plataformas.

Não tenho dúvidas de que esta foi uma experiência muito enriquecedora, da qual retiro inúmeras aprendizagens e que contribuiu positivamente para a minha formação, não só a nível académico e profissional, mas também a nível de realização pessoal.

Bibliografia

Araújo, A. (2007). *Ala liberal, o desencanto do reformismo*. *Análise Social*, vol. XLII (182), pp.349-354. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649924R1bIG9vg7Io13DK1.pdf>

Consultado em: 25/07/2018

Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses. Do século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escrit'orio Editora

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Bennett, W. L. (2001). *News: The Politics of Illusion*. 4th. edition. Nova Iorque: Longman.

Borrat, H. C. C. (1989). *El pe i dico acto pol tico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Bourdieu, P. (2000). *Sobre el campo político*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século

Breed, W. (1955). *Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis*. *Social Forces*, Vol. 33, No. 4, pp. 326-335. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5329/2898d02e721b211d35981df9be4144355717.pdf>

Consultado em: 27/07/2018

Cardoso, G., Cunha, C. & Nascimento, S. (2003). *O parlamento português na construção de uma democracia digital*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (42), 113-140. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n42/n42a05.pdf> Consultado em: 03/12/2017

Casero-Ripollés, A. (2006). *La crisis política como fenómeno comunicativo. La eme gencia del 'caso c tico'*, Sphera Publica. *Revista de Ciencias Sociales y de la*

Comunicación, n° 6, pp. 179-192. Disponible em:
<http://www.redalyc.org/pdf/297/29700611.pdf> Consultado em: 15/11/2017

Casero-Ripollés, A. (2008) *Modelos de relación entre periodistas y políticos: la perspectiva de la negociación constante*, Estudios sobre el Mensaje Periodístico, n° 14, pp. 111-128. Disponible em:
<http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0808110111A/11830>
Consultado em: 15/11/2017

Cook, T. E. (1998). *Governing with the news: the news media as a political institution*. Chicago: Univ. of Chicago Press.

De Leeuw, E. (2009). *Self-administered questionnaires and standardized interviews*. In *The Sage Handbook of Social Research Methods*, ed. Alasuutari, P.; Bickman, L. & Brannen, J., Los Angeles: Sage, pp. 313-327.

Eilders, C. (2000) *Media as Political Actors? Issue Focusing and Selective Emphasis in the German Quality Press*, German Politics, vol. 9, núm. 3, Frank Cass, Londres, pp. 181–206

Esser, F., Strömbäck, J. & Vreese, C. H. (2012). *Reviewing Key Concepts in Research on Political News Journalism: Conceptualizations, Operationalizations, and Propositions for Future Research*. Journalism 13 (2), pp. 139-143

Figueira, J. (2007). *Os jornais como atores políticos – o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Ed. 1. Coimbra: Almedina

Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). London: Sage

Fontcuberta, M., & Borrat H. (2006). *e i dicos sistemas comple os na ado es en inte acci n*, Buenos Aires: La Crujía.

Hall, S. (1978). *Policing the crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, Londres: Macmillan

Hallin, C. D. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press

Garcia, J. L. (1995). *Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado – Legitimidade, Poder e Intermutação*. Revista de Comunicação e Linguagens, nº 21/22, pp. 365-382, Lisboa: Relógio d'Água

Kuhn, R., & Neveu, E. (2007). *Political journalism: new challenges, new practices*. Londres: Taylor And Francis.

McNair, B. (2000). *Journalism and Democracy: An Evaluation of the Political Public Sphere*. Disponível em: [https://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/MEDIA279/Journalism%20in%20the%20digital%20age/%5BBrian_McNair%5D_Journalism_and_Democracy_An_Evalua\(BookZa.org\).pdf](https://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/MEDIA279/Journalism%20in%20the%20digital%20age/%5BBrian_McNair%5D_Journalism_and_Democracy_An_Evalua(BookZa.org).pdf) Consultado em: 05/01/2018

Mesquita, M. e Rebelo, J. (orgs.). (1994) *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Edições Afrontamento

Mesquita, M. (1995). *Tendências da comunicação política*. Revista de Comunicação e Linguagens, nº 21/22, pp. 383-399, Lisboa: Relógio d'Água

Page, B. I. (1996). *The mass media as political actors*, PS: Political Science & Politics 29(1), pp. 20-24, Disponível em: <http://www.uvm.edu/~dguber/POLS21/articles/page.htm> Consultado em: 27/12/2017

Paixão, P. (2015). *Expresso a caminho dos 43. Uma vida em 43 momentos*. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/expresso-a-caminho-dos-43-uma-vida-em-43-momentos=f905084#gs.k4aZs2s> Consultado em: 16/04/2018

Patterson, T. (2000). *Serão os media noticiosos actores políticos mais eficazes*. Revista de Comunicação e Linguagens, nº 27, Jornalismo, pp 75-96, Lisboa: Relógio d'Água.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, V. (2015). *Os bastidores do poder: como spin doctors, políticos e jornalistas moldam a opinião pública portuguesa*. Coimbra: Almedina

Saraiva, J. A. (2003). *Confissões de um director de jornal: Nos bastidores do Expresso e do poder*. Lisboa: D. Quixote

Schudson, M. (2002). *The news media as political institutions*. Annual Review of Political Science, v. 5, pp. 249-269. Disponível em: <http://web.msu.ac.zw/elearning/material/1503861242aNewsas%20Political%20actor.pdf> Consultado em: 26/06/2018

Schudson, M. (2008). *News and Democratic Society: Past, Present and Future*. Hedgehog Review / Summer 2008, Vol. 10, Issue 2, pp. 7-21. Disponível em: http://www.iasc-culture.org/eNews/2009_10/Schudson_LO.pdf Consultado em: 26/06/2018

Serrano, E. (2006), *A dimensão política do jornalismo*. Revista de Comunicação & Cultura, nº 2, pp 63-81

Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message – Theories of Influences on Mass Media Content*. Nova Iorque: Longman

Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Eds.). (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Tuchman, G. (1980). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press.

Wahl-Jorgensen, K. & Hanitsch, T. (2009). *The handbook of journalism studies*. London, Nova Iorque: Routledge

Zaller, J. (1999) *A Theory of Media Politics*. Chicago: University of Chicago Press

Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Anexos

Anexo 1

EXEMPLOS DE ARTIGOS ESCRITOS E PUBLICADOS DURANTE O ESTÁGIO

INTERNACIONAL

Pode uma letra de hip-hop levar à prisão?

21.02.2018 às 16h33

Incentivar o terrorismo, difamar a Coroa e ameaçar políticos: para o Tribunal Supremo de Espanha, as letras do rapper Valtonyc contêm isso tudo – e é por isso mesmo que foi condenado a três anos e seis meses de prisão. Este é apenas um dos três casos de artistas espanhóis que tiveram problemas com a Justiça devido às suas letras musicais – mas a lista aumenta se incluirmos também publicações em redes sociais

TEXTO EXPRESSO

"Putá polícia, puta monarquia", "que expluda um autocarro do PP [Partido Popular] com nitroglicerina carregada", "o rei Borbón e as suas 'cenas', não sei se era a caçar elefantes ou ia às putas". Estas são algumas das frases pelas quais José Miguel Arenas Beltrán, mais conhecido em Espanha por Valtonyc, foi condenado esta terça-feira a três anos e seis meses de prisão pelo Tribunal Supremo espanhol.

O rapper espanhol das Ilhas Baleares foi formalmente acusado de incentivar o terrorismo, e de calúnias, ameaças e injúrias contra a Coroa espanhola e outros políticos – maioritariamente ligados ao Partido Popular (atualmente no poder). O Supremo entende que as criações do artista contêm apoio expresso a organizações terroristas como a ETA.

O Tribunal Supremo defendeu a sentença garantindo que não tirou as frases do contexto e que "basta ler" as letras do artista "para perceber a gravidade das expressões", refere o jornal digital espanhol "eldiario".

Valtonyc tentou alegar o direito à liberdade de expressão e à criação artística, mas sem sucesso: as frases que coloca nas suas músicas, sustenta o tribunal, devido à sua incitação à violência e terrorismo não podem ser protegidas pela liberdade de expressão.

"Uma verdadeira aberração", contesta a defesa do rapper, que já anunciou que vai recorrer da sentença para o Tribunal Constitucional.

Também os Juízes para a Democracia, uma das cinco associações profissionais de juízes do país vizinho, crítica a posição tomada pelo Supremo, garantindo que Valtonyc não chegará a cumprir a sentença: "Assim que o recurso chegue a Estrasburgo, ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, será ponderado e a sentença anulada", disse Ignacio González Vega, porta-voz da organização, em declarações à rádio Cadena SER.

DE HÁSEL A VALTONYC: OS RAPPERS CONDENADOS PELA JUSTIÇA ESPANHOLA

Valtonyc não é um caso isolado. Na verdade, são já três os rappers espanhóis que nos últimos anos foram detidos e condenados a prisão por letras que, de acordo com a Justiça do país apelam ao terrorismo e à violência.

Pablo Hásel, em 2014, foi o primeiro artista dessa lista e acabou condenado a 24 meses de prisão por várias das suas letras e algumas publicações na rede social Twitter.

"Muerte a los borbones", título de uma sua obra datada de 2011, numa clara referência à Casa dos Bourbon. presentemente reinante em Espanha, ajudou a essa condenação. O rapper catalão não chegou a cumprir a pena de prisão e contou com um enorme apoio popular, que levou à realização de um protesto público em Lérida, a sua terra natal.

"Fui detido e condenado apenas para assustar os outros", afirmou Hásel no ano passado, numa entrevista ao "El Español".

Atualmente, Hásel encontra-se envolvido num outro processo de julgamento aberto por publicações suas no Twitter onde defende o GRAPO (Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro), já considerado pela União Europeia como uma organização terrorista, e garante que as suas críticas à Coroa espanhola são legítimas e válidas, uma vez que nelas utiliza "dados objetivos" que recolhe dos *media*.

Também o coletivo musical La Insurgencia chegou a ter os seus 12 elementos (com idades entre os 18 e os 27 anos), no final de 2017, condenados a dois anos e um dia de prisão e uma multa de 4800 euros. Motivo: incentivo ao terrorismo.

"2017, O ANO DOS CRIMES DE OPINIÃO"

Artistas de hip-hop condenados até agora pela Justiça espanhola são apenas estes três. Mas se além das letras de obras musicais se abrir a porta a outras manifestações antissistema, então as contas são outras e as sentenças por incentivo ao terrorismo ou contra o sentimento religioso têm se multiplicado no país nos últimos tempos – a maioria deriva de publicações em redes sociais ou online.

O caso recente mais polémico foi o de um jovem de 24 anos multado em 480 euros por publicar uma fotomontagem com a sua cara no corpo de Jesus Cristo na rede social Instagram; ou os episódios de Cassandra e César Strawberry, que gozaram no Twitter com Carrero Blanco, antigo militar e primeiro-ministro, assassinado em 1973 na fase final do regime franquista.

Na raiz desta multiplicação de sentenças está a reforma ao Código Penal que Partido Popular do atual primeiro.ministro Mariano Rajoy fez em 2015 – e concretamente o artigo 578, que prevê um a dois anos de prisão para quem "realize atos que mostrem descrédito, menosprezo ou humilhação das vítimas dos crimes terroristas ou dos seus familiares".

Foi por causa destes acontecimentos que a Plataforma em Defesa da Liberdade de Informação (PDLI), organização que promove a defesa à liberdade de informação e expressão em Espanha, considerou que 2017 foi "um ano muito mau" para a causa.

Num comunicado titulado "2017, o ano dos crimes de opinião", a organização destaca o aumento de sentenças de pessoas "sem nenhuma relação com atividades violentas", que se limitaram a partilhar aparentes opiniões nas suas contyas pessoais em redes sociais. "É difícil encontrar na última etapa democrática de Espanha um precedente similar ao grau de repressão contra a liberdade de expressão a que chegámos este ano: pessoas foram condenadas a prisão por simples canções ou tweets", referiu a presidente do PDLI, Vírgina Pérez Alonso.

INTERNACIONAL

Quando o silêncio fala mais alto. Jornalistas espanholas em greve no Dia da Mulher

08.03.2018 às 12h18

Quando os espanhóis ligaram, esta manhã, o seu rádio ou a sua televisão, não ouviram as habituais vozes femininas que apresentam os noticiários matutinos: as jornalistas espanholas trocaram os seus relatos informativos por palavras de ordem contra a desigualdade de género e juntaram-se àquela que é a primeira greve feminista da história em Espanha

TEXTO EXPRESSO

"São seis da manhã, é 8 de março e hoje sou eu que os cumprimento porque a minha colega Pepa [Bueno] está em greve." Assim começava Aimar Bretos esta quinta-feira, Dia Internacional da Mulher, o programa "Hoy por Hoy" na rádio espanhola Cadena SER. Mas a apresentadora radiofónica não está sozinha. Pepa Bueno é só uma das mais de 7700 jornalistas e trabalhadoras de meios de comunicação social que apoiam aquela que tem sido considerada a primeira greve feminista em Espanha contra a desigualdade de género.

Com o mote de #LasPeriodistasParamos (#AsJornalistasParamos), as jornalistas espanholas juntam-se à greve geral de mulheres — laboral, de consumo e de tarefas domésticas — convocada em Espanha e noutros 41 países. Num manifesto assinado por mais de 7700 mulheres de várias áreas ligadas aos meios de comunicação, denuncia-se o machismo que as jornalistas ainda sofrem no setor e pede-se “a todas as companheiras que se juntem à mobilização”. mas sempre dentro das suas “possibilidades e circunstâncias”.

A greve já se tem feito sentir nas primeiras horas do dia, pelo menos na televisão a adesão: esta manhã a maioria dos programas informativos dos principais canais espanhóis era apresentada apenas por homens. Apenas um dos principais noticiários matutinos manteve a sua emissão habitual, no canal Antena3, mas, ainda assim, sem a presença da sua apresentadora.

Também esta manhã, Ana Rosa Quintana, apresentadora do programa matutino do canal TeleCinco, anunciava meia hora antes que não iria comparecer por motivo de greve: “Se as mulheres paramos, que se note.

Mas mais nomes se juntam a Pepa Bueno e Ana Rosa Quintana: Ana Pastor, Alba Lago, Maria José Sáez, Mamen Mendizábal, Ana Requena... e a lista continua.

Mesmo quem não tem possibilidades de participar na greve, por terem sido decretados serviços mínimos, tem apoiado a iniciativa por outras vias: é o caso das quase 70 jornalistas parlamentares, que saíram à escadaria do Congresso dos Deputados, em Madrid, vestidas de preto e com um laço lilás, cor que representa o movimento feminista, para mostrar o seu apoio à greve.

Assim começou o dia em Espanha, que deverá prolongar-se com manifestações por todo o país nas próximas horas. Muitas serão, neste Dia Internacional da Mulher, as jornalistas espanholas que escolhem sair das redações e dos estúdios para que o seu silêncio nos meios de comunicação grite bem alto: “as jornalistas paramos”.

ESPANHA VIVE A PRIMEIRA GREVE FEMINISTA DA HISTÓRIA

Não são só as jornalistas que param, mas todas as espanholas que queiram juntar-se à greve neste Dia Internacional da Mulher: contra a violência de género, contra o fosso salarial entre homens e mulheres, contra o assédio e abuso sexual, contra a desigualdade que ainda nestes dias se vive. Os motivos não faltam.

Num país onde, só no ano passado, 49 mulheres morreram às mãos dos seus companheiros, vítimas de violência doméstica, 82% dos espanhóis dizem que há mais do que razões para esta greve se realizar, de acordo com uma sondagem do diário “El País”.

Várias foram, também, as políticas espanholas que se manifestaram a favor da iniciativa. “Como titulares de cargos públicos temos a responsabilidade de nos mobilizar por aquelas mulheres que não conseguem fazer greve”, disse Ada Colau, presidente da Câmara de Barcelona, revelando que também iria participar. A presidente da Câmara de Madrid, a independente Manuela Carmena, declarou que não iria ter agenda nesta quinta-feira, de modo a poder fazer greve.

Já no caso da vice-primeira-ministra, a conservadora Soraya Sáez de Santamaría, não está previsto que adira à greve, uma vez que irá participar num ato do Partido Popular Europeu esta quinta-feira. Mas a governante quis deixar claro, em declarações à Cadena SER, que “respeita” as iniciativas convocadas para hoje. Acrescentou que “ainda há que mudar muitas coisas, porque até as vice-primeiras-ministras experienciam alguns comportamentos machistas inaceitáveis”.

A greve laboral prevê uma paralização de 24 horas, mas só foi apoiada por sindicatos considerados minoritários, como a CNT (confederação de sindicatos autónomos anarcosindicalistas). Já as principais centrais sindicais espanholas, Comissões Operárias (CCOO) e UGT, convocaram greves parciais de duas horas: das 11h30 à 13h30 e das 16h às 18h (menos uma hora em Portugal). Ambas as greves estão legalmente registadas.

A par da greve desta quinta-feira, estão previstas inúmeras manifestações em todos os pontos do país: em Madrid, por exemplo, as mulheres irão iniciar a marcha às 19h da estação de Atocha à Praça de Espanha. Já em Barcelona está previsto começar-se às 18h30 no Paseo de Gracia.

CULTURA

Artistas querem 1% do Orçamento do Estado

06/04/2018

A contestação na Cultura tem ido em crescendo desde a última semana e culmina esta sexta-feira com concentrações do setor em vários pontos do país: Lisboa, Porto, Beja, Coimbra, Ponta Delgada, Funchal. Nem o reforço do investimento em 2,2 milhões anunciado por António Costa acalmou os ânimos: "O que nos reivindicamos não tem apenas a ver com uma questão orçamental, não basta com por algum dinheiro"

TEXTO EXPRESSO

Um por cento para a Cultura, ou Cultura acima de zero. Parece uma reivindicação pequena, diminuta, a julgar pelos números que dão o mote a estes slogans de quem esta sexta-feira sai à rua "em defesa da Cultura". Um por cento é 880 milhões, cerca do dobro do atual orçamento do Ministério da Cultura. Este valor traduz-se numa muito mais urgente e necessária exigência que, mesmo com os mais recentes reforços anunciados pelo Governo, não pode ser negligenciada: "[o Estado deve] arranjar uma linha de política cultural".

A semana passada, foram divulgados os resultados provisórios das candidaturas ao apoio da Direção-Geral das Artes (DGArtes). E o sector profissional das Artes não perdeu. Não pelos atrasos nas respostas, não pelas burocracias nas candidaturas, não pelos grupos artísticos históricos que foram excluídos desses resultados, não pela falta de verbas - tudo isso também provoca fortes transtornos no sector, mas a causa de

indignação vai aparentemente mais além. "O problema mais geral é o modelo de apoio às artes e o papel do Estado no apoio à Cultura."

Quem o diz é Cristina Cunha, da REDE - a associação de estruturas para a dança contemporânea, uma das cinco que representam o sector em Portugal e que organizam as várias concentrações que esta sexta-feira se realizam por todo o país. Cristina Cunha, que teve formação artística e preside uma associação cultural em Ponta Delgada, reconhece que os problemas nos Açores não se diferenciam muito dos problemas no continente. "Concorremos a 31 de outubro sem estar definida qualquer data de resposta e há dois meses que andava a ligar para lá e só ontem saíram os resultados. O mesmo se passou na DGArtes".

"NÃO SÃO REFORÇOS FINANCEIROS QUE VÃO MUDAR AS COISAS"

O reforço do financiamento para a cultura em 2,2 milhões, anunciado na quinta-feira por António Costa, não veio acalmar a vaga de contestação. "O que nos reivindicamos não tem apenas a ver com uma questão orçamental, não basta pôr algum dinheiro que provavelmente nem vai resolver a situação, porque é preciso também perceber como vai ser feita a distribuição, que não achamos que vá ser correta e justa", explica Tânia Guerreiro, produtora cultural na Produções Independentes e integrante da direção da REDE.

O que está então em causa? "É preciso corrigir o modelo, reconhecer que este modelo não está bem. O modelo atual precisa de ser radicalmente diferente se quer fazer algum sentido com a realidade que há neste momento". Como exemplos, a produtora destaca o facto do modelo atual, elaborado pelo ministro da Cultura Luís Filipe Castro Mendes, não ter em conta as diferentes naturezas de cada entidade, que podem ser de natureza experimental, social... "O facto de termos estruturas muito diferentes a concorrer num mesmo concurso provoca um grande desequilíbrio: estruturas com perfis diferentes acabam por ser lesadas e recebem menos dinheiro, menos pontuação ou são até excluídas do financiamento. Este modelo é uma falha, falhou", conclui.

Sobre o reforço de 2,2 milhões, Cristina Cunha é clara: "Não são reforços financeiros que vão mudar as coisas, isso apenas muda agora, pontualmente." Para a açoriana, a

situação que agora se vive na cultura é fruto de várias consequências do passado. Mas reconhece que este ano "toda a gente depositou muita esperança neste Governo. O próprio Governo assumiu uma responsabilidade, e não cumpriu, e acabou por ser pior". Pior porque para Cristina Cunha os erros tornaram-se "mais visíveis", em parte pela exclusão de estruturas com uma maior dimensão e um maior alcance, como é o caso do Chapitô e do Teatro Experimental de Cascais: "Este ano acho que eles [o Governo] pisaram o próprio pé, foi um grande erro do Governo e acho que o António Costa é o maior responsável por isso, porque é quem supervisiona o ministro da Cultura".

"1% DO OE PARA A CULTURA"

Os artistas que estiveram na manifestação estão de acordo: é preciso por a Cultura acima de zero, e chegar pelo menos ao 1% do Orçamento. E não são os 2,2 milhões de euros que vão ajudar nessa meta. "[O reforço] não é suficiente, o nosso objetivo é o 1%. Parece que é muito mas é o que todos os países europeus têm, é uma obrigação do Estado", refere Marina Albuquerque, atriz e dirigente sindical do CENA-STE (Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos). E recorda a necessidade de uma distribuição equilibrada nesse financiamento: "Uma política cultural para todo o país, e não só para Lisboa."

Para a atriz, "devíamos ter ido na altura à Assembleia [da República] e reclamado o que é devido à Cultura antes de ter sido votado o Orçamento de Estado" mas não abdica da luta que hoje se empreende, da união que se materializa esta sexta-feira nas concentrações convocadas pelas cinco entidades que representam o setor cultural: o CENA-STE, a REDE, a PLATEIA (Profissionais Artes Cénicas) e o Manifesto em Defesa da Cultura. "Acho muito bonito o que está a acontecer, esta união, ficámos muito desiludidos com o Governo que disse que íamos regressar aos valores antes da Troika e nem isso aconteceu".

FUTEBOL INTERNACIONAL

Cyrille Regis: morreu o futebolista negro que se alimentava do racismo inglês

Regis não foi só um bom jogador, mas uma figura icónica do futebol inglês dos anos 70 e 80 na luta contra o preconceito racial. Tinha 59 anos

TEXTO EXPRESSO 15.01.2018 ÀS 15H59

30 de dezembro de 1978. Estádio do Manchester United, Old Trafford.

A euforia do futebol cruza-se com a tensão racial própria da época. O comentador do jogo na altura, Gerald Sinstadt, interrompe o seu próprio relato várias vezes: “a bancada volta a assobiar os jogadores negros”, diz.

Entre gritos de festejo dos 5 golos que o West Bromwich Albion marca a um incrédulo Manchester United, que acaba a partida derrotado com 3 golos, misturam-se gritos de desprezo e insultos. Várias bananas são atiradas das bancadas para o campo num ato vil de “protesto” racista. A razão? Três jogadores negros fazem parte pela primeira vez da mesma equipa, o West Brom. Entre eles está Cyrille Regis.

Não por isso os três jogadores negros – Cyrille Regis, Laurie Cunningham e Brendon Batson – se deixam desanimar: a prova disso é a vitória diante Manchester United no fim da partida.

Regis chega a referir em inúmeras entrevistas que é o abuso dos comentários racistas que lhe servem de “alimento” para melhorar a sua prestação. “Quanto mais abuso recebia, mais ia canalizando a minha raiva para a minha prestação em campo”, diz a sua autobiografia.

Assim se consagra Regis não só como um jogador de futebol de renome, mas também como uma “icónica figura” na luta contra o racismo e a discriminação, refere a página oficial do West Bromwich Albion.

Esta segunda-feira, Regis morreu e o clube anunciou com pesar: “o West Bromwich Albion está hoje profundamente triste e chocado de comunicar que um dos nossos melhores jogadores, Cyrille Regis, faleceu aos 59 anos”.

Para além da sua participação como avançado no West Brom e na seleção inglesa, Regis chegou a passar também pelo Molesey, Hayes, Coventry City, Aston Villa, Wolverhampton Wandereres, Wycombe Wandereres e Chester City.

Natural da Guiana francesa, Cyrille Regis nasceu a 9 de fevereiro de 1958, tendo o futebol e o desporto entrado na sua vida desde tenra idade quando se mudou com o pai, e com a restante família, para a Inglaterra.

Depois de se aposentar como jogador de futebol, em 1996, passou a fazer parte dos quadros técnicos do West Brom acabando finalmente por se tornar agente de futebol.

Deixa viúva a sua segunda mulher, Julia, a qual já expressou na página oficial do West Brom a dor da sua perda e os agradecimentos ao apoio que tem recebido.

INTERNACIONAL

Síria. Voluntários americanos, britânicos e alemães na luta contra a ofensiva turca

24.01.2018 às 12h44

As Forças Democráticas Sírias, lideradas pelos curdos, contam agora com o apoio de voluntários estrangeiros que já se encontram em Afrin, na Síria, e garantiram que “vão lutar contra a invasão turca”

TEXTO EXPRESSO

Os voluntários norte-americanos, britânicos e alemães que lutaram contra o autoproclamado Estado Islâmico, junto com as forças curdas na Síria, já se encontram na região de Afrin, a zona mais a oeste da região autónoma curda de Rojava, afirmou um militar que acompanha as Forças Democráticas Sírias (FDS) liderada pelos curdos.

A região curda de Afrin está a ser alvo de uma ofensiva do exército turco e do Exército Livre da Síria (uma das principais facções de oposição armada a Bashar al-Assad) apoiado também pela Turquia.

"Os voluntários estrangeiros que combateram em Raqqa e que estão a combater em Deir Zor expressaram o seu desejo de virem a Afrin", disse à agência Reuters Redur Xelil, uma alta patente das FDS.

Recusando informar sobre a hora e dia da partida dos voluntários estrangeiros para Afrin, Xelil garantiu que "eles vão lutar contra a invasão turca".

"Há americanos, britânicos, alemães, diferentes nacionalidades da Europa, da Ásia e da América", informou Xelil.

TURQUIA JÁ PRENDEU 150 PESSOAS POR 'PROPAGANDA TERRORISTA' NAS REDES SOCIAIS

Um total de 150 pessoas foram detidas na Turquia por "espalharem propaganda terrorista" nas redes sociais sobre a campanha militar turca contra a milícia curda na Síria desde que a operação se iniciou no fim de semana, de acordo com a comunicação social estatal, diz a agência Reuters.

A operação tem como alvo a milícia curda das Unidades de Proteção Popular (YPG), que é considerada por Ancara um grupo terrorista que promove a rebelião no sudeste do país há mais de 30 anos, e acusada de ser o ramo sírio do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

Políticos, jornalistas e ativistas estão entre as pessoas que foram presas devido às suas publicações nas redes sociais, de acordo com o segundo maior partido da oposição no parlamento turco, o Partido Democrático do Povos (pró-curdo).

A polícia tem operado em 31 províncias, estando 11 suspeitos postos sob custódia e pendentes de julgamento e 7 pessoas foram libertadas, mas restam ainda interrogar 132 pessoas, segundo informações oficiais da polícia citadas pela agência turca Anadolu.

De acordo com a mesma agência, a polícia turca está a monitorizar incessantemente as contas das redes sociais sendo que todos os utilizadores que divulguem "propaganda de grupos terroristas" vão ser julgados e processados.

A repressão por parte de Ancara tem vindo a ser reforçada desde o golpe de estado falhado de 2016. Críticos do governo apontam que os políticos pro-curdos têm sido alvos injustamente.

No total, desde a tentativa do golpe, mais de 50.000 pessoas foram presas ou levadas a julgamento e 150.000 foram despedidas ou suspensas dos seus trabalhos. O governo tem justificado as medidas tomadas com "ameaças à segurança" do país.

TANQUES ALEMÃES NA OFENSIVA TURCA PROVOCAM MAL-ESTAR EM BERLIM

Na sequência da divulgação de relatórios que dão conta da utilização de tanques de origem alemã por parte do exército turco na ofensiva contra os curdos, vários políticos alemães têm pedido ao governo para cortar a exportação de armas para a Turquia, segundo o jornal britânico BBC.

Os dois ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos países comprometeram-se há duas semanas a reforçar as relações bilaterais.

Os relatórios divulgados na sexta-feira contemplavam a possibilidade de que Berlim aprovasse o pedido de Ancara para melhorar os tanques Leopard-2, tornando-os mais resistentes a explosivos.

Segundo a comunicação social alemã, foram esses tanques Leopard-2 que estiveram envolvidos maioritariamente nos ataques protagonizados pela Turquia contra grupos curdos.

Vários políticos alemães, tanto de esquerda como de direita, já têm vindo criticar esta decisão relativa aos tanques e urgem a que o governo tome uma posição clara sobre a ofensiva turca na região de Afrin.

Norbert Röttgen, membro do partido União Democrata-Cristã (CDU) ao qual pertence a chanceler Angela Merkel, comentou em declarações à rádio BBC 4 que era "totalmente óbvio" que a Alemanha não devia aprovar o pedido da Turquia.

Röttgen considerou ainda que a intervenção turca era "ilegal, contra a lei internacional e contraproducente" no que diz respeito aos esforços por derrotar o autoproclamado Estado Islâmico.

O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Sigmar Gabriel, referiu esta segunda-feira que já expressou ao seu homólogo turco a preocupação pelo possível impacto humanitário que a ofensiva em Afrin pode vir a ter.

As Nações Unidas estimam que o ataque ao norte da Síria por parte das forças turcas, que se iniciou-se no passado sábado, tenha provocado o desalojamento de 5.000 pessoas.

INTERNACIONAL

CEDEAO avança com sanções a 19 personalidades guineenses

07.02.2018 às 13h03

Uma das personalidades sancionadas pela Comunidade Económica de Estados de África Ocidental é o Procurador-Geral da República da Guiné Bissau, Bacari Biai

TEXTO EXPRESSO

Num comunicado divulgado esta quarta-feira, assinado em Abuja, Nigéria, a Comunidade Económica de Estados de África Ocidental (CEDEAO) avança com "sanções pessoais contra os indivíduos ou organizações que impedem o processo de saída da crise na Guiné-Bissau".

Em causa está o incumprimento do Acordo de Conacri, um acordo proposto pela CEDEAO em outubro de 2016 com o objetivo de acabar com a crise política na Guiné-Bissau e eleger um primeiro-ministro de consenso, mas que desde então tem sido contestado pelos líderes guineenses.

Num total de 19 personalidades guineenses incluem-se cargos políticos importantes como é o caso de Bacari Biai, Procurador Geral da República da Guiné Bissau. Florentino Mendes Pereira, secretário-geral do Partido de Renovação Social, partido da oposição, e Orlando Mendes Viegas do mesmo partido também estão incluídos na lista.

As sanções dirigidas às 19 personalidades guineenses contemplam o impedimento de viagens tanto aos sancionados como aos seus familiares, assim como o congelamento dos seus bens financeiros e o impedimento de participar nas atividades da comunidade.

A lista de sancionados é composta pelos seguintes: Braima Camara, Rui Dia de Sousa, Soares Sambu, Abel da Silva Gomes, Manuel Nascimento Lopes, Eduardo Mamadu Balde, Maria Aurora Abissa Sano, Florentino Mendes Pereira, Orlando Mendes Viegas, Certorio Biote, Domingos Quade, Carlitos Barai, Domingos Malu, Antonio Sedja Man, Bacari Biai, Botche Cande, Herson Gougjabi Vaz, Victor Madinga, Fernando Vaz.

FALTA DE CONSENSO PARA FORMAR GOVERNO

A decisão da aplicação das sanções partiu de Faure Essozimna Gnassingbe, presidente em exercício da CEDEAO e Presidente da República Togolesa (Togo), e contou com o apoio dos restantes dirigentes dos países que constituem a CEDEAO. No comunicado, justifica-se a decisão pela "ansiedade" dos membros de "promover a restauração da governação democrática e do respeito pelo Estado de direito na Guiné-Bissau".

Na semana passada, o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, nomeou Artur Silva como primeiro-ministro de consenso mas a sua nomeação levantou novos desentendimentos políticos: a CEDEAO e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, vencedor das últimas legislativas, tinham proposto anteriormente nomear Augusto Olivais como primeiro-ministro de consenso, não aceitando nenhum nome que não o de Olivais.

Na terça-feira, os cinco partidos guineenses faltaram à chamada de Artur Silva para formar Governo, segundo avançaram os *media* locais. Ainda não há qualquer data prevista para a formação do Executivo mas Artur Silva acredita que conseguirá formar Governo mantendo o cumprimento do Acordo de Conacri.

INTERNACIONAL

Israel e Egito assinam acordo 'histórico' sobre gás natural

20.02.2018 às 11h47

Acordo de 15 mil milhões de dólares já foi descrito pelo primeiro-ministro israelita como “histórico”. Netanyahu considera que o acordo vai “trazer muitos milhões para os cofres do país”

TEXTO EXPRESSO

A empresa israelita Delek Drilling anunciou que vai fornecer o Egito com gás natural no âmbito de um negócio no valor de 15 mil milhões de dólares (aproximadamente 12 mil milhões de euros). Este acordo já foi considerado pelo primeiro-ministro israelita,

Benjamin Netanyahu, como “histórico” desde que os dois países assinaram o tratado de paz, em 1979.

O fornecimento será feito através da empresa egípcia Dolphinus, que irá adquirir 64 mil milhões de metros cúbicos de gás natural à Delek Drilling — através da empresa norte-americana Noble —, durante um período de dez anos.

O gás será fornecido a partir do campo de Tamar, que já se encontra operacional, ou pelo Leviathan, de dimensões superiores, mas que só deverá estar completamente operacional a partir de 2019.

A rota exata através da qual o gás seguirá de um país para o outro ainda não foi determinada. De acordo com Yossi Abu, diretor executivo da Delek Drilling, citado pela Al-Jazeera, existem “várias possibilidades”: uma delas é a utilização do gasoduto da empresa East Mediterranean Gas Company (EMG), que vai de a rota vai de Al-Arish, na província egípcia do Sinai, até Ashkelon, no sul de Israel.

Com a descoberta dos campos de gás Tamar e Leviathan em 2009 e 2010, respetivamente, Israel conseguiu afirmar-se como um país exportador neste sector: desde setembro de 2016, já fornece gás natural à Jordânia.

“ESTE É UM DIA ALEGRE”

Se, por um lado, ainda não houve declarações imediatas por parte de dirigentes egípcios relativas ao acordo de gás natural, para Netanyahu a concretização do acordo poderá trazer coisas positivas para o país: “Este é um dia alegre”, considerou o primeiro-ministro israelita, citado pela Al-Jazeera.

Para Netanyahu, o negócio vai “fortalecer a segurança e economia [de Israel] mas também as nossas relações regionais” e “irá trazer muitos milhões aos cofres do Estado”.

O acordo de fornecimento de gás natural entre Israel e o Egito foi considerado o mais significativo desde 1979, ano em que o Egito se tornou o primeiro país árabe a assinar um tratado de paz com Israel.

INTERNACIONAL

Coreia do Norte disposta a abandonar armamento nuclear

06.03.2018 às 12h11

Comunicado do Presidente da Coreia do Sul afirma que o país vizinho “declarou claramente a sua vontade de desnuclearização” em troca de garantias de segurança por parte dos Estados Unidos. Informação ainda não foi confirmada oficialmente por Kim Jong-un

TEXTO EXPRESSO

O primeiro encontro, em dez anos, entre Kim Jong-un e a delegação sul-coreana parece ter dados os seus frutos. Kim Jong-un terá informado a delegação sul-coreana que a Coreia do Norte está disposta a discutir com os Estados Unidos a possibilidade de abandonar todo o seu armamento nuclear, assim como a suspender os seus testes nucleares durante o processo de negociação. A informação é avançada pelo "New York Times", que cita fontes oficiais da Coreia do Sul.

“A Coreia do Norte declarou claramente a sua vontade de desnuclearização”, refere um comunicado do Presidente sul-coreano Moon Jae-In. “Ficou claro que não há motivos para continuarem a possuir armamento nuclear se a ameaça militar ao Norte for eliminada e a sua segurança garantida.”

Mais ainda, naquela que é considerada uma visita histórica da delegação sul-coreana a Pyongyang, a primeira deste tipo em dez anos, e na qual se agendou uma cimeira para finais de abril entre Kim Jong-un e Moon Jae-In, na fronteira entre os dois países, refere também o comunicado.

Estas declarações ainda não foram oficialmente confirmadas pela Coreia do Norte mas, caso venham a ser, será a primeira vez que o país expressa vontade de proceder à desnuclearização em troca de garantias de segurança por parte dos Estados Unidos, durante a liderança de Kim Jong-un.

COREIA DO NORTE TEM “VONTADE FIRME DE AVANÇAR” NAS RELAÇÕES COM O SUL

Durante o encontro de dois dias da delegação sul-coreana em Pyongyang, o líder da Coreia do Norte afirmou ter uma “vontade firme de avançar vigorosamente” nas relações com a Coreia do Sul e conseguir alcançar, numa última fase, a reunificação dos dois países. A informação foi avançada pela Agência Central de Notícias da Coreia (KCNA), a agência oficial da Coreia do Norte, citada pela Reuters.

A delegação sul-coreana, composta por dez membros do Governo e liderada pelo chefe do gabinete de Segurança Nacional, ChungEui-yong, deslocou-se a Pyongyang na segunda-feira para se reunir com Kim Jong-un, a sua irmã Kim Yo Jong e a mulher do líder norte-coreano. O regresso da delegação está previsto para esta terça-feira.

No encontro procurou-se encorajar o diálogo entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, nomeadamente no que diz respeito à tensão que tem pairado entre os dois países especialmente nos últimos meses, mas também tentar aliviar tensões militares entre as duas Coreias através do diálogo e da cooperação.

A aproximação entre os dois países tem sido acompanhada com atenção nos últimos meses. No início deste ano, o Presidente sul-coreano Moon Jae-In anunciava a vinda de uma delegação da Coreia do Norte ao país, como motivo dos Jogos Olímpicos de Inverno, e que contou com a presença de Kim Yo Jong.

Enfermeiros. “Se calhar deveríamos fazer era uma greve de um mês”

22/03/2018

A sua consulta ou cirurgia marcada para esta quinta-feira, primeiro de dois dias de greve que os enfermeiros iniciaram esta manhã em todo o país, foi adiada? Para a dirigente sindical Guadalupe Simões, a culpa não deve ser atribuída à paralisação: “Hoje, que é dia de greve, dá-se um grande destaque aos adiamentos e remarcações de consultas - o problema é que isto já acontece quase todos os dias sem que o Governo nada faça para travar esta situação”

TEXTO EXPRESSO

Esta quinta e sexta-feira há paralisação dos enfermeiros no país, mas os adiamentos e remarcações de consultas ou cirurgias são uma situação normal, como moutro dia qualquer, pois “esse já é o dia a dia dos hospitais e centros de saúde, com ou sem greve”. Quem o diz é Guadalupe Simões, dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP, o mais representativo), explicando que a questão prioritária reivindicada pela classe é a admissão de 1500 enfermeiros até maio. O objetivo é, entre a resolução de outros problemas, evitar a sobrecarga de horas extra não pagas aos enfermeiros, que estima em 400 mil horas a nível nacional. “Se calhar deveríamos fazer era uma greve de um mês”, afirma a sindicalista.

E o passo seguinte? “Se o Governo não der resposta, teremos de equacionar outra ação de luta”

Hoje [quinta-feira] inicia-se uma greve de dois dias. O que está em causa?

Várias coisas. Desde logo, a admissão de enfermeiros: esta questão é prioritária. A não admissão pressupõe que os enfermeiros tenham de fazer mais trabalho extraordinário, não pago, que estimamos em 400 mil horas a nível nacional. Por outro lado, contestamos também a redução de enfermeiros por turno, o que contribui para que os enfermeiros tenham de fazer mais trabalho. E nisto insere-se a desregulação dos horários, que também colocamos em causa.

Porque foram escolhidos dois dias de paralisação e porque precisamente estes dias?

Na realidade, se calhar o que deveríamos fazer era uma greve de um mês. Mas, para começar, escolhemos dois dias para pôr em relevo as nossas exigências. Se o Governo

não der resposta, teremos de equacionar outra ação de luta. Quanto à escolha de quinta e sexta-feira, é indiferente, uma vez que a Saúde é um serviço disponível os sete dias da semana.

De que modo esta paralisação afeta os utentes?

Algumas das cirurgias e consultas que estavam marcadas vão ter de ser adiadas e reprogramadas - ou já estão a ser. Mas esse já é o dia a dia dos hospitais e centros de saúde com ou sem greve, infelizmente. Hoje, que é dia de greve, põe-se em destaque os adiamentos e remarcações de consultas. O problema é que isto já acontece quase todos os dias, sem que o Governo faça algo para travar esta situação.

O que têm a dizer às pessoas afetadas?

Se esta greve resultar na admissão de novos enfermeiros, provavelmente essas pessoas vão ficar mais contentes, pois significa que poderão ter um serviço de saúde melhor, em boas condições.

A greve pode condicionar a atividade de outros profissionais da saúde, nomeadamente os médicos?

Não condiciona em nada. Tanto os médicos como os enfermeiros têm cada um as suas competências e as suas áreas de atuação. Da mesma forma que, quando os médicos fizerem greve, também não vão condicionar o nosso trabalho.

E depois da greve, qual é o passo seguinte?

Espera-se que o Ministério da Saúde e o Ministério das Finanças deem resposta às nossas exigências prioritárias, que são para já a admissão de 1500 enfermeiros até maio. Um dos pontos da negociação era a passagem das 40 para as 35 horas de trabalho semanais dos enfermeiros com Contrato Individual de Trabalho. Finalmente, o Governo cedeu e foi aprovado, entrando em vigor a partir de 1 de julho. Mas isto significa que para se concretizar efetivamente essa mudança [das 35 horas] têm de ser admitidos mais enfermeiros, se não os existentes acabam por ter de fazer mais horas de trabalho.

Anexo 2

Entrevistas realizadas a seis jornalistas da secção de Política do *Expresso*, entre março e abril de 2018, na redação do jornal.

A) HELENA PEREIRA

Cargo: Editora da secção de Política do Expresso

Idade: 44

P: Porquê, ao contrário das outras secções, a secção de Política não tem um coordenador e um editor mas apenas um editor?

R: O coordenador é o número 2 da secção, a pessoa responsável a seguir ao editor. Nos últimos anos houve só um editor, coordenador nunca teve [a secção de Política]. Em caso de ausência, o editor é substituído pela direção, mas não sei por que motivo concreto.

P: Como é a organização da secção de Política? Há uma divisão por partidos ou temas políticos?

R: A secção política tem sete jornalistas, pelo que apesar de haver uma divisão os jornalistas acumulam vários temas. Existe um jornalista especializado para cada partido, para o Governo e para a PR mas também existem divisões por temas, por exemplo de concertação social (sindicatos, etc...) ou também de diplomacia e defesa. Todas as segundas-feiras é realizada uma reunião, só da secção política, na qual são divididos os temas que vão ser trabalhados durante a semana. Também é feita uma antevisão da semana seguinte – ou seja, no total, tenta-se planear as duas semanas que se seguem. Faz-se primeiro, na reunião, uma leitura da realidade para decidir que temas serão trabalhados. Os temas são sugeridos pela Editora aos jornalistas, mas também pode partir destes últimos algumas sugestões que se possam considerar relevantes. Em suma, para preparar os temas que serão trabalhados, é feita na reunião uma análise e leitura das coisas importantes da semana, mas não só do que vai acontecer ou acontece, senão também explicar esses acontecimentos (explicar aos leitores determinadas políticas ou acontecimentos relevantes, providenciar o contexto, explicar a importância que o tema tem, abordar os bastidores por trás

desse tema, abordar temas que não estão a ser falados e são relevantes). Às vezes também se realizam trabalhos especiais dedicados, por exemplo, ao aniversário de um governo onde se explica o que foi feito, o que não foi feito, ponto da situação, etc...

P: Teve formação académica? Se sim, em que curso?

R: Licenciiei-me em Ciências da Comunicação na FCSH/NOVA.

P: E há quanto tempo é jornalista profissionalmente?

R: Desde 1996, ou seja, há 22 anos.

P: Porquê o jornalismo político? Qual o percurso que a levou a fazer parte da secção política?

R: Realizei um estágio curricular durante a faculdade, integrei o Público na secção Local dedicada a Lisboa e, quando acabei o estágio, fui convidada pelo jornal para integrar a secção política.

P: Fora da vida profissional, mantém contacto com a política em termos de militância em partidos ou sindicalizada? Caso contrário, tem interesse na política?

R: Não sou militante nem acho que isso seja recomendável para um jornalista. Contudo, obviamente, tenho interesse na política e acompanho-a diariamente

P: Quais os critérios que costuma ter em conta para um assunto político se tornar notícia?

R: Critérios como a atualidade, a relevância, a importância que um assunto tem. Por exemplo, o tema de Tancos é um tema importante devido ainda não estar resolvido - assuntos pendentes, por exemplo. Acho que quando um jornal decide abrir, por exemplo, na primeira página ou dando destaque, com um determinado tema é porque está a tomar uma posição. Quando o jornal escolhe determinado tema está a considera-lo importante. Acho que nesse sentido pode-se considerar que há uma interferência do jornalismo na realidade. Por exemplo, temas relacionados com direitos humanos, que no *Expresso* tentamos trabalhar bastante. Não é só escrever e publicar sobre o que está a acontecer [é tomar também essa decisão de escolher o

que é importante ou não]. No caso da política é preciso estar também atento às tendências dentro de cada partido ou do Governo, às forças dentro do Governo e na oposição.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: No caso da política, os valores que associo em primeiro lugar é a fiscalização ou o escrutínio. É preciso problematizar, questionar, e às vezes não aceitar as coisas como elas parecem, não acreditar em tudo, tentar sempre aprofundar...

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? Porquê?

R: Sim, é essencial, por tudo o dito anteriormente.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Sim, acho que têm. O jornalismo também tenta não estar desfasado das pessoas, procura falar de assuntos que preocupam as pessoas e que precisam de ser falados e nesse sentido conseguem por os políticos a pensar mais neles. Ao escrevermos sobre isso estamos a ajudar que as coisas sejam resolvidas ou não, por exemplo. O exemplo que dou é o da alteração da localização do aeroporto da Ota para Alcochete. Na altura, foi muito instigado pelo PR, Cavaco Silva, mas também houve uma grande discussão sobre o assunto na comunicação social.

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Sim, estão porque os políticos fazem promessas eleitorais pelo que devem prestar contas no Parlamento, mas também são escrutinados por nós.

B) MARIANA LIMA CUNHA

Cargo: Jornalista

Idade: 23

P: Como é feita a adjudicação dos temas a trabalhar? É o jornalista que escolhe, é atribuído pelo editor, ou ambos?

R: É um misto, são tanto dados pelo Editor como propostos por nós. No *Expresso* há liberdade para propormos temas com frequência, pelo que acaba por ser um trabalho recíproco entre o editor e o jornalista. Há, inclusive, abertura para temas que são propostos pelo editor acabarem por mudar devido a críticas ou sugestões dos jornalistas. Muitas vezes acontece também que há temas que são propostos pelo editor ou pela própria direção [recordar que esta assume o papel de edição no caso de ausência da editora] que não são exequíveis uma vez que o jornalista se encontra no terreno. O jornalista no terreno é que acaba por determinar se um tema proposto pode avançar ou não. Por exemplo, pode acontecer que a edição/direção queira que se trabalhe um tema que o jornalista no terreno acaba por se aperceber que, afinal, o ângulo não é bem assim, ou é um tema "morto", etc.

P: Qual foi a sua formação académica?

R: Licenciatura em Jornalismo na ESCS/IPL

P: Há quanto tempo é jornalista?

R: Comecei em 2013 a publicar para vários núcleos de jornalismo da ESCS e tive alguns projetos jornalísticos pessoais antes de iniciar o estágio curricular no *Expresso* em 2015. Quando acabei o estágio, prossegui no *Expresso* como estagiária em dezembro de 2015.

P: Porquê o jornalismo político? Qual o percurso que a levou a fazer parte da secção de Política?

R: Comecei oficialmente como jornalista no *Expresso*, integrando a secção política, em julho de 2017, altura em que também recebi a carteira profissional de jornalista. Acabei na política porque sempre foi um tema no qual tive interesse, surgindo com mais força na faculdade, e sempre gostei de seguir as notícias sobre política. Para chegar à secção política do *Expresso*, confesso que os meus projetos pessoais ajudaram. Ainda na faculdade, comecei com uns colegas um projeto de *podcasts* dedicado à análise política, depois começou a surgir a ideia de se acompanhar a fundo as legislativas de 2015... Estes dois projetos acabaram por confluir num

último projeto com mais dois colegas da faculdade, o "Panorama", que se assume como um jornal online sobre política para jovens.

P: É militante em algum partido? Acha que é compatível para um jornalista (especialmente político) estar envolvido ativamente num partido?

R: Não. O jornalista deve ser rigoroso, normalmente tendo a evitar usar a palavra "neutro". Ou seja, no trabalho do jornalista deve primar a sua boa-fé e honestidade intelectual, pelo que ser militante num partido e ser jornalista não é compatível - até porque, mesmo se as intenções forem boas, pode ser muito criticado por pessoas de fora e por em causa a sua própria credibilidade. Quando és jornalista decidiste assumir um compromisso público com uma das partes sobre as quais vais escrever [o público], e isso pode por este princípio em causa. Numa palavra, o jornalista, neste sentido, deve saber ser equidistante.

P: Quais os critérios que definem que um assunto político pode ser notícia?

R: Em primeiro lugar, a relevância que o tema tem para a vida das pessoas, especialmente se as afeta ou não. Depois, na política, também há muitos temas mais de "politiquice", que eu considero também interessante, como é o caso de coligações, jogos políticos, disputas internas... Ou seja, o assunto político tem essa vertente de que deve interessar às pessoas [leitores], mas também tem essa dimensão dos bastidores, que é importante explicar e entender. Há uma posição, que eu tendo a concordar, que muitos jornalistas apoiam: os problemas internos específicos dos partidos, que não tendem a sair cá para fora, acabam por refletir que estamos a escrever para nós e para eles [jornalistas e políticos]. Isto acaba por te fazer influente no meio, mas no final de contas não serve o público, que é para quem o jornalismo deve escrever em primeiro lugar. É preciso distanciar-nos um pouco quando estes temas surgem e pararmos para pensar para quem estamos a escrever.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: Rigor, em primeiro lugar, obviamente, e a boa fé do jornalista. Ou seja, não haver juízos precipitados ou opiniões pré-definidas no momento de escrever sobre um tema, ir com a mente aberta, ser persistente e curioso. Não desistir. Acho que uma boa peça jornalística deve conjugar a análise e a interpretação, o jornalista não é só uma caixa de ressonância sobre o que acontece. É preciso saber relacionar factos.

Também acho que não é verdade quando se diz que o jornalismo não é criativo, eu acho que é muito criativo – e esta criatividade acaba também por ser importante para o leitor, porque fomenta a sua vontade de ler. E claro, não pode ser uma peça em que o jornalista escreve para si próprio e é preciso ouvir todas as partes envolvidas, ou seja, incluir o direito ao contraditório.

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? Porquê?

R: Sem dúvida. Sem o jornalismo não haveria um papel de intermediação para que as pessoas possam perceber como a sua vida é afetada por quem está no poder e toma as decisões. Acho que o jornalismo é como uma ponte, neste sentido. Como jornalistas há que saber que com as nossas publicações podemos mudar as coisas e ter um papel ativo, explicando e analisando temas que precisam dessa profundidade para os leitores ficarem mais esclarecidos. Por isso sim, acho que não imagino a democracia sem jornalismo.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Sim, sem dúvida. À parte do cidadão comum, nós acabamos por escrever para um círculo muito específico que segue atentamente as nossas publicações [os políticos]. Acabamos por ser muito lidos por eles pois nós escrevemos sobre assuntos que influenciam a vida das pessoas. Dou-te um exemplo, o assunto do financiamento dos partidos. Por exemplo, agora [em março] o CDS tem reafirmado que sempre mantiveram uma posição firme neste assunto mas, apesar de dizerem o contrário, a verdade é que na altura não se pronunciaram sobre o tema. Só depois de o tema ter sido lançado na opinião pública é que foram os primeiros a convocar uma conferência de imprensa e se pronunciaram ativamente sobre o assunto. Mas a verdade é que quem provoca isto é o primeiro jornalista que escreve sobre o assunto. Acho que temos um poder muito importante de fiscalização que serve para mudar algumas coisas. Conseguimos chamar a atenção e o foco da opinião pública para assuntos que importam.

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Difícil de dizer. Na minha opinião, num órgão como o *Expresso*, isso é possível. No *Expresso* a política é um tema quente, é o assunto com que se tende, na grande maioria das vezes, abrir o jornal. O *Expresso* sempre assumiu essa posição de destaque dos temas políticos. Portanto diria que sim.

C) ROSA PEDROSO LIMA

Cargo: Jornalista

Idade: 54

P: Qual foi a sua formação académica?

R: Licenciada em Comunicação Social pela FCSH / NOVA

P: Há quanto tempo é jornalista?

R: Desde 1985.

P: Porquê o jornalismo político? Qual o percurso que a levou a fazer parte da secção de Política?

R: O meu percurso na secção política não é linear: também trabalhei, antes disso, em jornalismo económico ou em questões da sociedade como o trabalho e a educação, que também têm uma componente política mas não coloca tanto o enfoque na atividade partidária. Na secção política, para tentar ser objetivo, comecei por volta de 2003. Vim cá parar pelo meu interesse no tema, claro, mas também por fruto do acaso.

P: Que critérios costuma considerar para que um assunto político se torne notícia?

R: A relevância, o impacto público, a importância em determinado contexto na vida do país. Sempre com o enfoque de ser um tema que interessa e que afeta a vida dos leitores – que, em última análise, é para quem trabalhamos.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: A verdade, o rigor – e nisso cabe tudo: a profundidade, ouvir várias fontes, a inteligência. Não podemos ser só um pé de microfone. Por exemplo, as declarações [das fontes] não são só [para] transcrever, isso não é trabalho jornalístico rigoroso e

verdadeiro: é preciso saber confrontá-las com outros momentos, às vezes que contradizem a informação atual, analisar no seu contexto, verificar se o que é dito é certo.

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? Porquê?

R: Sim, tem um papel fundamental. É um dos pilares da democracia. Não acredito em democracia sem a comunicação social, não há uma democracia forte sem uma comunicação social forte. É um direito poder informar e um direito ser informado.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Sim, sobretudo em Portugal porque é um meio muito pequeno. Assim exemplos que me recorde, é o caso das licenciaturas do Sócrates e do Relvas ou a manifestação de professores contra a Maria de Lurdes Rodrigues – num caso foi uma investigação, no outro a cobertura dum acontecimento; são coisas diferentes mas que tiveram um impacto significativo. Outro exemplo mais recente foi no início da campanha das legislativas de 2015, uma declaração de Costa que deixava antever a possibilidade de se formar uma "geringonça" mas que na altura, no *Expresso*, até nem percebemos muito bem o que queria dizer, mas que mostrava que Costa já estaria a fazer contas à coisa (a frase era algo como "o PS nunca passaria um orçamento dum governo minoritário").

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Sim, à exceção da vida pessoal, claro. Acho que são completamente escrutinados não só pelos jornalistas mas também pelos órgãos próprios (verificação das contas, Parlamento, etc.). Faz parte das regras da democracia e também das regras jornalísticas (o confronto de contradições é um exemplo).

D) ADRIANO NOBRE, 41, JORNALISTA

Cargo: Jornalista

Idade: 41

P: Teve formação académica?

R: Não tenho curso superior, apenas frequência universitária.

P: E há quanto tempo é jornalista?

R: Desde 2006, altura em que adquiri a carteira profissional. Trabalhei uns poucos anos antes n'A *Bola* mas sem o estatuto profissional.

P: Porquê o jornalismo político? Qual o percurso que o levou a fazer parte da secção de Política?

R: Foi fruto das circunstâncias. Entrei para o *Expresso* há 7 anos [2011] e estive na secção de Economia. Depois, devido a algumas reestruturações, fizeram-me o desafio de integrar a secção Política e agora estou cá há dois anos [2016].

P: É militante em algum partido? Acha que é compatível para um jornalista (especialmente político) estar envolvido ativamente num partido?

R: Não. Não acho que seja compatível porque é uma questão de bom senso, é preciso sermos equidistantes e isentos, para além de que vai completamente contra o código deontológico. É como um jornalista de desporto ser sócio de um clube, também não acho correto. Estamos afiliados e comprometidos com uma parte importante dos sujeitos sobre os que escrevemos, pelo que as barreiras acabam por se confundir.

P: Quais os critérios para um assunto político se tornar notícia?

R: Acima de tudo a relevância, não só do acontecimento mas da importância que implica na vida das pessoas. Temas que são polémicos ou contradições apresentadas, sempre desde a perspectiva do leitor.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: Todos aqueles que estão previstos nas regras jornalísticas. Mas essencialmente a isenção, a honestidade, ser o mais factual possível, tirar o véu daquilo que à primeira vista parece não se ver, rigor, relevância...

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? E porquê?

R: Tem um papel essencial. É como aquela famosa frase com a qual eu concordo absolutamente: “se me derem a optar por um país sem governo ou um país sem jornais, escolho um país sem governo”. Especialmente nos dias em que vivemos com as redes sociais e a proliferação das ‘fake news’, o jornalismo é cada vez mais importante e necessário.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Têm, sim. No jornalismo político vive-se muito das fontes; muitas vezes, o trabalho que fazemos é quase como um circuito fechado. Parece que escrevemos para as fontes e para os políticos, são eles que estão atentos – especialmente num país tão pequeno como Portugal. Eu tendo a discordar com esta prática, mas é uma realidade. Por isso sim, acabas por ter uma noção de que aquilo que escreves mexe com os políticos e com a vida política.

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Não tenho a certeza se isto é verdade. Quanto mais importante e mais influência uma pessoa tem, mais escrutínio será feito. Não vejo grande diferença entre os políticos e outras figuras não políticas conhecidas – por exemplo, os presidentes dos clubes de futebol. Acho que depende muito da altura e do contexto.

E) FILIPE SANTOS COSTA

Cargo: Jornalista

Idade: 45

P: Qual foi a sua formação académica?

R: Licenciatura em Ciências da Comunicação na Nova

P: Há quanto tempo é jornalista?

R: Desde 1994, há 24 anos

P: Porquê o jornalismo político? Qual o percurso que o levou a fazer parte da secção de Política?

R: Quando fiz estágio, no Público, o único computador que estava livre era o da secção de Política, e acabei por aí ficar: eles gostaram de mim e eu gostei também. Mas acho que se não tivesse acontecido desta forma acabaria de qualquer maneira por vir parar à política.

P: É militante em algum partido? Acha que é compatível para um jornalista (especialmente político) estar envolvido ativamente num partido?

R: Não, nem nunca fui. Acho que há um conjunto de deveres éticos no que diz respeito à militância que podem em todo o momento entrar em conflito com os deveres deontológicos do jornalismo.

P: Que critérios costuma considerar no momento de decidir que um assunto político se deve tornar notícia?

R: Acima de tudo, a relevância do impacto real que o assunto tem na vida das pessoas. E isto é o que os ingleses chamam de *policy*, políticas públicas. Depois há outros critérios como é o caso do próprio jogo político, que é quase como uma novela onde há atores que interagem uns com os outros todos os dias, todas as semanas, e que nós vamos acompanhando porque acaba também por ter relevância na própria política e nas posições que os políticos tomam. E nisto também conta muito a relevância das próprias figuras políticas e dos seus cargos, assim como a relevância de determinada pessoa num determinado contexto (por exemplo, o caso do currículo do Feliciano Barreiras Duarte). Depois, há personagens que são sempre notícia, pelo seu *sex appeal* e forte carisma, que as pessoas estão sempre interessadas em ler, seja porque o público os adora ou o os odeia. É o caso de Santana Lopes, Paulo Portas, Sócrates...

Depois entra também a questão da *horse-race*, as corridas seja a eleições, eleições internas, etc... As pessoas querem saber quem vai à frente, e nisso entram as sondagens. É quase um lado desportivo dos jornais que é menos impactante mas que também alimenta notícias.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: Bom jornalismo é aquele que capacita os cidadãos para tomarem decisões informadas por si próprios e que ajuda a compreenderem a realidade. E isso

consubstancia tudo: a relevância, a acessibilidade, o equilíbrio. Também é ponderar a efetiva relevância de uma história: tratar como importante o que é importante – e muitas vezes não fazemos isso. É preciso também que seja acessível, que diga coisas que as pessoas percebam. E é preciso também ser-se leal com o leitor – que não é o mesmo que ser isento. Por exemplo, há circunstâncias em que o jornalista não pode ser isento, por exemplo em casos de violência doméstica.

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? Porquê?

R: Diria que sim. Sem jornalismo livre uma democracia está incompleta, é apenas um mecanismo eleitoral. O jornalismo livre é também constitutivo de todos os outros direitos; faz apologia de todos os direitos necessários numa democracia.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Sim, acho que sim. Por exemplo, o caso do financiamento dos partidos: teve inúmeras consequências como o veto do PR, o chumbo na AR, mais discussões no Parlamento... Acho que sem uma imprensa livre a política (ou a história) seria diferente. O impacto que as notícias têm na política acaba sempre por gerar reações.

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Sim. Primeiro, noutras áreas não há a tradição de escrutínio. A política lida com bens públicos, decisões que impactam toda a gente... Ou seja, a política é pública, pelo que se qualifica para um escrutínio maior que não sucede, por exemplo, com as empresas. Há uma tradição de escrutínio na política que não existe em outros setores (por exemplo, na economia). Depois, a política tem também uma dimensão “confrontacional” que acaba por denotar um lado espetacular, de espetáculo, o que torna a matéria bastante apelativa. Mas a premissa principal é a dimensão pública da política.

F) LUÍSA MEIRELES

Cargo: Jornalista, redatora principal do *Expresso*

Idade: 61

P: Qual foi a sua formação académica?

R: Licenciada em Direito, Pós-Graduação em Estudos Europeus e Curso de Defesa no IDN

P: Há quanto tempo é jornalista?

R: Há 42 anos.

P: O que é ser redatora principal, no *Expresso*, e como adquiriu essa categoria?

R: Eu comecei a trabalhar na secção de Internacional, cheguei até a ser durante quase dois anos editora dessa secção. Ao mesmo tempo ia fazendo também muita coisa para a secção de Política sobre temas relacionados com defesa. Foi a partir daí que adquiri o estatuto, ou categoria, de redatora principal: escrevo sobre vários temas, a maioria relacionados com a política e para a secção de Política, cobrindo essencialmente aspetos relacionados com defesa e política externa, mas também com o Governo e matéria de assuntos europeus, da UE, mas também escrevo para o Internacional e para a Economia. Eu como redatora principal, em princípio, deveria fazer trabalhos maiores e principais e de vez em quando é o que faço, mas ao tratar de tantos temas acabo por não conseguir cumprir na totalidade essa função.

P: Quais são, com base na sua experiência profissional, os principais critérios para um assunto político se tornar notícia?

R: Há determinados assuntos que têm importância *per se*. Depois há outros temas onde se pode explorar certas contradições ou confrontar factos; também explorar outros temas a partir de notícias e/ou entrevistas em outros meios de comunicação. Mas acho que, pelo menos no meu caso e penso que o normal nesta profissão, é ter um pouco de “faro” [jornalístico] também. Não posso dizer que exista um “*lead*”; há coisas que vejo e acho logo interessantes de aprofundar. Quando se vai trabalhando [no jornalismo] há muito tempo já se vai tendo determinados parâmetros. E acho que uma coisa que nos falta muitas vezes é conseguir ir acompanhando o seguimento duma notícia do dia ou da semana anterior. Às vezes isso não é possível,

ou por falta de tempo ou espaço, incluir determinadas notícias que têm continuação, mas como a edição já fechou acaba por não ser possível.

P: O que é para si bom jornalismo? Quais os valores que associa a jornalismo?

R: Bom jornalismo é aquele que informa, que dá instrumentos de análise ao leitor. O jornalismo pode-se expressar de diversas formas consoante as plataformas onde opere – não é o mesmo escrever para o *online* que para o papel. O jornalista até pode ser o mesmo, mas a plataforma não: o público do *online* não é o mesmo que o público do papel, mesmo que muitas vezes uma parte desse público coincida em ambas plataformas. Ou seja, o bom jornalismo tem de fornecer instrumentos de análise para que o leitor consiga interpretar e formar a sua própria opinião, mas sem induzir.

Por exemplo, acho que hoje em dia há demasiado jornalismo de opinião e isso para mim é mau, porque acho que se está a partir do princípio que os leitores são burros.

Eu costumo sempre partir do princípio que estamos a escrever para um adolescente de 14 anos: o que escrevemos tem de ser perceptível, tem de se compreender, tem de abranger todas as pessoas – porque isto pode ajudar a ganhar novos leitores.

É então mais que necessário, no jornalismo, informar dando instrumentos de análise e compreensão do mundo e do nosso país. E isto hoje em dia é cada vez mais necessário por causa do papel que as redes sociais têm adquirido na disseminação de informação, especialmente com a proliferação de notícias falsas.

Acho que como jornalista temos de criar uma imagem de credibilidade e de confiança. Por exemplo – e isto depende de cada jornal – há publicações, nomeadamente artigos de opinião, que acabam por ser muito orientadas do ponto de vista ideológico e acabam por se fechar à generalidade dos leitores, está dirigido a um mercado. É o exemplo do *Observador*, que acaba por estar muito orientado para a direita.

Depois é necessário também dizer que há uma crise da imprensa escrita nos dias de hoje devido ao fenómeno da “televisização” da escrita: predomina o simplismo, o recurso a personagens separadas entre “os bons e os maus”, simplificação da mensagem, mensagem muito ligada à personalização.

Concretamente no tema que queres analisar no teu trabalho, a não recondução da procuradora-geral da República [PGR], acho que não é um tema que o *Expresso* desenvolveu bem, para além de que não é um tema próprio e exclusivo do *Expresso* – há outros que podiam ser trabalhados, se bem que durante o teu período de estágio não há muita coisa sem ser a cobertura das primárias do PSD. No tema da não-recondução da PGR, no *Expresso*, limitámo-nos a segui-lo numa maneira que não acho exemplar. Limitámo-nos a seguir os demais, não nos diferenciámos, limitámo-nos a dizer o que disse a oposição e acho que deveríamos ter ido mais a fundo e diferenciar-nos.

P: Acha que o jornalismo tem um papel relevante para a democracia? Porquê?

R: Sim, acho que tem um papel fundamental. No dia em que os jornalistas perderem (e já estão a perder) o papel de intermediação, abre-se a porta para todo o tipo de demagogias e manipulações – por exemplo, isso com o Trump já acontece, em que se comunica diretamente [publicações no Twitter] e ataca os meios de comunicação.

P: Considera que as notícias que publicam sobre política têm impacto na atividade política ou nas decisões dos políticos que cobrem?

R: Acho que depende do órgão de comunicação, mas sim. Hoje em dia metade da vida dos políticos é responder aos jornais/imprensa. Os políticos usam a comunicação social para dar os seus próprios recados, e a comunicação social de sua livre iniciativa contacta políticos para depois elaborar publicações que provocam reações que entram no próprio circuito político. A política tornou-se muito mediática, claro que há atores mais mediáticos que outros – como por exemplo, o atual Presidente da República [Marcelo Rebelo de Sousa].

P: Consideraria que os sujeitos políticos se encontram sob mais escrutínio do jornalismo do que outros sujeitos? Porquê?

R: Sim. Acho que outros sujeitos também deviam estar sob mais escrutínio, como por exemplo os grandes atores económicos. E depois temos de nos perguntar também que tipo de escrutínio: da atividade ou pessoal? Os políticos merecem ser escrutinados porque são eles quem nos governam – mas não devemos esquecer-nos que também são o nosso espelho. E depois está a questão do "afunilamento" da atividade política: é o caso das J's, que seguem a política e também fazem política,

esse é o objetivo principal da vida deles, querem militar nesse partido e querem levá-lo ao poder. E essa "vida política afunilada" é algo mau: eu sou contra a profissionalização da vida política, acho fundamental que os políticos exerçam também outras profissões (como professores, etc) pois é fundamental que tenham um contacto real com a sociedade.

E acho que isso também configura um grande problema do jornalismo político: é que vive numa redoma, vive para os políticos e o que realmente preocupa as pessoas é posto de parte. Por exemplo, há coisas que na verdade não interessam nada mas que para o jornalismo político é uma "excitação", mas que são só os políticos que acabam por ler. É preciso haver distância. Mas claro, depois também depende de cada equipa e de cada jornal, de cada editor. O *Expresso* é um jornal iminentemente político e marcado pelas notícias políticas, hoje em dia se calhar um bocado menos, mas está no seu ADN.

Anexo 3

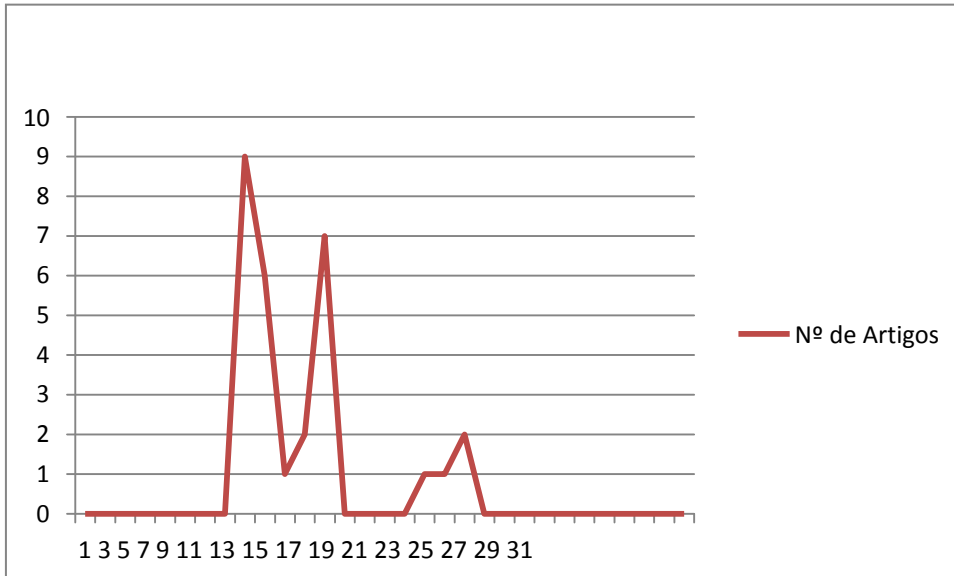
Artigos sobre a não recondução do *Expresso* publicados entre janeiro e abril de 2018:

Janeiro		Fevereiro	
DIA	Nº DE PEÇAS JORNALÍSTICAS	DIA	Nº DE PEÇAS JORNALÍSTICAS
1	0	1	0
2	0	2	0
3	0	3	0
4	0	4	0
5	0	5	0
6	0	6	0
7	0	7	0
8	0	8	0
9	7	9	0
10	6	10	0
11	1	11	0
12	2	12	0
13	7	13	0
14	0	14	1
15	0	15	0
16	0	16	0
17	0	17	1
18	1	18	0
19	1	19	0
20	2	20	0
21	0	21	0
22	0	22	0
23	0	23	0
24	0	24	0
25	0	25	0
26	0	26	0
27	0	27	0
28	0	28	0
29	0		
30	0		
31	0		
TOTAL	26	TOTAL	2

Março	
DIA	Nº DE PEÇAS JORNALÍSTICAS
1	0
2	0
3	0
4	0
5	0
6	0
7	0
8	0
9	0
10	1
11	0
12	0
13	0
14	0
15	0
16	0
17	0
18	0
19	0
20	0
21	0
22	0
23	0
24	0
25	0
26	0
27	0
28	0
29	0
30	1
31	0
TOTAL	2

Anexo 4

Gráfico 1. Número de artigos sobre a não recondução da PGR publicados pelo *Expresso* no mês de janeiro



Anexo 5

Gráfico 2. Número de artigos sobre a não recondução da PGR publicados pelo Expresso no mês de fevereiro.

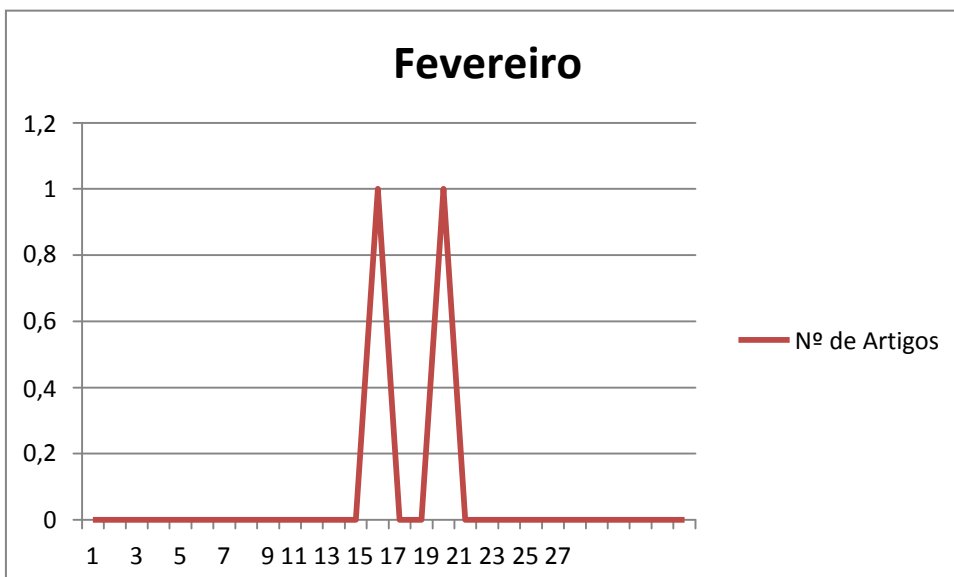
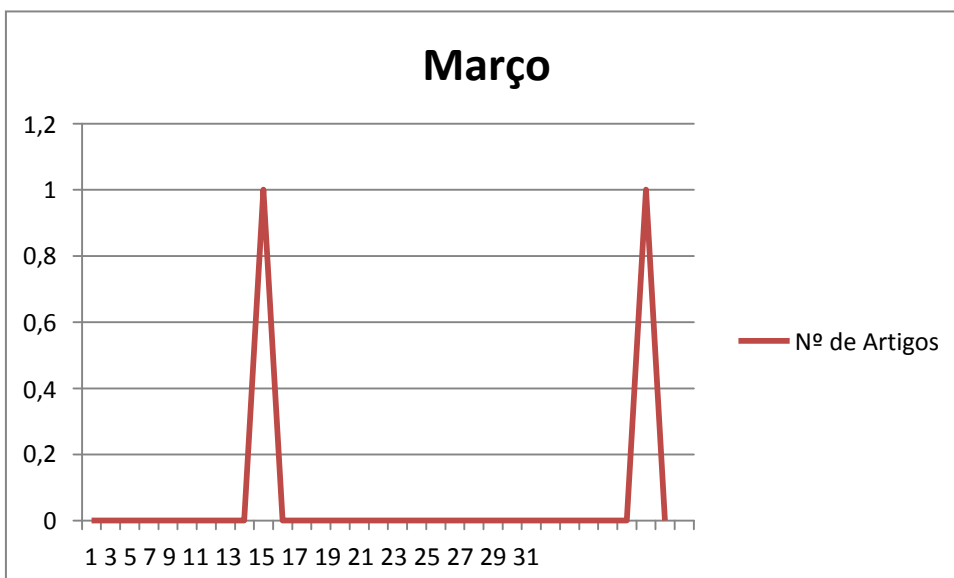


Gráfico 3. Número de artigos sobre a não recondução da PGR publicados pelo Expresso no mês de março.



Anexo 6



A PARTIR DO PRÓXIMO SÁBADO GRÁTIS COLEÇÃO INÉDITOS



idealista
a maneira certa de encontrar casa

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

13 de janeiro de 2018
2359 • €3,50

Director: Pedro Santos Quaresma
Director-Executivo: Mariana Silva
Directores-Auxiliares: João Vieira Pereira e Miguel Godinho
Director de Arte: Mário Greco

www.expresso.pt

24h

Não perca o Expresso Diário

E Expresso DIÁRIO

Use o código que está na capa da Revista E para ler o Expresso Diário de segunda a sábado no seu smartphone, tablet ou computador sem pagar mais por isso.

Guterres no Expresso

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, defende, num artigo de opinião, a celebração de um Pacto Global para a Migração, considerando que "pode ser um marco histórico". 194



Privados ameaçam 'barrar' ADSE

As unidades privadas de Saúde avisam que não vão prestar cuidados à ADSE se este subsistema avançar com a imposição "de um corte magistral" nos valores pagos. A ameaça consta de uma carta enviada no final da semana aos ministros das Finanças e da Saúde.

Gripe fraca e já há poucas camas

Plano de contingência está ativo em todo o país e a epidemia ainda é baixa. Lisboa e Algarve já esgotaram as vagas previstas. Um alerta: estão confirmadas 600 mortes além do esperado. 192

PSD quer Santos Silva a explicar Costa

O PSD quer audição de urgência do ministro dos Negócios Estrangeiros para explicar por que razão o primeiro-ministro se manifestou a favor da criação de listas transnacionais para o Parlamento Europeu, contra a opinião da maioria dos partidos e sem ouvir previamente a AR.

Integram-se aqui os conteúdos, atualizados, que se encontram no nosso site de ECONOMIA, NEGÓCIOS E...

mantovani
Cozinha e Banho

www.mantovani.pt

CASO MANUEL VICENTE

MP assume que não confia na Justiça angolana


EXCLUSIVO Documento do Ministério Público diz que autoridades judiciais angolanas "não dão garantias" e Ministro Santos Silva "muitíssimo preocupado" com relações bilaterais 194

MARCELO EXIGE ÚLTIMA PALAVRA NA ESCOLHA

Governo decidido a afastar a PGR

Declarações do Governo provocam mal-estar em Belém 192,2

MARQUES VIDAL vs. VAN DUNEM
AS ETERNAS RIVAIS



PSD dividido entre Rio e Santana. Quem ganhar já tem rivais à espreita

No PSD alinham-se os pretendentes à sucessão de Rio ou Santana. Luís Montenegro é o mais bem colocado para 2020

O PSD ainda vai escolher o sucessor de Passos Coelho, e já são mais do que uma mão-cheia os nomes que se perfilam para daqui a dois anos. De Luís Montenegro a Jorge Moreira da Silva. Muitos concordam com o vaticínio de Miguel Relvas sobre este líder ser de transição, e o Expresso aponta oito nomes para 2020. Porém, se este sábado o eleito for Rui Rio, o seu plano é não deixar a liderança mesmo que perca as legislativas para António Costa. Rio quer pôr ordem na casa mal entre em funções e deverá começar pela bancada: Hugo Soares tem o lugar em risco. Santana recusa-se a promover "vassouradas". 196

MILITANTES-FANTASMAS NA TERRA DO DIRETOR DE CAMPANHA DE RUI RIO 198

Mosquito do zika no norte e sul de Portugal

Mosquito tigre asiático detetado em Penafiel e dezenas de espécies apanhadas no Algarve. Vigilância foi reforçada

Em 2017, mais de 50 mosquitos *Aedes albopictus*, capazes de transmitir zika e dengue (se infectados), foram apanhados num condomínio em Albufeira, e meia dúzia em Penafiel numa empresa de recauchutagem de pneus. Plano Nacional de Prevenção e Controlo subiu o nível de alerta do país de verde para amarelo. 198

INVESTIGAÇÃO MOSTRA COMO MESSI GANHA 100 MILHÕES/ANO 194



VOLTOU. AOS 72 ANOS, SÉRGIO GODINHO FALA DO NOVO ÁLBUM 198



Trabalhadores contratados em 2017 recebem €689/mês

Salário médio bruto dos novos contratos de trabalho até subiu, mas continua muito abaixo da média. 80% são a prazo 198

'Saco azul' do GES pagou a país, marido e filhas

Isabel Almeida recebeu €2,4 milhões da ES Enterprises quando era diretora do BES. Parte através de familiares 198

Merkel consegue acordo na Alemanha 198

Hotéis de cinco estrelas a €40/noite no Algarve 192

idealista

A app para procurar casa em Portugal

Fundado: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

45 ANOS

17 de fevereiro de 2018
2364 • €3,50

Director: Pedro Santos Bernardino
Direção Executiva: Martin Silva
Deputado: João Carlos João Vieira Pereira
e Miguel Coimbra
Diretor de Arte: Marco Crisóstomo

www.expresso.pt

24h

Não perca o Expresso Diário

E Expresso DIÁRIO

Use o código que está na capa da Revista E para ler o Expresso Diário de segunda a sábado no seu smartphone, tablet ou computador, sem pagar mais por isso.

Guterres apoia venda da Partex

"Não posso hoje evidentemente pronunciar-me sobre os atos de gestão da fundação. Se consultarem os registos das reuniões do Conselho, certamente encontrarão posições antigas em que defendi que a fundação se deveria progressivamente afastar dos combustíveis fósseis", afirmou António Guterres ao Expresso. O secretário-geral da ONU refere-se à intenção de venda da empresa de petróleo pela Gulbenkian, de que foi administrador não-executivo.

SIC com jogos do Mundial

A SIC vai exibir oito jogos do Mundial-2018, incluindo um de Portugal, e os resumos alargados de todas as partidas da competição. A estação chegou a acordo com a RTP, que procura um parceiro para a operação.

Aluno confessa massacre na Flórida

Nikolas Cruz, um estudante de 19 anos, confessou em tribunal ser o autor do massacre que custou a vida a 17 pessoas numa escola secundária da Flórida, nos Estados Unidos. Nikolas, que tinha sido expulso da escola e estava referenciado pela polícia, fugiu depois do tiroteio e só seria capturado uma hora depois.

Universidades recusam precários

Professores, docentes e investigadores têm sido excluídos do processo de regularização de contratos. Sindicatos denunciam posição das universidades pela exclusão destes casos. 238

'Operação Marquês' já tem 36 recursos

Julgamento em 2018 é impreviável, e Sácaras foi o arguido que mais recursos apresentou na Relação. 208

Ingram esta edição semanal, além de outros conteúdos, apresenta também: ECONOMIA, REVISTA E

CAVAÇO SILVA

"FOI ESTRANHÍSSIMO FALAR-SE DA SUBSTITUIÇÃO DA PGR COM 10 MESES DE ANTECEDÊNCIA"

"RUI RIO É UM FAZEDOR"

Cavaco elogia Joana Marques Vidal, entende que um procurador-geral pode ser reconduzido e frisa que a decisão é do Presidente. Não deita foguetes com o crescimento. E tem três sonhos para o país. 144

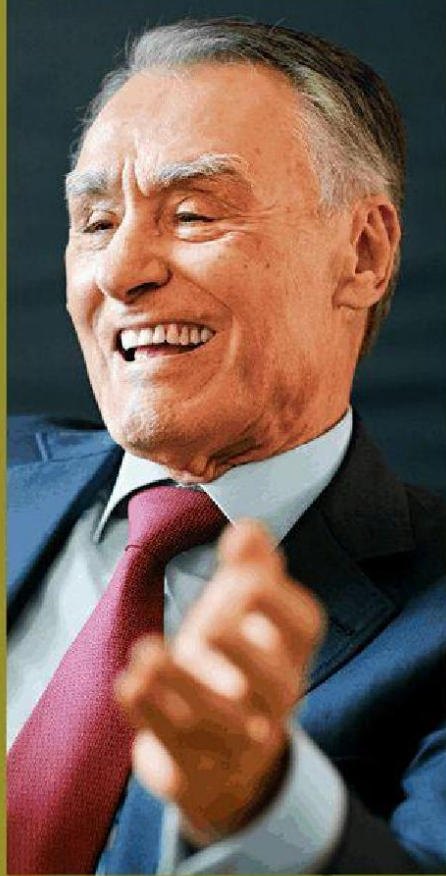


Foto: António Martins/Estreia

Rio pronto para negociar acordos com Costa

➤ Líder do PSD elege **quatro áreas** para reformar, chama **Paulo Rangel** e divide listas com **Santana Lopes**

➤ Saiba os **nomes já escolhidos** por Rui Rio ➤ Hugo Soares: "Não podem ficar **ambiguidades**" sobre o PS. 147

D. MANUEL CLEMENTE

"Sim, fui mal compreendido"

Em entrevista, o **cardeal-patriarca de Lisboa** diz que a sua orientação sobre a **continência sexual** "era uma proposta para quem tenha disponibilidade e seja capaz de o fazer". 150



PREJUÍZOS RECORDE NO NOVO BANCO. ESTADO VAI INJETAR MAIS DINHEIRO 153

'Geringonça' já negocia medidas do Orçamento para 2019

Em reunião, esta semana, Governo e BE discutiram o pagamento de **recursos** a municípios sem penalizações. 154

BARRIGAS DE ALUGUER

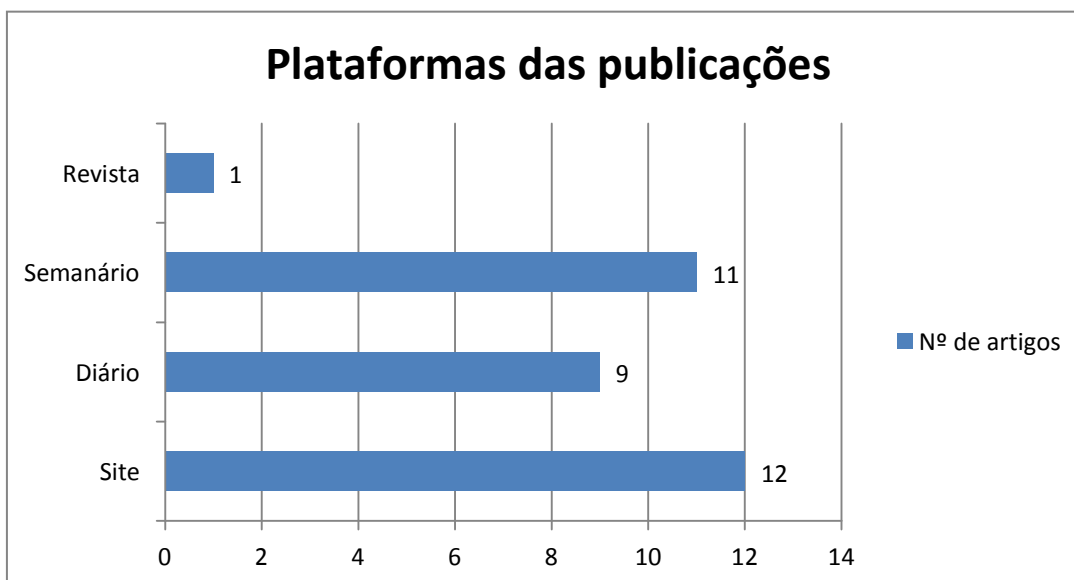
Juiz Eurico Reis critica TC: "Estão a agir por motivos políticos". 158

MICHAEL WOLFF

"Trump é estúpido", diz autor do livro que agita EUA. 168

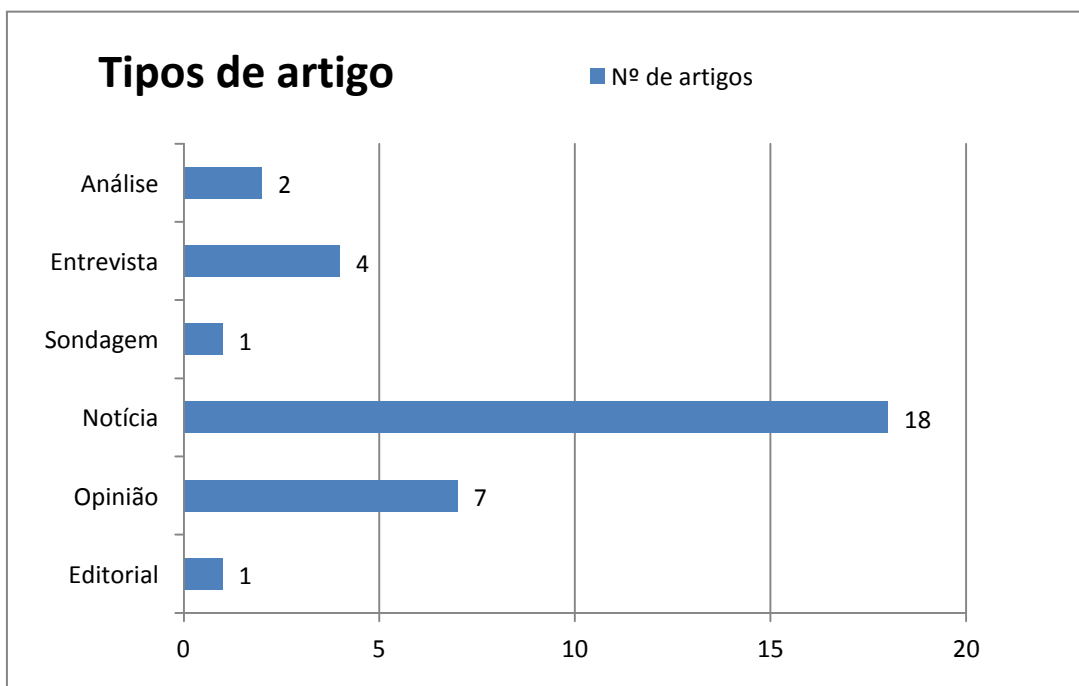
Anexo 8

Gráfico 3. Número de artigos publicados sobre a não recondução da PGR, durante o período de estágio, nas diferentes plataformas do *Expresso*.



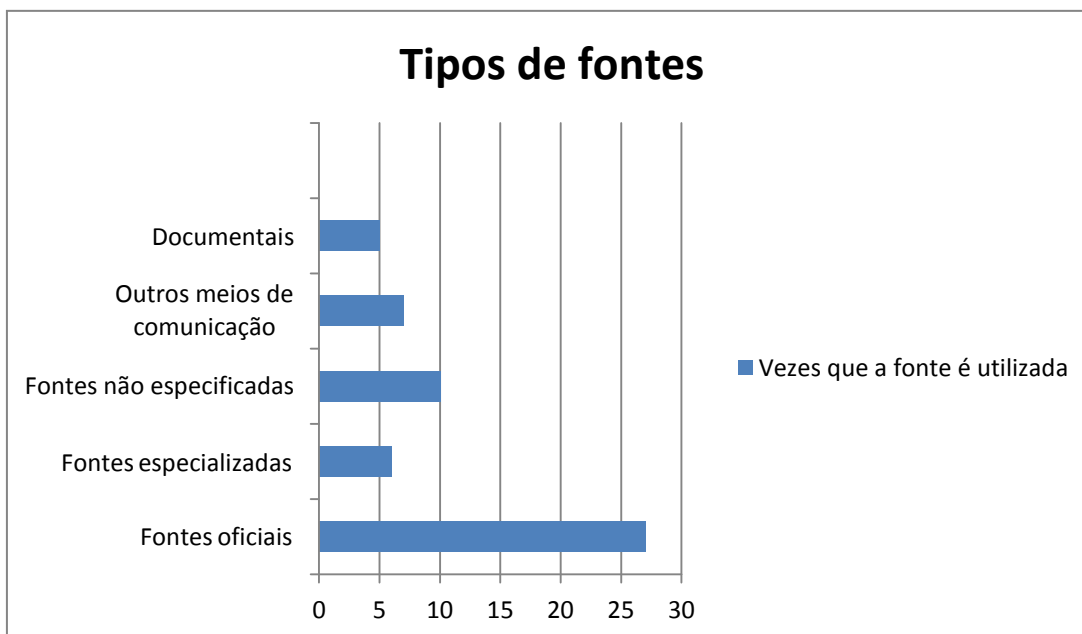
Anexo 9

Gráfico 4. Tipos de artigo publicados pelo *Expresso* sobre a não renovação do mandato da PGR durante o período de estágio.



Anexo 10

Gráfico 5. Número de vezes que se utilizou um determinado tipo de fonte nos artigos de informação do *Expresso*, sobre a não recondução da PGR, durante o período de estágio.



Anexo 11



DECLARAÇÃO

Para efeitos de apresentação na Escola Superior de Comunicação, e a pedido da interessada, declaro que Lia Álvarez Cid Montalbán Serra, portadora do cartão de cidadão nº 14999834 1ZY3, realizou um estágio curricular na redação do jornal Expresso, na área de comunicação social, no período de 08 de Janeiro de 2018 a 07 de Abril de 2018, perfazendo 480 horas de estágio

Por ser verdade é passada a presente declaração.

Paço de Arcos, 07 de Abril de 2018

IMPRESA PUBLISHING, SA
NIF 501 984 046
Recursos Humanos
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 PAÇO DE ARCOS

Tiago Cardoso
Direção Recursos Humanos